



MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

CRISTIANE COSTA DO NASCIMENTO

**UM PROGRAMA SOCIAL E A PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS NA VIDA DE JOVENS DA ZONA RURAL DO BAIXO
SUL DA BAHIA**

Salvador
2022

CRISTIANE COSTA DO NASCIMENTO

**UM PROGRAMA SOCIAL E A PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS NA VIDA DE JOVENS DA ZONA RURAL DO BAIXO
SUL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador-UNIFACS-, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Gileá de Souza.

Salvador
2022

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador -
UNIFACS

Nascimento, Cristiane Costa do

Um programa social e a percepção dos impactos socioeconômicos na vida de jovens da zona rural do Baixo Sul da Bahia. / Cristiane Costa do Nascimento. - Salvador: UNIFACS, 2022.

137 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Gileá de Souza.

1. Desenvolvimento regional. 2 Indicadores socioeconômicos. 3. Programa Social - Baixo Sul da Bahia I. Souza, José Gileá de, orient. II. Título.

CDD: 338

CRISTIANE COSTA DO NASCIMENTO

UM PROGRAMA SOCIAL E A PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS NA VIDA DE JOVENS DA ZONA RURAL DO BAIXO
SUL DA BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador –UNIFACS, aprovada pela seguinte banca examinadora:

José Gileá de Souza – Orientador _____
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador - UNIFACS
Universidade Salvador - UNIFACS

Gabriel Barros Gonçalves de Souza _____
Doutor em Ecologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Universidade Salvador - UNIFACS

Lívia da Silva Modesto Rodrigues _____
Doutora em Geologia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Salvador, 28 de fevereiro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, pela participação e apoio moral na realização deste trabalho, à minha mãe (*in memoriam*) e a meu pai por sempre ter valorizado a educação e me passado esse valor. Agradeço, em especial, ao meu irmão, Professor Dr. Cláudio Orlando, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), quem esteve sempre atento e solícito para contribuir com meu processo de aprendizagem.

Foram também determinantes para a conclusão desta dissertação a dedicação e profissionalismo dos professores da Universidade Salvador, que, de forma amigável e competente, nos acolhem quando chegamos tão inexperientes e à deriva, e nos dão régua e compasso, ajudando a extrair de cada um de nós aquilo que precisamos para começarmos a trilhar nossos caminhos com a pesquisa. Dentre o corpo docente, destaco o meu orientador, Professor Dr. José Gileá, que foi um grande parceiro na forma de orientar, conduzindo todo o processo com leveza, firmeza e sabedoria, me fazendo evoluir a cada passo dado e enxergar aquilo que sozinha não conseguiria, iluminando assim o meu caminho.

Sou grata à Fundação Norberto Odebrecht (FNO), por ser o ambiente onde profissionalmente tem contribuído muito com a minha formação e que possibilitou meu acesso ao universo do Desenvolvimento Sustentável, despertando em mim interesse e me conduzindo até este trabalho. Foi pelo Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), programa social da FNO, que me tornei pesquisadora. Agradeço às lideranças das Organizações da Sociedade Civil (OSC) envolvidas com o programa e que materializam as ações dele em interação direta com os beneficiários.

Por fim, agradeço aos incentivos que recebi de pessoas especiais para acreditar em mim mesma, na minha capacidade de conciliar trabalho e estudo e, diante da minha vivência, contribuir para a produção de conhecimento.

Meus sinceros agradecimentos a todas e todos.

Afagar a terra

Conhecer os desejos da terra

Cio da terra, a propícia estação

E fecundar o chão

(Milton Silva Campos do Nascimento e
Chico Buarque de Hollanda)

RESUMO

O desenvolvimento é um conceito multifacetado, que compreende o desenvolvimento sustentável, definido sob várias dimensões e perspectivas, perpassando por campos como o econômico, social e ambiental. Esse desenvolvimento torna-se uma alternativa para fazer frente aos conceitos fincados apenas no viés econômico, que já se mostraram ultrapassados e abrem espaço para que sejam considerados aspectos como a inclusão social e a questão ambiental. O presente trabalho visa avaliar como um programa social, que busca promover o desenvolvimento sustentável, impacta as questões sociais e econômicas da vida de jovens da zona rural de municípios do Baixo Sul da Bahia. Para realizar o estudo, como abordagem metodológica, foi efetuada uma pesquisa junto a autores que trabalham o conceito de desenvolvimento, para construção da fundamentação teórica. Também houve levantamento de dados secundários para a caracterização do lócus do estudo, no que se refere aos seus indicadores socioeconômicos. Para investigar os impactos que foram promovidos na vida dos jovens e suas percepções frente a eles, foi construído um plano de análise e tabular a partir de um recorte de banco de dados, que foi complementado com a análise de dados primários que, de forma qualitativa, por meio de entrevista semiestruturada, buscou compreender as percepções dos jovens em relação aos impactos do programa na vida deles. Trata-se, portanto, de um estudo de caso realizado por meio de pesquisa aplicada, bibliográfica, documental e de campo, com intuito de desenvolver novos conhecimentos disponíveis para a sociedade, que, de forma exploratória, levantou informações sobre o objeto em estudo. Os resultados alcançados com esta dissertação demonstram a confirmação da hipótese de que a aplicação de um programa social para a promoção do desenvolvimento sustentável impactou positivamente a vida de jovens da zona rural do Baixo Sul da Bahia, em comparação a jovens da mesma região que não foram beneficiados pela iniciativa, proporcionando ganhos em renda, maior engajamento social, mais orgulho da região de origem e desejo de permanecer no campo e trabalhar com a terra, mais confiança em se posicionar e ser reconhecido como liderança nas comunidades, com menos dificuldade em obter alimentos, além de terem melhores condições sanitárias e qualidade de vida. O trabalho abre um campo vasto de pesquisa para estudos futuros que queiram explorar os aspectos envolvidos na realização de um programa social, e a utilização dessas experiências para aprofundar a compreensão de como iniciativas de cunho social podem levar desenvolvimento para uma determinada região.

Palavras-chave: Desenvolvimento; indicadores socioeconômicos; programa social; Baixo Sul da Bahia; jovens; zonal rural; agricultura familiar.

ABSTRACT

Development is a multifaceted concept, which comprises sustainable development, defined under various dimensions and perspectives, covering fields such as economic, social and environmental. This development becomes an alternative to face the concepts based only on the economic bias that have already proved to be outdated and opens space for aspects such as social inclusion and the environmental issue to be considered. The present work sought to assess how a social program that seeks to promote sustainable development impacts the social and economic issues in the lives of young people in the rural area of municipalities in the Southern Lowlands of Bahia. To carry out the study, as a methodological approach, a survey was carried out with authors who work on the concept of development, to build the theoretical foundation of the work. There was also a survey of secondary data to characterize the locus of the study, with regard to its socioeconomic indicators. To investigate the impacts that were promoted in the lives of young people and their perceptions towards them, an analysis and tabular plan was built from a database clipping that was complemented with the analysis of primary data, which qualitatively, through a semi-structured interview, it sought to understand the perceptions of young people in relation to the impacts of the program on their lives. It is, therefore, a case study carried out through applied, bibliographic, documentary and field research in order to develop new knowledge available to society, which in an exploratory way collected information about the object under study. The results achieved with this dissertation demonstrate the confirmation of the hypothesis that the application of a social program to promote sustainable development had a positive impact on the lives of young people in the rural area of Baixo Sul da Bahia compared to young people from the same region who were not benefited. For the initiative, providing income gains, greater social engagement, more pride in the region of origin and the desire to remain in the countryside and work with the land, more confidence in positioning itself and being recognized as a leader in the communities, with less difficulty in obtaining food, in addition to having better sanitary conditions and quality of life. The work opens up a vast field of research for future studies that want to explore the aspects involved in carrying out a social program and the use of these experiences to deepen the understanding of how social initiatives can lead to development in a given region.

Keywords: Development; socioeconomic indicators; social program; Baixo Sul da Bahia; youth; rural areas; family farming.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pilares do desenvolvimento sustentável na visão de Sen (2004)	31
Quadro 2 - Limites planetários na visão de Rockström (2009)	40
Quadro 3 - Principais rios dos municípios do Baixo Sul	50
Quadro 4 - Frentes de atuação do PDCIS (2021)	74
Quadro 5 - Práticas do PDCIS por frentes de atuação (2021).....	83
Quadro 6 - Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais do PDCIS (2021).....	92

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Territórios de Identidade do Estado da Bahia (2018)	46
Mapa 2 - Divisão político-administrativa do Território de Identidade Baixo Sul.....	47
Mapa 3 - Municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)	55
Mapa 4 - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios -IDHM- do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019).....	57
Mapa 5 - Situação domiciliar dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019).....	59
Mapa 6 - Migração dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)	61
Mapa 7 - Frequência escolar por habitante dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)	64
Mapa 8 - Produto Interno Bruto -PIB- dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)	66
Mapa 9 - Produto Interno Bruto per Capita (PIB per Capita) dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019).....	67
Mapa 10 - População ocupada dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia em 2019.....	68
Mapa 11 - Esgotamento sanitário dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019).....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos jovens entrevistados por municípios (2018)	24
Tabela 2 - Distribuição dos jovens entrevistados por municípios (2021)	26
Tabela 3 - IDHM do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)	57
Tabela 4 - IDHM do estudo no Baixo Sul da Bahia (1991/2010)	57
Tabela 5 - População urbana e rural dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019).....	59
Tabela 6 - Migração urbana e rural dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)	61
Tabela 7 - Frequência escolar por habitante dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)	64
Tabela 8 - Produto Interno Bruto per Capita (PIB per Capita) dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)	67

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Jovem produtor de banana e sua família, no Baixo Sul da Bahia (2020).....	74
Foto 2 - Jovem Daniel de Jesus, estudante da CFAF, tocando violino na escola, em Nilo Peçanha (2022)	76
Foto 3 - Jovem Daniel de Jesus, produtor de hortaliças em hidroponia, no Baixo Sul da Bahia (2021)	77
Foto 4 - Jovem estudando em sua propriedade agrícola, no Baixo Sul da Bahia (2021)	78
Foto 5 - Atividade de meliponicultura na CFAF, em Nilo Peçanha (2022)	79
Foto 6 - Plantio de banana na propriedade de aluno, no município de Presidente Tancredo Neves (2022)	80
Foto 7 - Jovem produtora de pupunha e seu pai, no Baixo Sul da Bahia (2021)	81
Foto 8 - Jovens na CFR PTN, em horário de almoço (2022).....	82
Foto 9 - Família de agricultores familiares, no Baixo Sul da Bahia (2020)	85
Foto 10 - Cultivo de hortaliça em hidroponia, na CFAF (2022).....	86
Foto 11 - Jovem produtor de banana e sua família, no Baixo Sul da Bahia (2020)	87
Foto 12 - Instalações da CFR PTN em Presidente Tancredo Neves, com Pau-Brasil em destaque (2022)	88
Foto 13 - Jovens José Marcos Santos e Ailton Bomfim da CFRI, em Igrapiúna (2022).....	89
Foto 14 - Jovem Wadison de Jesus, aluno da CFAF, em Nilo Peçanha (2022).....	91
Foto 15 - Jovem Jaíne da Conceição, aluna da CFAF, em Nilo Peçanha (2022) ...	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição etária dos jovens entrevistados – Baixo Sul-Ba (2018)	24
Gráfico 2 - Distribuição relativa dos jovens conforme a frequência em que exercem direitos civis, sociais e políticos, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados, Bahia - 08/2018	102
Gráfico 3 - Distribuição relativa dos jovens conforme a confiança em falar e se posicionar com outras pessoas, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados, Bahia (08/2018)	103
Gráfico 4 - Distribuição relativa dos jovens conforme a percepção de ser uma liderança na comunidade, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados, Bahia (08/2018)	105
Gráfico 5 - Distribuição dos domicílios onde os moradores passaram dificuldade para obter alimentos, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados, Bahia (08/2018)	106

LISTA DE SIGLAS

AMUBS	Associação dos Municípios do Baixo Sul
BS	Baixo Sul da Bahia
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CFR	Casa Familiar Rural
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COOPATAN	Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNO	Fundação Norberto Odebrecht
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGP	Instituto Brasileiro de Governança Pública
IDES	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDS	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
ISP	Investimento Social Privado
IW	<i>Inclusive Wealth</i>
MAIS	Metodologia de Avaliação de Impacto Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCT	Organização de Conservação da Terra
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PDCIS	Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade
PEP	Projeto Educativo Produtivo
PIB	Produto Interno Bruto
PIA	População em Idade Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SNA	System of National Accounts
TEO	Tecnologia Empresarial Odebrecht
TI	Território de Identidade
USAID	Agência Norte Americana de Cooperação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO MULTIFACETADO	28
2.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO	28
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	31
2.3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	33
2.4 COMO MENSURAR O DESENVOLVIMENTO	37
3 LÓCUS DA PESQUISA – BAIXO SUL DA BAHIA	46
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR.....	49
3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	51
3.3 POPULAÇÃO.....	52
3.4 PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	54
3.4.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....	55
3.4.2 Situação domiciliar	58
3.4.3 Migração	60
3.4.4 Frequência escolar por habitante	63
3.4.5 Produto Interno Bruto - PIB e PIB per capita	65
3.4.6 População ocupada	68
3.4.7 Esgotamento sanitário.....	69
4 O PROGRAMA SOCIAL (PDCIS) DA FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT.....	72
.....	72
4.1 A FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT	72
4.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO INTEGRADO COM SUSTENTABILIDADE (PDCIS).....	73
4.3 A GOVERNANÇA PARTICIPATIVA.....	84
4.4 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS	87
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	96
6 CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE A – TABELAS ANÁLISE QUANTITATIVA	118
APÊNDICE B – MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA	123
APÊNDICE C – MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	124
ANEXO A – MODELO DE QUESTIONÁRIO DE DADOS SECUNDÁRIOS.....	126

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se baseou na experiência de um modelo de programa social, conduzido por uma Organização da Sociedade Civil, para a promoção do desenvolvimento sustentável, tendo como tema a percepção dos impactos desse programa e a análise de como a intervenção impactou social e economicamente a vida de jovens da zona rural do Baixo Sul da Bahia.

A escolha da temática está relacionada com a observação e vivência do pesquisador em sua prática profissional e debruça-se sobre desenvolvimento e suas consequências na realidade de vida de jovens da zona rural. A região do estudo, o Baixo Sul da Bahia, é um Território de Identidade com população de trezentos e oitenta mil pessoas, composto por quinze municípios: Aratuípe, Jaguaripe, Cairu, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Ibirapitanga, Igrapiúna, Camamu, Pirai do Norte, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia e Presidente Tancredo Neves (MDA, 2015).

Territórios de Identidade são espaços definidos que reúnem municípios com características semelhantes do ponto de vista da economia, cultura, clima, vegetação, dentre outros aspectos, utilizado pelo Governo do Estado da Bahia com o objetivo de potencializar o desenvolvimento daquela região (SEPLAN, 2019). Historicamente, o território do Baixo Sul possuía atividade extrativista, lavouras de cacau, agricultura de subsistência e agricultura familiar. A diversificação da produção agrícola sempre foi presente na região, com cultivos de cravo da índia, guaraná, pupunha, seringueira e frutíferas. Contudo, essa diversificação não foi efetiva o bastante para incrementar o desenvolvimento local. Faltava apoio à agricultura com pesquisa, extensão, aumento de produtividade, incentivos para o associativismo e cooperativismo, além de crédito.

De acordo com dados do Relatório Anual da Fundação Norberto Odebrecht (FNO) de 2020, instituição que desenvolveu o programa social, a região apresenta um potencial agrícola importante, clima favorável predominantemente temperado com influência do clima subtropical no norte da região, diversas bacias e sub-bacias, bioma Mata Atlântica ao mesmo passo em que se configura numa região com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), carências em saneamento, infraestrutura e educação. Percebe-se, assim, um baixo grau de desenvolvimento,

configurando um cenário que afeta toda uma população com consequências diversas para as várias gerações, inclusive para a juventude da zona rural, pouco contemplada por políticas públicas.

A escolha da FNO foi trabalhar com esse público-alvo, motivada por análises como as do parágrafo anterior, que apontavam para a necessidade de se desenvolver políticas públicas de incentivo ao jovem¹. Apostando nessa fase de vida como forma de promover a transformação e assim ajudar a formar pessoas responsáveis, conscientes e participativas que pudessem influenciar o seu entorno.

Assim como a experiência da FNO, outras iniciativas conduzidas por Organizações da Sociedade Civil ou instituições privadas com finalidade pública vão sendo implementadas, por meio de ações estruturadas, com propósito de promover redução de desigualdades, justiça social, inclusão produtiva, conservação ambiental, educação, dentre outros objetivos que visam suprir lacunas deixadas pelo poder público no enfrentamento de questões dessa natureza que almejam conduzir ao desenvolvimento sustentável.

As Organizações Não Governamentais (ONG), sigla utilizada anteriormente para instituições voltadas a assuntos públicos, tiveram seu surgimento por volta dos anos 1950, mesma década em que o termo foi usado pela primeira vez em uma resolução do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU). (OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR, 2021). De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), realizado pelo IPEA (2021), há 781.921 Organizações da Sociedade Civil formais, ou seja, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em atividade no Brasil, desempenhando funções e ocupando espaços que o poder público não consegue alcançar no atendimento aos mais vulneráveis.

No ano de 1990, o papel social das empresas também começa a ganhar destaque com o desenvolvimento de áreas para conduzir a Responsabilidade Social Empresarial (RSE), onde a iniciativa privada promove mais que geração de empregos, contribuindo para a promoção de ações de cunho social, geralmente nas comunidades com as quais se relacionam ou em seu entorno.

¹ A definição de jovem está amparada no Estatuto da Juventude que, em 2013, foi instituído como lei e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. Tal política divide a juventude em três grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos.

Comprometem-se assim com a construção de uma sociedade mais harmônica e justa, ainda que se tenha os incentivos fiscais como lastro para tais decisões. Segundo Caetano (2021), em artigo na Revista *Exame*, de forma mais recente, a RSE vem sendo substituída pelas práticas de *environmental, social and governance* (ESG), que avalia as operações das principais empresas conforme os seus impactos em três eixos da sustentabilidade – o Meio Ambiente, o Social e a Governança.

O modelo político-administrativo tradicional, sustentado na América Latina desde o período colonial no Poder do Estado, está dando lugar aceleradamente a um novo modelo de desenvolvimento mais equilibrado, apoiado no “Poder do Setor Privado”. A este dinâmico e em muitos casos incipiente setor privado que não responde a uma lógica política nem deriva de uma estrutura governamental se tem denominado nos anos 1990 “Sociedade Civil” (SC). [...] Este “novo mundo” da Sociedade Civil, composto de indivíduos, famílias, organizações e movimentos sociais, inclui dois grandes e crescentes setores: o comercial ou lucrativo (empresas privadas) e o “não lucrativo ou com fins sociais”, composto por uma grande diversidade de organizações (associações civis, fundações, etc. as que se têm denominado Organizações da Sociedade Civil (OSC). (BOMBAROLO, 1993, p. 42).

Embora essa visão empresarial venha tomando bastante força e até possa parecer uma unanimidade, essa perspectiva dá margem para discussões sobre se é papel realmente das empresas essa atuação social ou apenas a geração de riqueza para o acionista.

[...] há uma e só uma responsabilidade social do capital - usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude. (FRIEDMAN, 2014, p. 139).

Grande parte dessas Organizações situadas no Terceiro Setor são movidas pelo Investimento Social Privado (ISP) que, no Brasil, alcançou R\$3,25 bilhões em 2018, dentre os respondentes do Censo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), principal pesquisa do setor no País. Segundo GIFE (2018), o ISP pode ser definido como “repasso voluntário e de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais de interesse público”.

Segundo site do Observatório do Terceiro Setor (2021), o terceiro setor é uma terminologia que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. A palavra é uma tradução do inglês *third sector*, uma

expressão muito utilizada nos Estados Unidos para definir as diversas organizações sem vínculos diretos com o primeiro setor (público, o Estado) e o segundo setor (privado, o mercado). Dessa forma, muitas iniciativas desse âmbito foram e vêm sendo realizadas, testadas e aplicadas em diferentes áreas de atuação, para diferentes regiões e diferentes públicos, sendo capitaneadas por Organizações da Sociedade Civil ou empresas privadas.

Entre o Estado e o mercado sempre houve um extenso tecido associativo, um universo heterogêneo que inclui desde as sociedades de fomento, os clubes, as entidades de beneficência, as coletividades, as fundações etc. Isso que chamamos “terceiro setor” para diferenciar do setor estatal e do setor privado tem alguma coisa de um e do outro, mas é justamente essa peculiar combinação o que define sua natureza específica; sendo uma atividade sustentada pela iniciativa dos particulares, tem uma dimensão pública na medida em que se empreende como um serviço voluntário a outrem. (GONZALEZ BOMBAL, 1995, p. 65).

Observa-se que a contribuição do terceiro setor é importante para o País, ao fomentar ações em temas de interesse público, uma vez que o caráter público pode estar presente mesmo que elas sejam conduzidas pela esfera do privado. São temas como redução de desigualdades, desenvolvimento econômico, educação, meio ambiente, gênero, dentre tantos outros, que contribuem para a agenda social do País, muito embora apenas o poder público possa dar escala e conferir abrangência em termos de território a iniciativas que, por mais que gerem resultados importantes, se caracterizam muitas vezes por serem pontuais e circunscritas em determinadas regiões.

O Programa desenvolvido pela FNO, organização do terceiro setor, estudo de caso desta dissertação, foi criado em 2003 e chama-se Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS). Busca fortalecer a vocação agrícola local, focando na educação do jovem, para promover o desenvolvimento sustentável em municípios do Baixo Sul da Bahia. O Programa possui seis frentes de atuação: educação para o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico, conservação ambiental, inovação e tecnologia, cidadania e governança, coesão e mobilização social. Tais frentes se desdobram em vinte e oito atividades que tem o jovem da zonal rural, como ponto focal, juntamente com sua família, e procura trabalhar de forma sinérgica e complementar a formação agrícola, inclusão socioproductiva, incentivos para a produção no campo,

engajamento social e maior consciência política e ambiental, com maior conhecimento de direitos e deveres.

Diante do exposto, o problema definido que norteou esta dissertação foi: como um programa social para a promoção do desenvolvimento sustentável impacta social e economicamente a vida de jovens da zona rural do Baixo Sul da Bahia?

Como resposta provisória ao problema de pesquisa enunciado, foi formulada a seguinte hipótese: a aplicação de um programa social para a promoção do desenvolvimento sustentável impactou positivamente a vida de jovens da zona rural do Baixo Sul da Bahia em comparação a jovens da mesma região que não foram beneficiados pela iniciativa, proporcionando ganhos em renda, maior engajamento social, maior participação na composição da renda da família, mais orgulho da região de origem e desejo de permanecer no campo e trabalhar com a terra, mais confiança em se posicionar e ser reconhecido como liderança nas comunidades, com menos dificuldade em obter alimentos, além de terem melhores condições sanitárias e qualidade de vida.

Para buscar respostas ao problema enunciado e testar a hipótese formulada, foram determinados objetivos, que serão explicitados a seguir.

Objetivo geral: avaliar como um programa social que tem o propósito de promover o desenvolvimento sustentável impacta as questões sociais e econômicas da vida de jovens da zona rural de municípios do Baixo Sul da Bahia.

Objetivos específicos:

- a) Compreender as definições de desenvolvimento.
- b) Analisar os indicadores sociais e econômicos dos municípios onde o PDCIS foi implementado.
- c) Avaliar um programa social implementado no Baixo Sul da Bahia.
- d) Analisar os impactos econômicos e sociais promovidos na vida dos jovens beneficiários de um programa social *versus* não beneficiários, no lócus onde foi desenvolvida a pesquisa.
- e) Investigar a percepção dos jovens frente aos impactos gerados pelo PDCIS.

A execução dessa pesquisa se justifica por significativas contribuições no âmbito social, pessoal e acadêmico. Na aceção social, o presente estudo possibilitou um melhor entendimento de como a atuação de Organizações da Sociedade Civil (OSC) pode impactar as histórias de vida da juventude rural,

possibilitando a continuidade em seus territórios, preservando a força de trabalho, capacidade intelectual e produtiva desse público em seus municípios. Além de como experiências dessa natureza podem ser utilizadas como referência para a construção de políticas públicas, conceito que, na visão de Leonardo Secchi (2011), trata-se de uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e, que, sendo assim, pela concepção da abordagem multicêntrica, coloca também organizações não governamentais e privadas como protagonistas no estabelecimento de políticas públicas.

Na acepção pessoal, esse trabalho foi fundamental para ampliar a visão, orientar decisões e trazer respostas à minha atividade profissional, como coordenadora de um programa social voltado para a formação de jovens da zona rural do Baixo Sul da Bahia pautado na agricultura familiar, como forma de oferecer alternativa de permanência no campo, por meio de educação, empreendedorismo e investimentos para produção agrícola.

Na esfera científica, o trabalho está localizado no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Urbano e dialoga com a linha de pesquisa: Desenvolvimento e Políticas Regionais, que possibilita a abordagem econômica e social da dimensão regional, avaliando impactos socioambientais advindos de políticas públicas com ênfase em transformações regionais ou políticas específicas para a transformação de regiões baseadas em projetos agrícolas ou industriais.

O percurso metodológico que orientou a consecução desta pesquisa se iniciou com o levantamento de dados secundários, por meio de estudos bibliográficos e pesquisas documentais. Para realizar o estudo, foi efetuada uma pesquisa junto a autores que trabalham o conceito de desenvolvimento, para construção da fundamentação teórica do trabalho, seguida da caracterização do *locus* do estudo, com identificação de materiais relevantes para a construção do conteúdo, a exemplo de descrições da formação histórica dos municípios, mapas e tabelas de indicadores socioeconômicos.

Se constituiu em uma pesquisa aplicada que objetivou desenvolver novos conhecimentos disponíveis para a sociedade, que, de forma exploratória, buscou levantar informações sobre um objeto em estudo que possibilite uma maior familiaridade com o mesmo. Quanto ao procedimento trata-se de pesquisa bibliográfica, documental, com base nos estudos de avaliação de impacto realizados

pela FNO, e de campo com o levantamento de informações coletadas junto aos beneficiários do programa social da Fundação e não beneficiários. Sendo, portanto, um estudo de caso, pois foi trabalhada uma instituição específica e seu programa social.

Adentrando um pouco mais na fonte da pesquisa documental, ela foi feita em parte do banco de dados gerado pelo trabalho de avaliação de impacto do programa social da FNO, coordenado por uma consultoria independente que prestou serviço para a instituição. Esse banco foi fruto de uma pesquisa de campo que se utilizou de metodologia caso-controle, que posteriormente foi cedido para a pesquisa que está em curso.

O estudo supracitado avaliou o impacto socioeconômico-ambiental do PDCIS de forma ampla e envolveu a participação de respondentes atendidos pelas instituições parceiras (Casas Familiares, pela OCT, e Cooperativa), além daqueles respondentes do grupo controle, configurando assim uma amostra de 314 respondentes. O tamanho da amostra foi calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot p \cdot q \cdot z^2}{(N - 1) \cdot e^2 + z^2 \cdot p \cdot q}$$

No qual:

n = tamanho da amostra do estado

N = tamanho da população do estado

z = nível de confiança escolhido em número de desvios (1,96)

p = proporção das características pesquisadas (50%)

q = 1 – p / q = 50%

e = erro de estimação da pesquisa (7,5%)

Onde N é o tamanho da população, p é a proporção de respostas a favor de uma determinada questão; q é o complemento (1-p), ou seja, a proporção de respostas contra uma determinada questão; “e” é igual ao erro esperado na estimativa do parâmetro; “z” é a probabilidade de ocorrência do evento.

A pesquisa quantitativa de impacto socioeconômico-ambiental do programa PDCIS se deu por meio de amostragem em cada um dos tipos de intervenção do

programa, Casas Familiares, OCT e Cooperativa, definidos segundo os intervalos de confiança de 95% e margem de erro de 15,0 pontos percentuais.

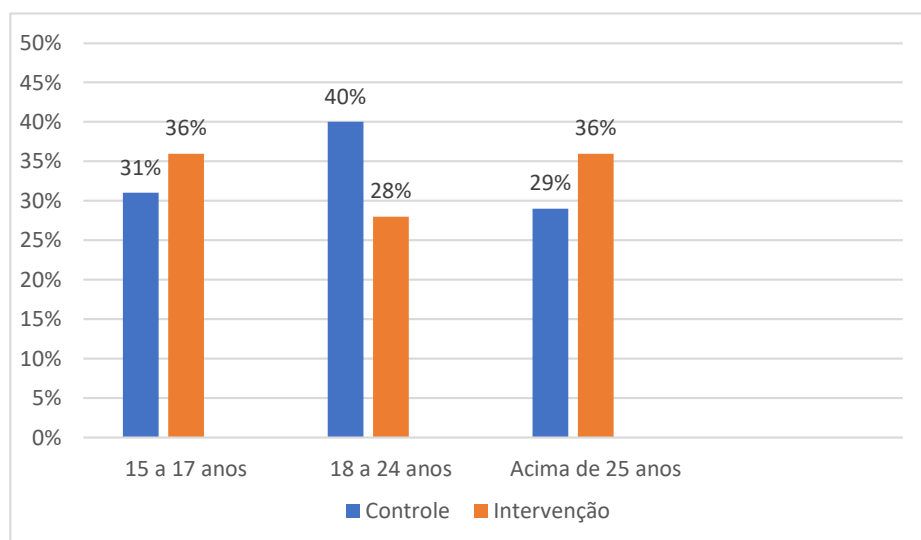
O que definiu os parâmetros para o estudo quantitativo foram os riscos que a FNO e a consultoria que realizou o trabalho desejaram assumir no processo amostral adotado, definidos pelos intervalos de confiança e das margens de erro, bem como a delimitação do tempo de execução da pesquisa e dos custos envolvidos para a sua realização.

Justificando-se assim uma margem relativamente alta de erro devido ao propósito da pesquisa, pois se tratava de estatísticas para a avaliação de impacto socioeconômico-ambiental do programa PDCIS, onde as diferenças observadas na pesquisa quase-experimental com o grupo controle foram observadas em uma comparação com o grupo de intervenção, em que isso só foi possível com o controle de todas as variáveis de influência utilizadas em testes estatísticos de comparação, realizado pela consultoria.

Para efeitos desta dissertação, vale ressaltar que foi feito um recorte do banco de dados descrito anteriormente e que a amostragem utilizada foi apenas aquela relativa ao grupo de jovens, objeto desta pesquisa, composto então por 124 respondentes, sendo 89 de beneficiários do programa social e 35 do grupo controle, constituído de não beneficiários.

Com idade entre 15 e 29 anos, os jovens residiam em 54 comunidades dos municípios de Camamu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença. A definição da faixa etária está amparada no Estatuto da Juventude que, em 2013, o institui como lei e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. Tal política divide a juventude em três grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos. Ficando a distribuição etária dos jovens entrevistados assim:

Gráfico 1 - Distribuição etária dos jovens entrevistados – Baixo Sul-Ba (2018)



Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS (2018).

Nota: Sistematizado pela autora desta dissertação (2021).

Eles responderam a um questionário com 75 questões, disponibilizado nos apêndices deste trabalho, previamente testado que derivou para a realização de pequenos ajustes que foram feitos no instrumento visando o melhor entendimento das questões existentes.

Tabela 1 - Distribuição dos jovens entrevistados por municípios (2018)

Município	Nº de jovens
Camamu	06
Ibirapitanga	09
Igrapiúna	17
Ituberá	12
Nilo Peçanha	12
Piraí do Norte	12
Presidente Tancredo Neves	34
Taperoá	13
Valença	09

Fonte: Sistematizado pela autora desta dissertação (2021).

Com base nesse recorte do universo de jovens no banco de dados, cedido pela FNO, foi feito pela pesquisadora um novo plano de análise e tabular do estudo amostral PDCIS, sob a lógica comparativa entre o grupo de controle e os participantes das intervenções da FNO, trabalhando, no entanto, os dados exclusivamente do público jovem. Para tal foram definidas as variáveis que iriam

compor o plano a fim de investigar se houve e quais foram os impactos socioeconômicos gerados pelo programa social na vida de jovens dos municípios estudados no Baixo Sul da Bahia. De posse dessas variáveis, foram feitas análises estatísticas para construir a distribuição relativa dos jovens segundo aspecto social ou econômico a ser investigado.

Como aspecto social levantado para avaliar impacto social foram analisados:

- a)** Engajamento social: foram investigados os meios de estabelecer novos vínculos nas localidades que compõem o Baixo Sul com participação em cooperativas/associações e criação de compromissos locais.
- b)** Pertencimento: foi levantado o sentido de pertencimento ao território e permanência no Baixo Sul / verificado desejo de migrar ou permanecer na região, bem como as razões de apoio.
- c)** Protagonismo social: foram investigadas as perspectivas dos entrevistados com as oportunidades de desenvolvimento local, se vislumbravam direcionar/aproveitar os estudos para ocupações aproveitadas na localidade e/ou explorar áreas com potencial na região; assim como foi avaliada a capacidade de tomar decisões / enfrentar problemas e a ocupação de posições de liderança/ ou serem referência em suas comunidades.

Como aspecto econômico levantado para avaliar impacto econômico foram analisados:

- a)** Participação na renda domiciliar: foi verificado o padrão de rendimento domiciliar e levantado se havia contribuição dos jovens na renda e eventuais diferenças entre os grupos.
- b)** Incremento da renda: foi observada a inserção no mercado de trabalho e aferida a satisfação (pessoal, com atividade, remunerações, progressões) com a colocação atual.
- c)** Dificuldade para obter alimentos: foi levantada a distribuição relativa dos domicílios em que os moradores passaram dificuldade para obter alimentos ou que não tiveram o que comer.
- d)** Esgotamento sanitário: foi verificada a distribuição relativa dos domicílios por tipo de esgotamento.

A pesquisa contou ainda com a análise de dados primários, que, de forma qualitativa, buscou compreender as percepções dos jovens em relação aos impactos do programa na vida deles. Foi construído o instrumento de coleta com roteiro

alinhado à hipótese e aos objetivos do estudo. E, mediante cronograma definido, a pesquisadora foi a campo.

Para tal, realizou-se uma pesquisa direta com jovens que estão no programa, no seu primeiro ano de formação, no último ano de formação e também com jovens já formados que não são mais assistidos pelo programa. A ideia foi poder analisar diferentes estágios de maturidade para aferir a percepção dos impactos de forma mais abrangente. Já com relação ao gênero, os entrevistados foram divididos em 50% do gênero masculino e 50% de jovens do gênero feminino, para manter uma equivalência entre ambos e permitir análises mais completas.

Para que as percepções dos jovens fossem trazidas de forma mais livre e espontânea, e assim a pesquisadora pudesse estudar os aspectos mais subjetivos do fenômeno social e do comportamento humano em uma situação específica, foi realizada uma entrevista semiestruturada com 20 questões, que, aplicada de forma virtual, teve duração média de 1 hora. A entrevista levou em consideração as percepções acerca dos impactos sociais e econômicos já trabalhados nos dados secundários, para possibilitar uma complementação da análise, tendo em vista uma perspectiva quanti e quali de triangulação.

A amostra foi composta de 12 respondentes para que, de forma complementar, a amostra de 124 do estudo quantitativo pudesse possibilitar a revelação do objeto do estudo. Foi pensado para essa definição no melhor conjunto de sujeitos a maior representativamente possível, levando-se em consideração a participação no programa, gênero, maturidade no programa, residência no Baixo Sul e disponibilidade para entrevistas.

Tabela 2 - Distribuição dos jovens entrevistados por municípios (2021)

Município	Nº de jovens
Igrapiúna	4
Nilo Peçanha	4
Presidente Tancredo Neves	4

Fonte: Sistematizado pela autora desta dissertação (2021).

O universo de 12 entrevistados priorizou aprofundar o entendimento sobre o objeto de uma maneira bastante própria, mas limitada na compreensão da perspectiva da sua extensão, aspecto que foi compensado na triangulação com os

dados quanti resultantes de uma amostra de 124 jovens. A decisão por essa escolha amostral foi tomada durante a análise dos dados secundários.

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno. (POLIT; BECKER; HUNGLER, 2004, p. 201).

A análise de conteúdo das entrevistas que foram realizadas por meio da aplicação de questionários semiestruturados requereu a criação de categorização, que observou a frequência do tema com sua repetição, unindo as respostas dos entrevistados por pergunta. E, para contemplar a riqueza da singularidade de cada sujeito que foi entrevistado, e que, com sua visão de mundo, expôs suas percepções, foram realizadas citações de trechos da entrevista na íntegra para proporcionar uma decifração estrutural com análise temática e sequencial. A utilização de pesquisa qualitativa e quantitativa possibilitou uma maior amplitude na análise dos resultados.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos. O primeiro apresentou esta introdução; o segundo capítulo aborda a fundamentação teórica para possibilitar a compreensão das definições de desenvolvimento a partir do olhar de diversos autores; o terceiro capítulo aborda o programa social da FNO, desde sua concepção passando por seus objetivos e avaliação de impactos; o quarto capítulo traz a caracterização do lócus da pesquisa com base nos seus principais indicadores socioeconômicos; o quinto capítulo faz a análise dos resultados que investigaram como um programa social para a promoção do desenvolvimento sustentável impactou social e economicamente a vida de jovens da zona rural do Baixo Sul da Bahia, segundo estudo estatístico de dados secundários que comparou beneficiários com grupo controle e, de forma qualitativa, investiga a percepção de jovens beneficiários sobre os possíveis impactos gerados pelo programa; o sexto e último capítulo traz a conclusão com considerações da pesquisadora.

2 DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO MULTIFACETADO

O desenvolvimento é um conceito multifacetado e definido sob várias dimensões e perspectivas, perpassando por campos como o econômico, social e ambiental. No dicionário Michaelis (2015), o termo desenvolvimento é definido como ato ou efeito de desenvolver (-se); desenvolvimento; passagem gradual (da capacidade ou possibilidade) de um estágio inferior a um estágio maior, superior, mais aperfeiçoado etc.; adiantamento, aumento, crescimento, expansão, progresso. Tendo como antônimos: declínio e retrocesso. Sem dúvida, um conceito diverso que possui características variadas e peculiares.

2.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

Um documento importante e que corrobora para conceituar o desenvolvimento foi construído em abril de 1945, e se chama a Carta das Nações Unidas. Divulgada no mesmo ano que a Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada com intuito de promover a paz, estimular as boas relações entre as nações, defender a cooperação como solução para os problemas internacionais e o desenvolvimento dos direitos humanos da população mundial. E, portanto, promover a melhoria das condições de vida das pessoas. Após então a Segunda Guerra e com a criação da ONU, o debate acerca do conceito de desenvolvimento e o que fazer para alcançá-lo ganha força. (ONU, 1945).

Wolfe (1976) faz uma analogia do desenvolvimento dos países e indica semelhanças com uma procissão aonde vão na frente os países ricos; no meio encontram-se aqueles que querem alcançar os primeiros; e, por fim, encontram-se os países menores, que vão ficando cada vez mais para trás. Comparação muito interessante quando se faz o paralelo entre países ricos que estão na vanguarda, países em desenvolvimento, que não estão num extremo e nem no outro, e em países pobres, numa lógica que traz o conceito de maneira linear.

Uma outra forma de representar o desenvolvimento, segundo o supracitado autor, é como uma pirâmide. Nela, os países ricos que estão no topo acumularam suas riquezas pela exploração de outros países e estão em cima dos países em desenvolvimento que lutam para ascender e não cair para a linha de baixo dos países pobres. Seja procissão ou pirâmide, ambas representações estão fincadas

em bases frágeis que expõem a falta de sustentabilidade dos modelos vigentes e que muito se assemelham, guardadas as devidas proporções, com o nosso País e consequentemente com o Baixo Sul da Bahia.

Wolfe (1976) ressalta ainda aquilo que ele definiu como usos legítimos do termo desenvolvimento, em que um deles consiste em processos de crescimento e de mudança nas sociedades ou ainda expressam a aspiração a uma sociedade melhor, que se utiliza de juízo de valor para determinar o que é esse melhor, muitas vezes associado às forças dominantes. Forças essas que trazem incorporadas formas colonizadoras de julgamento nas quais se supõe saber o que é bom para uma nação. Essa postura tem sido posta em xeque na atualidade, com discussões sobre os rastros deixados pelo crescimento não inclusivo, sobretudo nos países pobres e em desenvolvimento.

O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. [...] a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. [...] Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. (FURTADO, 1974, p. 75).

De acordo com Souza (2018), durante as décadas de 1940 e 1950, foram construídos muitos modelos de desenvolvimento e o tema foi amplamente debatido, inclusive sobre seu oposto, o subdesenvolvimento, o que se deveu a um aumento significativo da desigualdade, ou seja, distância entre ricos e pobres, naquele período. Já na perspectiva de Hirschman (1980), dois componentes eram importantes à época para definir as ideias de desenvolvimento: concordância com a tese do benefício mútuo e a discordância com a tese da monoeconomia. A tese do benefício mútuo ou reciprocidade de vantagens indicava que países desenvolvidos e subdesenvolvidos poderiam ter suas relações contornadas com benefício para ambos. Já a monoeconomia parte da visão da universalidade da teoria econômica, o que levaria a não ter por que tratar os países em desenvolvimento com atenção, e por isso a discordância com esse conceito.

Para Sachs (2008), o conceito de desenvolvimento no contexto histórico tem o sentido de consertar as desigualdades do passado, como uma espécie de

promessa, expiação ou reparação, complementada por uma visão, segundo o autor, que consiste em um acesso a direitos: políticos, econômicos, sociais, culturais e ao meio ambiente. E, para diferenciá-lo de uma visão econômica que reduziria o conceito, o autor embute nele a igualdade, equidade e solidariedade.

Com essa análise, Sachs (2008) vai pouco a pouco diferenciando desenvolvimento de crescimento. No qual o segundo não é sinônimo do primeiro se a riqueza gerada não servir para diminuir a pobreza e desigualdade, uma análise em que o crescimento econômico apenas com incremento do PIB já não pode mais ser considerado satisfatório. Debate que vem ganhando espaço com discussões que revelam que se o crescimento econômico não proporcionar melhoria de vida e aumento da sensação de bem-estar, ele não cumpriu seu papel e, portanto, não é desenvolvimento.

Nas palavras de Sachs (2008), esse é o mau desenvolvimento, em que há aumento de PIB ao mesmo tempo em que aumentam as desigualdades sociais e pobreza. Situação semelhante foi noticiada pelo Jornal Nacional do dia dois de junho de 2021, em que o PIB do primeiro trimestre cresceu 1,2% ao passo que o consumo das famílias caiu 0,1%. Esse parece ser um exemplo do que não é desenvolvimento por não puxar junto com o crescimento do PIB indicadores que remetam a maior inclusão social e redução de desigualdades.

Sachs (2008) descreve o desenvolvimento includente como sendo aquele que se opõe ao crescimento excludente e concentrador de rendas e riquezas. Nesse tipo de desenvolvimento há reconhecimento de direitos e está pautado na democracia, com oferecimento de subsídios ao desemprego, com políticas de redistribuição de renda, educação, saúde e moradia. Na visão do autor, para que o crescimento seja sinônimo de desenvolvimento, é preciso que caminhem juntos outros resultados, como aumento de oportunidade de empregos e diminuição e redução da desigualdade. “O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.” (SACHS, 2008, p. 13).

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Do conceito multifacetado do desenvolvimento e suas nuances, há também o desenvolvimento sustentável, que, na visão de Sachs (2008), acrescenta ao desenvolvimento incluyente ou que aborda a sustentabilidade social, a dimensão da sustentabilidade ambiental. Compreende cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e político. A dimensão social já foi tratada no desenvolvimento incluyente, a dimensão ambiental refere-se ao provimento de recursos. O pilar territorial fala como esses recursos e a população estão distribuídos, o pilar econômico como base para todos os demais e o pilar político, que tem na governança a condição necessária para que as coisas aconteçam.

Quadro 1 - Pilares do desenvolvimento sustentável na visão de Sen (2004)

Pilares	Conceito
Social	Pilar fundamental que requer que o desenvolvimento esteja ancorado em outro tipo de crescimento que possibilite a construção de uma sociedade com maior equidade, a fim de diminuir a distância entre ricos e pobres.
Ambiental	Refere-se ao meio ambiente e uso dos recursos naturais, combatendo a visão antropocêntrica em que o homem se coloca como dono do meio ambiente.
Territorial	Pilar que diz respeito a como estão distribuídos os recursos, as populações e suas atividades.
Econômico	Nesse pilar, a condição econômica é determinante para que haja o crescimento, com correta alocação e gestão dos recursos.
Político	Diz respeito à participação democrática na tomada de decisões, mobilizando a

Pilares	Conceito
	sociedade, as instituições e os empresários.

Fonte: Adaptado de Sen (2004).

Desenvolvimento é essencialmente um conceito ético, que envolve uma dupla solidariedade: com a geração presente e com as gerações futuras. Já para falar de desenvolvimento sustentável é preciso falar em três condições que devem coexistir: desenvolvimento social, especialmente com a criação contínua de oportunidades de trabalho decente; responsabilidade ambiental, fazendo bom uso da natureza e garantindo que os recursos renováveis se renovem; e economia com ritmo regular de produção e distribuição, que sustente as duas condições anteriores (SACHS, 2004).

Para Souza (2018) e outros pesquisadores, o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como uma evolução do conceito de ecodesenvolvimento. Para Sachs (2008) e Montibeller Filho (1993), ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável são sinônimos, podendo ser chamados ainda na visão do último autor de desenvolvimento durável. Montibeller Filho (1993) traz reflexões como o antropocentrismo influenciou modelos vigentes, no qual o homem é o centro de tudo, e como os recursos naturais passam a existir apenas para servir ao homem e ao crescimento econômico. Tudo isso aliado ao fato de que é necessário se criar uma visão sistêmica e holística em que várias dimensões, além da econômica, tenham importância para avaliar se há desenvolvimento ou não. Tais reflexões são respostas às insatisfações de cientistas e pesquisadores das áreas sociais que antecederam a criação do conceito de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável.

Na década de 1980, o conceito é difundido e o Relatório Brundtland, de 1987, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, retoma o conceito de desenvolvimento sustentável, e sacramenta sua definição como sendo: “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.” (BRUNDTLAND, 1991). Tem aqui uma visão ética, visão de futuro e preocupação com recursos naturais e o uso moderado ou sustentável desses. Porém, Montibeller

Filho(1993) pondera em seus escritos que o ideal será um dia falar apenas em desenvolvimento sem que precise especificar os aspectos citados acima.

Com os compromissos da agenda *Environmental, Social and Governance* (ESG) sendo cada vez mais incorporados pelas empresas é possível que se esteja caminhando para esta direção: na qual a atuação empresarial andar^á *pari passu* com a sustentabilidade e esteja embutida como essência nos processos produtivos das empresas.

Na outra mão, há pensadores que não acreditam no desenvolvimento sustentável como posto aqui por outros autores, pois o crescimento econômico é um fator que pode gerar mais pobreza que benefícios, uma vez que a Terra não irá mais suportar o uso ilimitado dos seus recursos. Dessa forma, “desenvolvimento sustentável deve ser desenvolvimento sem crescimento – mas com o controle da população e a redistribuição da riqueza – se é para ser um ataque sério à pobreza.” (DALY, 2004, p. 199).

2.3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Não se pode desconsiderar a importância do crescimento econômico, porém, dando seguimento à discussão da sessão anterior, ele é insuficiente para dar conta de outros aspectos para além da acumulação de riquezas e incremento do PIB, como, por exemplo, poder compreender os fins e os meios a que se destinam (SEN, 2010).

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2010, p. 29).

Na visão do autor, ele não pode ser um fim em si mesmo. O objetivo deve ser sempre melhorar a vida das pessoas e expandir suas liberdades, o que se refere a poder fazer escolhas, viver a vida de forma mais ampla. E de que tipo de liberdade Sen está falando? Para definir melhor o conceito, o autor descreve o que seria a privação de liberdade, ou seja, seu oposto. Para ele, pode existir privação de liberdade no âmbito político e de direitos civis, na qual os cidadãos não podem

participar de processos importantes e decisórios. Considera ainda que estão privadas de liberdade as pessoas que passam fome, que não têm acesso à água, saúde, pois lhes é tirada a liberdade de sobreviver dignamente. A liberdade de poder frequentar a escola também é citada. Quando ela é cerceada, a criança deixa de ter acesso a um direito básico com consequências para sua vida futura. No exemplo anterior, o indivíduo sofre os impactos da ausência de políticas públicas que vão afetar diretamente sua história de vida e restringir suas liberdades e potencialidades.

A análise do desenvolvimento apresentada [...] considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos. Assim, atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades” [*capabilities*] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam — e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. (SEN, 2010, p. 32 - 33).

As liberdades individuais são importantes na teoria de Sen (2000), por trazerem possibilidades de escolha e qualidade de vida para os indivíduos, e ainda contribuem para o panorama social. O desenvolvimento pode ser percebido a partir da ótica daqueles que triunfaram sobre as privações, sem que o componente econômico seja aqui desconsiderado.

A liberdade pode ainda ser constitutiva ou instrumental. A liberdade constitutiva é também chamada de liberdades substantivas, que são mais básicas e elementares, como ter liberdade de acesso à escola, direitos civis, expressão, liberdade de sobreviver, ter acesso à água e saneamento.

As liberdades substantivas representam dimensões fundamentais que compõem o desenvolvimento de uma sociedade, e não estão sujeitas somente ao crescimento econômico ou ao acesso aos mercados, mas a uma ampla base de referências, que abrange variadas formas de participação e interação social consideradas decisivas para a consecução da condição de agente do indivíduo. (SOUZA, 2018, p. 103)

A liberdade instrumental refere-se ao fato de os indivíduos poderem escolher o modo de viver. A democracia é a base para a liberdade instrumental, que abrange liberdade política, disponibilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e proteção da segurança

O papel instrumental da liberdade se refere à forma como os diferentes tipos de direitos e oportunidades contribuem para o alargamento da liberdade do homem em geral e, portanto, fomentam o desenvolvimento. A eficácia da liberdade como instrumento está no fato de que os diferentes tipos de liberdade estão inter-relacionados, e um tipo de liberdade pode contribuir extraordinariamente para o fortalecimento dos outros tipos. (SOUZA, 2018, p. 103).

A liberdade política diz respeito à possibilidade de escolher os governantes e acompanhar o processo legislativo de forma aberta e transparente, sem censuras ou punições. As disponibilidades econômicas referem-se à possibilidade de a sociedade fazer uso do que o crescimento econômico gera, como consumo das famílias, produção ou troca. As oportunidades sociais são os benefícios que a sociedade usufrui no que se refere ao bem-estar social, como educação, saúde, saneamento. As garantias de transparência dizem respeito a processos idôneos em que não haja corrupção e nem outras ações que lesem o cidadão. A proteção da segurança é composta por mecanismos que não permitem que os cidadãos de uma nação caiam na condição de miséria. São, em geral, os subsídios que os governos oferecem com esse propósito.

As liberdades reforçam-se umas às outras, pois a liberdade política potencializa a proteção da segurança que estimula a disponibilidade econômica, que, por sua vez, gera mais oportunidades sociais. Já as instituições contribuem para o fortalecimento ou enfraquecimento das liberdades. As instituições aqui podem ser entendidas como mercados, sistema democrático, mídia ou sistema de distribuição pública. Uma vez que os indivíduos vivem em um mundo de instituições, elas exercem grande influência sobre as liberdades dos indivíduos. A forma como as instituições interagem entre si também é determinante para a configuração das liberdades em função da forma como afeta a sociedade.

No que se refere às instituições dos mecanismos de mercado, que podem ser um conceito um tanto abstrato, mas que, no entanto, é por meio deles que as oportunidades surgem e que as pessoas podem interagir em atividades que proporcionem vantagens para ambos os lados, os mercados não são tão nocivos na visão do autor, desde que não haja despreparo em suas transações e que predomine a transparência de informações, sem que os poderosos insistam em tirar proveito de sua vantagem assimétrica. Dessa forma, teríamos mercados mais equitativos em que as disposições políticas e sociais seriam determinantes para esse processo.

Quando as oportunidades que o mecanismo de mercado oferece são mais equilibradas e inclusivas, é possível atestar um maior êxito em suas ações.

Souza (2018) está se referindo a um mercado que possa prover educação; saúde; disponibilidade de terra, por meio da reforma agrária para a agricultura; e que funcione a partir de políticas públicas adequadas, que contribua assim para a eficiência por meio da complementariedade entre as instituições, sendo competentes, produtivas, alcançando melhor rendimento com o mínimo de erros ou dispêndios.

Dessa forma, tais mecanismos podem se tornar grandes aliados para criação de oportunidades sociais para a equidade e a justiça social. A inclusão do tema de diversidade dentro da agenda de *Environmental, Social and Governance (ESG)* é um exemplo de como os mecanismos de mercado podem envolver as instituições para uma atuação mais justa socialmente. Empresas que começam a adotar políticas de contratação, retenção e promoção de mulheres, pessoas negras, gays, pessoas transgênero, dentre outros grupos que merecem uma atenção especial para o alcance de um mundo mais equânime, exemplificam esse ponto, o que corrobora que o papel das instituições é fundamental para o alcance do desenvolvimento como liberdade, que oferece oportunidades e acesso.

Sen (2000) destaca que a criação de oportunidades sociais com a inclusão dos serviços de saúde, seguridade social e educação contribuem para a expansão da liberdade e da qualidade de vida. As considerações de Sen (2000) remetem as discussões de Acemoglu (2012) sobre as instituições de que na origem do fracasso estão as instituições econômicas e políticas extrativistas que são “incapazes de engendrar os incentivos necessários para que as pessoas poupem, invistam e inovem, e suas contrapartes políticas lhes dão suporte à medida que consolidam o poder dos beneficiários do extrativismo.”

Tais instituições não estão a serviço do Estado para prestar serviços públicos essenciais à sociedade, não asseguram o direito à propriedade privada e nem promovem incentivos para a educação e empreendedorismo. Tem esse nome por extrair renda e riqueza dos mais pobres para benefício da elite dominante que está no poder e cria as instituições econômicas e suas prioridades. Na outra mão, segundo o autor, estão as instituições inclusivas que fomentam tecnologia e educação para preparar os cidadãos para a vida. Nesse contexto, o Estado é forte, porém não arbitrário e existem restrições para criação de mecanismos que beneficiem apenas

os que estão no poder. As instituições inclusivas asseguram o direito à propriedade, criam incentivos para empreender e fomentam o crescimento econômico. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Instituições econômicas inclusivas são aquelas que permitem que a sociedade participe das atividades econômicas que aproveitam talentos e competências das pessoas possibilitando o livre arbítrio aos indivíduos. Para serem inclusivas, essas instituições devem contribuir para a prosperidade da economia, tendo um sistema jurídico confiável além de serviços públicos que ofereçam condições básicas de vida, com criação de novos empregos e empresas nos quais os indivíduos possam definir suas profissões.

À luz de Acemoglu (2012) é possível identificar semelhanças com o lócus da pesquisa a partir da descrição que o autor faz de um regime coordenado por instituições extrativistas. Os indicadores socioeconômicos da região estudada, que serão abordados no capítulo 4, ilustram um pouco dessa realidade ao evidenciarem o baixo incentivo à educação, a falta de confiança para investir, a falta de saneamento, a migração para outras cidades, a desigualdade com concentração de riqueza em pequenos grupos e o baixo crescimento econômico. Esse é um contexto que se aproxima do que o autor descreve como sendo um modelo intencional e motivado por decisões que geram pobreza, pois as instituições econômicas refletem os interesses das instituições políticas sempre submetidas aos mecanismos de mercado.

Mediante o exposto, percebe-se o quão determinante são as instituições para possibilitar caminhos aos indivíduos ou ainda privá-los de oportunidades, que, por sua vez, afetam as liberdades conforme o conceito já descrito.

2.4 COMO MENSURAR O DESENVOLVIMENTO

Até aqui, por meio do pensamento de vários autores, foi traçada uma linha de raciocínio sobre o conceito de desenvolvimento, que se mostrou abrangente, complexo e diverso, possibilitando conhecer diferentes conceitos sobre desenvolvimento, a exemplo do ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento como liberdades. Em todas as definições apresentadas, pode-se constatar que cada vez mais o conceito de desenvolvimento descola-se do conceito exclusivo de renda e tudo que remete a esse aspecto, a

exemplo do PIB. Os conceitos atuais associam ao incremento de renda a necessidade de aumento da sensação de bem-estar, inclusão social e diminuição de desigualdades.

Sendo esse conceito tão rico e amplo, tornou-se desafiador definir formas de mensurá-lo que possam ir além da análise da variação quantitativa da riqueza, ganhando espaço os indicadores sociais, para assim dar conta de uma dimensão mais abrangente abordada neste capítulo.

Um indicador é uma medida que captura dados importantes relacionados a uma atividade, fenômeno ou situação e fornece informações que subsidiam o processo de tomada de decisão e orientam a formulação de políticas públicas e o planejamento. Os indicadores são utilizados com o objetivo de conhecer a realidade econômica, social, ambiental, etc. de uma sociedade, monitorar o seu desenvolvimento e subsidiar os gestores públicos e privados em suas administrações. (SOUZA, 2018, p. 109).

Para a realização da pesquisa, os indicadores socioeconômicos do lócus do estudo foram levantados, etapa importante para tentar definir, por meio de números ou medida estatística, um conceito por vezes abstrato e intangível como o desenvolvimento. Como citado por Souza (2018), tal trabalho visa apoiar pesquisas, como esta que se apresenta, ou ainda embasar a definição de programas e políticas públicas. Os indicadores sociais foram também estudados pelo fato de que os indicadores econômicos não dão conta de oferecer conhecimento acerca do desenvolvimento na acepção trazida pelos autores consultados nesse referencial.

Os indicadores foram definidos com base em pesquisa e reúnem aqueles que avaliam aspectos relativos à qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas juntamente com os econômicos, a fim de levantar características básicas do desenvolvimento das comunidades. São eles: população rural, saída da população do município para outras regiões, escolaridade, PIB per capita, IDHM, esgotamento sanitário e população ocupada. Importante observar a composição dos indicadores escolhida para conseguir tangibilizar o desenvolvimento dos municípios analisados.

Os indicadores podem ser classificados como econômicos, sociais e ambientais, sendo os econômicos os mais conhecidos e consolidados, em função das formas de mensuração do desenvolvimento mais focada no viés da renda que predominava anteriormente. Refletem como anda a economia de uma nação. Os indicadores sociais reportam aspectos mais intangíveis e qualitativos, como a

felicidade e qualidade de vida dos indivíduos no que se refere a condições básicas de vida, como saúde, educação e segurança. Já os ambientais denotam a evolução em relação ao uso dos recursos naturais e refletem o desenvolvimento sustentável.

Um indicador que reúne bem os três aspectos é o *Inclusive Wealth (IW)*, um indicador que visa medir o bem-estar de uma população ao longo do tempo, aferindo a capacidade de um país em gerar riqueza e de crescer, observando a relação com os recursos naturais e outros fatores como saúde e educação. O indicador pode ser traduzido para o termo Índice de Riqueza Inclusiva e foi apresentado pela ONU no ano de 2012, na conferência Rio + 20. Também chamado de PIB Verde, no Brasil, foi sancionado com a lei nº 13.493, em 17 de outubro de 2017, com o objetivo de ajudar a medir o desenvolvimento sustentável do País. Para chegar ao dado, mensuram-se aspectos como capital produtivo, capital humano e natural.

Os ativos físicos e financeiros dos países já têm sido mensurados há bastante tempo, mas a atenção está se voltando agora para uma melhor contabilidade da riqueza fundamental de cada nação: seus ativos naturais, humanos e sociais.

Criar métricas que nos ajudem a verificar, avaliar, restaurar e expandir esses ativos está no cerne de criar uma prosperidade de longo prazo. O Índice de Riqueza Inclusiva (IWI, na sigla em inglês) preparado pelas Nações Unidas procura fazer exatamente isso, avaliando as mudanças nas reservas de capital manufaturado, humano e natural dos países – com a conclusão inicial de que de 20 países tiveram queda em seu IWI per capita, desde 1990. (RAWORTH, 2013 p. 36).

O capital produtivo refere-se à capacidade de geração de renda por parte dos cidadãos de uma nação, é o lastro econômico como pano de fundo para o bem-estar. O capital humano diz respeito a como os cidadãos estão vivendo as questões relativas à saúde, educação, moradia, segurança etc. Por meio dessa análise já é possível delimitar se está havendo inclusão social e melhoria da qualidade de vida de uma determinada população.

Já o capital natural não havia ainda sido incluído em indicadores de avaliação de desenvolvimento. No entanto, com novos conceitos de desenvolvimento sustentável, esse componente passou a ser fundamental para aferir se o incremento de renda, melhoria do PIB e da qualidade de vida estão sendo acompanhados do uso racional dos recursos naturais ou promovendo um rastro de degradação. Esse capital, portanto, busca medir quantos combustíveis fósseis e riquezas minerais

existem num determinado país adicionados de uma análise dos recursos hídricos, florestas, poluição, atmosfera.

Estudos de Rockström (2009) dialogam com o modelo acima e ajudaram a medir o capital natural ao definir os limites planetários, compostos por mudanças climáticas, diversidade biológica, nitrogênio e fósforo, ozônio estratosférico, acidificação dos oceanos, uso global da água doce, mudanças no uso do solo, emissões de aerossóis na atmosfera e poluição química. A seguir estão dispostos tais limites, sob a ótica do autor.

Quadro 2 - Limites planetários na visão de Rockström (2009)

Mudanças climáticas	O autor define o limite de 350 partes por milhão de CO ² na atmosfera como sendo o máximo permitido para que possa frear as mudanças climáticas, evitando alterar os padrões do clima, a exemplo do derretimento de geleiras e diminuição do sequestro de carbono dos oceanos.
Diversidade biológica	É fundamental para o funcionamento dos ecossistemas e serviços ambientais. Para definir o limite planetário em relação a esse aspecto, Rockström (2009) usou a taxa de extinção de espécies, sendo considerado como aceitável 10 extinções por milhão de espécies ao ano.
Nitrogênio e fósforo	Ambos são nutrientes indispensáveis para a vida e produção de alimentos, mas são também nocivos e podem poluir o meio ambiente. Para o limite de nitrogênio ainda se está buscando uma melhor definição, já para o fósforo, o limite proposto foi de 10 vezes a taxa dos processos naturais.
Ozônio estratosférico	Esse componente filtra a radiação ultravioleta do Sol, sendo indispensável para a proteção humana. O limite sugerido

	foi de até 5% nos níveis do gás de uma coluna atmosférica em qualquer latitude.
Acidificação dos oceanos	O CO ² acrescentado aos oceanos promove aumento de acidez da água, que afeta diretamente os organismos marinhos. O que o autor sugere como limite para esse índice é manter a saturação das formas cristalinas do sal de cálcio do CO ² nas águas num índice de até 80% da média global desse mesmo índice no período pré-industrial.
Uso global da água doce	Um limite para o uso das águas apontado pelo autor é até cerca de 4 mil quilômetros cúbicos por ano no consumo de água corrente. Passando desse número, a humanidade pode se deparar com limitações de disponibilidade do recurso.
Mudanças no uso do solo	O uso intensivo, sobretudo em função da atividade agrícola, faz com que haja uma mudança do meio ambiente de forma geral. O limite proposto pelo autor para essa mudança é de que até 15% do território não coberto por gelo seja destinado ao uso da agricultura.
Emissões de aerossóis na atmosfera	Esse componente adiciona partículas à atmosfera, causando danos à saúde humana. No entanto, embora haja o conhecimento do risco à vida no planeta, não foi possível ainda dimensionar um limite para as emissões de aerossóis.
Poluição química	Envolve componentes radioativos, metais pesados e uma variedade de compostos orgânicos derivados da ação do homem e

	causam danos à saúde e ao meio ambiente. Também ainda não é possível estabelecer um limite para esse item.
--	--

Fonte: Adaptado de Rockström (2009).

Como conclusão, Rockström (2009) propõe que os limites planetários são interdependentes no ecossistema terrestre, ou seja, uma vez que um desses limites é quebrado isso afeta diretamente todos os outros, e não respeitá-los pode trazer graves consequências para os seres humanos e para o meio ambiente. A análise dos limites planetários dialoga com a visão de Furtado (1974), que mostra que os limites do sonho do desenvolvimento e do crescimento econômico ilimitado estão dados por um planeta finito.

[...] que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (FURTADO, 1974, p. 19).

Souza (2018) faz uma análise de como medir o desenvolvimento sob três perspectivas: da renda, do desenvolvimento humano e da sustentabilidade. Na perspectiva da renda, avanços na mensuração foram possíveis, segundo o autor supracitado, com a criação do Sistema de Contas Nacionais (SCN), que apresenta informações sobre como é gerado, distribuído e usada a renda num determinado país. Esse sistema foi criado após a segunda guerra mundial, em uma parceria entre as Universidades de Harvard e de Oxford.

A criação do SCN aconteceu após os países reconhecerem a necessidade da produção sistemática, confiável e passível de comparação, no espaço e no tempo, de estatísticas e indicadores econômicos para subsidiar a tomada de decisões, na esfera pública e na privada. (SOUZA, 2018, p. 100).

Antes disso, não havia indicadores que compilassem as informações necessárias para se calcular a renda de uma nação, sendo um importante marco para conhecer as atividades desenvolvidas em uma economia. No Brasil, essa

responsabilidade está a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que segue os padrões internacionais do System of National Accounts 2008, (SNA), da Organização das Nações Unidas (ONU), da Comissão Europeia - Eurostat, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial.

O PIB ou Produto Interno Bruto é um importante indicador econômico que calcula a soma de todos os bens e serviços produzidos pela economia de uma determinada nação, estado ou município, num ciclo de um ano, para aferir o possível crescimento de uma área geográfica. Já o PIB per capita avalia a renda média da população de um país: baixa renda per capita indica baixo desenvolvimento e vice-versa (SOUZA, 2018).

No entanto, o PIB não dá conta de analisar os indicadores sociais e os aspectos distributivos da renda de um país, sendo por isso necessária a complementariedade com indicadores, como Índice de Gini e Curva de Lorenz. A Curva de Lorenz verifica a distribuição de renda, e o Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um indicador capaz de mensurar o grau de concentração de renda em determinado grupo.

Ainda na perspectiva da renda, a sua insuficiência é um importante indicador de níveis de pobreza, uma vez que para ter acesso a bens e serviços é preciso acessar mercados cuja renda é um fator indispensável. Existem métodos para se calcular o valor mínimo de renda para uma determinada região que possibilite acesso a uma vida digna. Aqueles que se encontrarem abaixo desse valor, que podem ser chamados de linha de pobreza e linha de indigência, são considerados pobres ou indigentes.

Para medir o desenvolvimento sob as perspectivas do desenvolvimento humano, parte-se do entendimento de que o PIB não era mais suficiente para retratar o desenvolvimento, por olhar apenas o seu aspecto econômico. Surge então o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado por Amartya Sen, para medir o bem-estar humano reunindo três importantes indicadores: renda, longevidade e educação. A renda compõe o índice, ao considerar o PIB per capita, mas não somente esse dado é importante. Ele é complementado por mais dois outros indicadores: um indicador que indica como está a saúde da população, a expectativa de vida ao nascer; e um

indicador da educação da população que mensura a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior.

O conceito de desenvolvimento humano, mediante os autores pesquisados, surgiu na relação com a oportunidades de ampliação das escolhas e liberdades dos seres humanos, a fim de que pudessem trilhar os caminhos que desejassem. Esse conceito traz uma nova perspectiva para o entendimento do bem-estar que difere daquele obtido pela ótica do crescimento econômico, que associa a qualidade de vida e bem-estar das pessoas apenas com a renda e recursos que podem ser gerados. O mesmo índice foi trabalhado para mensurar e comparar o desenvolvimento dos municípios sendo criado o IDHM, que utiliza dos mesmos princípios e incorpora apenas alguns ajustes no que diz respeito aos indicadores utilizados.

Para complementar as lacunas deixadas pelo IDH, outros indicadores vêm sendo utilizados, a exemplo do Índice de Desigualdade de Gênero, Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade, Índice de Pobreza Multidimensional, dentre outros, que podem ter um aprofundamento maior em um novo trabalho.

Já na perspectiva do desenvolvimento sustentável, o autor traz para discussão a necessidade de se ter indicadores que abranjam as dimensões econômica, social e ambiental, para poder mensurar os índices de sustentabilidade de uma determinada região. O IBGE contribuiu com essa agenda ao criar os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), que abordam aspectos do âmbito social, ambiental, econômico e institucional (SOUZA, 2018).

No âmbito social, os IDS levantam dados da população; trabalho e rendimento; saúde; educação; habitação e segurança. No ambiental, observa-se a atmosfera; terra; água doce, oceanos, mares e áreas costeiras; biodiversidade e saneamento. No que refere ao âmbito econômico, é analisado o quadro econômico que aborda a dinâmica macroeconômica ao lado do uso de recursos naturais e comporta indicadores como: PIB *per capita*, taxa de investimento, balança comercial, consumo de energia per capita, consumo mineral per capita, dentre outros. Já no âmbito institucional, são analisados o quadro institucional e a capacidade institucional retratados por indicadores como: ratificação de acordos globais, legislação ambiental, organizações da sociedade civil, patrimônio cultural e acesso à internet (SOUZA, 2018).

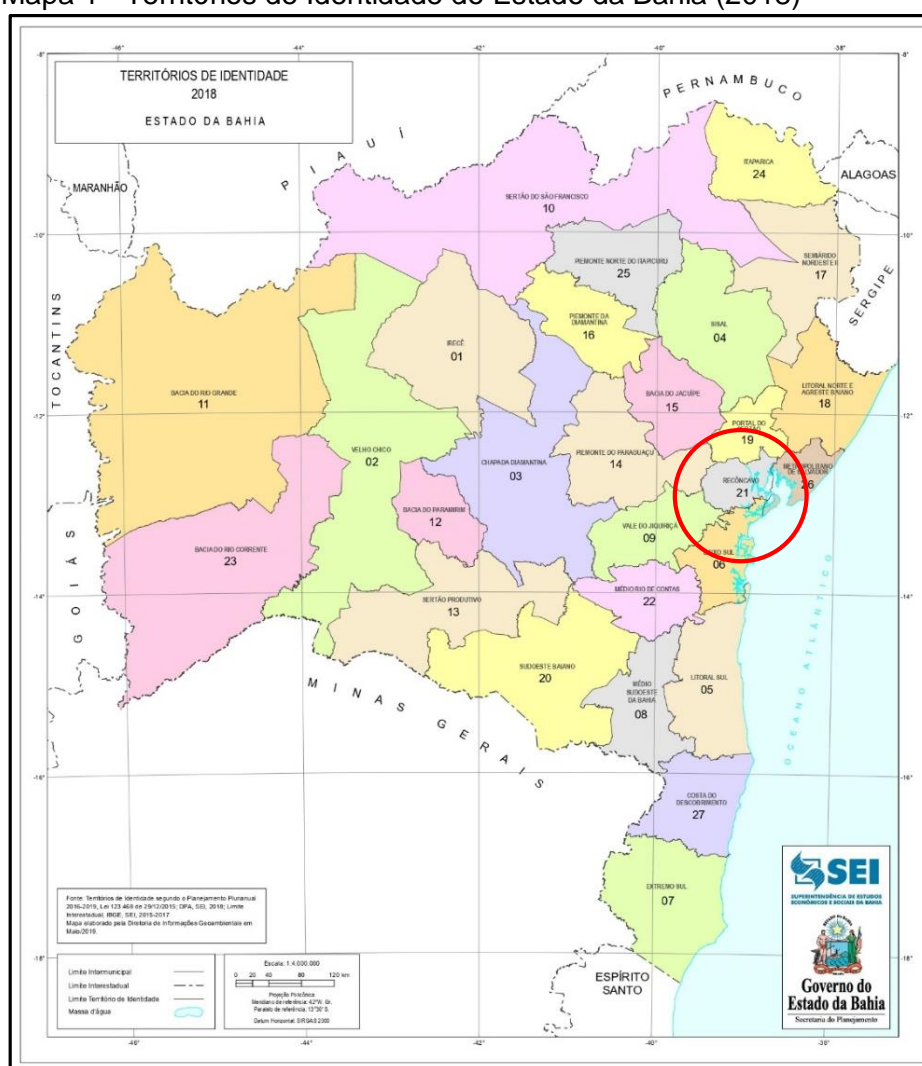
Para mensurar o desenvolvimento no âmbito do programa social da FNO, foi realizado um estudo de avaliação de impacto, no qual as dimensões econômica, social e ambiental foram estudadas. Na dimensão econômica, aspectos como renda, renda obtida com programas sociais de governo, trabalho, taxa de desocupação, perda de produção agrícola, foram estudados. Na dimensão social, foram avaliados indicadores como: acesso à energia elétrica, saneamento, escolaridade, uso de tecnologias, internet, saúde e transporte. E, por fim, na dimensão ambiental, foram levantados indicadores como: regularização das propriedades, uso da água, queimadas, uso de agrotóxico, nascentes e lixo doméstico. Os indicadores acima mencionados serão mais bem aprofundados no capítulo que trata do lócus da pesquisa e no capítulo sobre os resultados.

Nesse bloco, foram abordadas definições diversas acerca do desenvolvimento, ratificando o entendimento de que o múltiplo e heterogêneo é o conceito, culminando com discussões sobre como mensurá-lo e, dessa forma, compondo um referencial teórico que servirá de embasamento para o estudo proposto.

3 LÓCUS DA PESQUISA – BAIXO SUL DA BAHIA

O presente capítulo visa caracterizar e analisar espacialmente nove municípios que estão localizados no Baixo Sul da Bahia (vide Mapa 1), território de identidade composto por quinze municípios: Aratuípe, Jaguaripe, Cairu, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Ibirapitanga, Pirai do Norte, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia e Presidente Tancredo Neves (vide Mapa 2), nos quais, segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), vivem cerca de 380 mil pessoas na região.

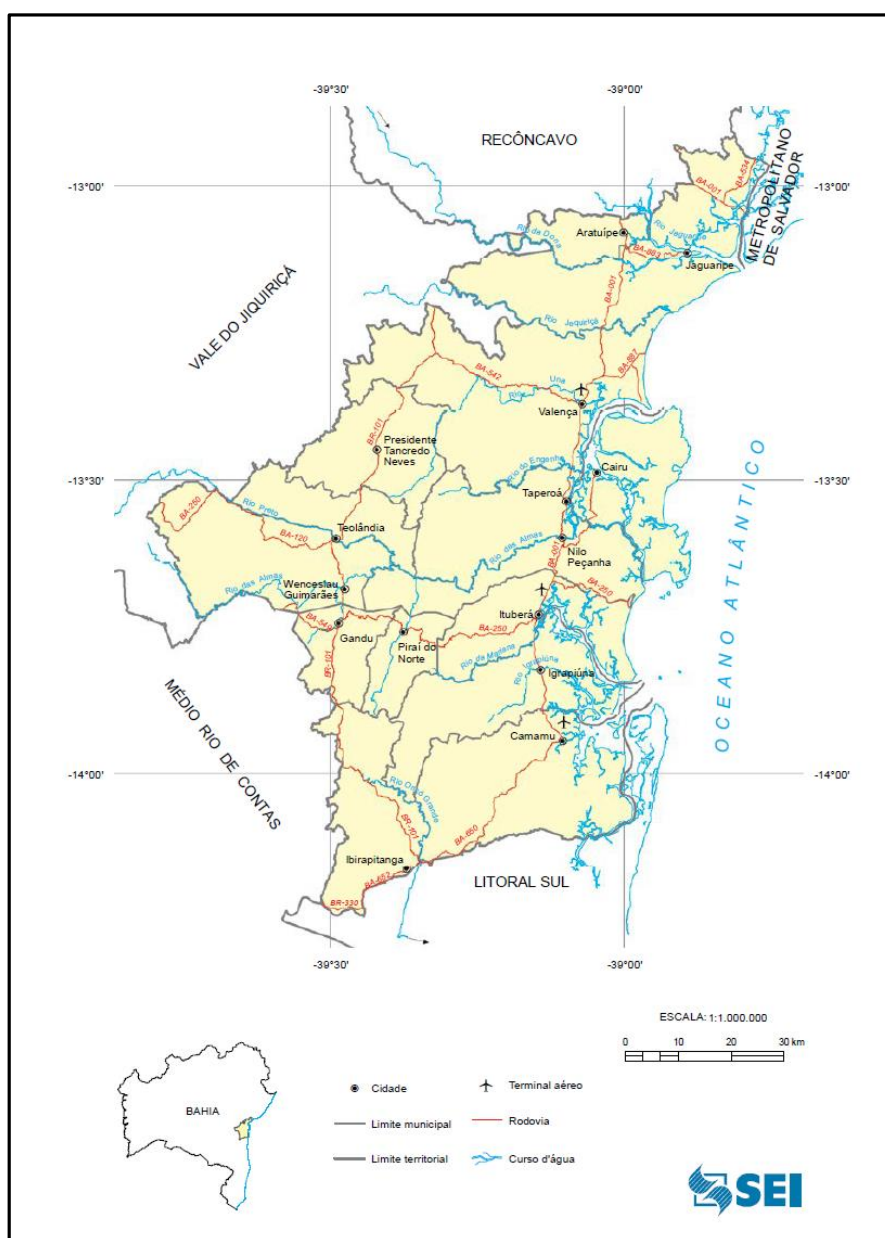
Mapa 1 - Territórios de Identidade do Estado da Bahia (2018)



Dentre os municípios que compõem o território, foram escolhidos nove para realizar a pesquisa, por terem sido os estudados na avaliação de impactos praticada

pela FNO. Foi feita uma pré-análise, a fim de verificar onde havia uma maior concentração de beneficiários do programa social da FNO e, portanto, maior número de respondentes para o estudo. São eles: Camamu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença. O conhecimento dos indicadores socioeconômicos dos municípios estudados foi importante para caracterizar o cenário da região e, assim, compreender como a implementação de um programa social e investimentos podem impactar na realidade encontrada.

Mapa 2 - Divisão político-administrativa do Território de Identidade Baixo Sul



Fonte: SEI (2016, p. 88).

Os indicadores socioeconômicos de uma determinada região são uma medida, geralmente estatística, usada para expressar de forma quantitativa um conceito muitas vezes abstrato para apoiar pesquisas ou embasar a definição de programas e políticas públicas. Esse conceito já foi trabalhado no referencial teórico, ao discorrer sobre como mensurar o desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), por exemplo, é um importante indicador desenvolvido por Amartya Sen e Mahbubul Haq, que possibilita fazer comparativos entre municípios e países por meio de uma metodologia específica que analisa longevidade, educação e renda, a fim de aferir o grau de desenvolvimento humano, segundo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Outro aspecto importante para se pensar no desenvolvimento de ações para a promoção do desenvolvimento sustentável local é conhecer como vive a população; compreender que percentual se encontra em áreas urbanas e que percentual se encontra em áreas rurais da região estudada. Esse fator seria determinante para definir o tipo de atividade econômica a ser desenvolvida. A migração do campo para as cidades é outro fenômeno importante a ser analisado. Ele está presente no Baixo Sul da Bahia e observar os dados de população e saída dos municípios estudados, com recorte entre saída da população urbana e saída da população rural, possibilita conhecer a intensidade desses fluxos, a fim de interpretá-los. Nos anos 80, do século XX, segundo literatura sobre o assunto, esses fluxos se tornaram menos intensos no Brasil, havendo ainda o fenômeno de migração de retorno em função da crise econômica do País e baixa expectativa de inserção no mercado dos grandes centros.

Ainda que houvesse redução na intensidade do fluxo migratório ao longo dos anos, o fenômeno, no entanto, se manteve, levando ao entendimento, na visão de Brito (2015), de que há uma cultura da migração que sustenta a permanência desse movimento.

[...] como as trajetórias são caminhos estruturais e têm, portanto, uma dimensão social e cultural, um fator inercial pode mantê-las, mesmo que as condições objetivas da economia e da sociedade já não precisem tanto da força de trabalho que transita por elas. (BRITO, 2015, p.13).

Essa cultura, todavia, sofre influência ou é ainda reflexo dos fatores socioeconômicos de uma determinada região que, ao não reunir condições favoráveis para a continuidade da população e perspectivas de educação e trabalho, perde atratividade para outras regiões.

Em 2003, para fazer frente, principalmente, ao desafio da migração, foi implementada uma intervenção nesse território, para promoção do desenvolvimento sustentável a partir da vocação agrícola local, a fim de que o jovem, juntamente com suas famílias, pudesse enxergar em seu lugar de origem as oportunidades necessárias para permanecer no campo. A implementação da iniciativa foi baseada numa percepção empírica das características da região, das condições de vida de sua população e anseios das comunidades.

Diante do exposto, este capítulo tem o objetivo de, ao caracterizar as condições socioeconômicas do Baixo Sul da Bahia e espacializar essas informações, combinando determinados indicadores, se fazer um diagnóstico social e econômico para melhor compreender as dificuldades e vulnerabilidades de um município e ou região para subsidiar a implementação de políticas públicas e programas sociais.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR

Para caracterização do lugar, foi feita uma coleta de dados secundários em fontes diversas, a fim de trazer informações sobre população, área, clima, temperatura, recursos hídricos, solo, bioma e agricultura.

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade. (SANTOS, 2006, p. 213).

Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos (SEI, 2016), o clima tropical predomina em toda área, com presença de chuva frequente durante o ano com precipitações da ordem de 2.500 mm. A temperatura média anual está em torno dos 24,5° C, e há abundância de recursos hídricos, estando inserido na Região e na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul.

Quadro 3 - Principais rios dos municípios do Baixo Sul

Municípios	Rios
Cairu	Riacho Gamboa
Camamu	Cachoeira Grande, Acaraí, Orijó, Sorojo
Gandu	Almas
Igrapiúna	Serinhaém, Igrapiúna, Pinaré
Ituberá	Cachoeira Grande, Serinhaém, Rio de Barro, Riacho Maribu, Santarem, Rio das Piabas, Cabatá
Nilo Peçanha	Jequié ou das Almas, do Braço, Santo, Santo Antônio
Piraí do Norte	Juliana, Rio do Peixe
Pres. Tanc. Neves	Riacho do Meio, Piauí, Riacho Espanada, Rio Ipiranga
Taperoá	Jequié ou das Almas, Camuruji, Engenho, Carijé
Teolândia	Preto, Jequié ou das Almas, Fonte de Prata, Rio dos Reis
Valença	Una, Jiquiriçá, Pitanga, do Braço, Graciosa ou Engenho, Piau

Fonte: Costa do Dendê, BAHIATURSA, 1998; Anuário de Estatística, SEI/SEPLANTEC, 2001.

A abundância de recursos hídricos presentes nas bacias e sub-bacias tem influência direta com a agricultura, na qual muitos cultivos estão distribuídos ao longo das margens dos rios. Os maiores índices de chuva ocorrem no litoral e vão reduzindo no sentido leste do território, sendo os meses mais chuvosos o período entre março e junho. A umidade do ar é alta e gira em torno de 80% a 90% (SEI, 1999). Há predominância do latossolo, que é considerado solo com grande aptidão para a agricultura, possibilitando o cultivo de culturas diversas no País. No passado, esses solos já foram considerados negativos para a agricultura, pela sua acidez e baixa fertilidade, porém essa visão foi superada com a identificação de meios para correção e preparação para o plantio.

No território predomina o bioma Mata Atlântica, com grande diversificação ambiental que, por sua vez, originou uma grande riqueza para o Baixo Sul, sendo um dos ecossistemas de maior biodiversidade no mundo, ao mesmo passo em que é um dos mais ameaçados. No caso do Baixo Sul, a ameaça se deve ao extrativismo, exploração madeireira, aumento da atividade agrícola e queimadas. Porém, existe uma atividade agrícola que vem contribuindo para a preservação: o cultivo do cacau,

que é responsável por ajudar na conservação de remanescentes em função da necessidade de sombreamento para a produção do fruto, formando uma floresta produtiva. A agricultura é uma atividade econômica importante e, no passado, a região já foi grande fornecedora de alimentos para Salvador. A diversificação de cultivos foi introduzida pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) que hoje produz, segundo Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abacaxi, abacate, açaí, acerola, amendoim, banana, borracha látex, coco da Bahia, cacau, cravo-da-Índia, cupuaçu, dendê, graviola, guaraná, jaca, palmito, pitanga, pupunha, urucum, mandioca, feijão, milho e banana da terra.

Embora o maior foco esteja no entendimento da atividade agrícola, em função das características do programa social voltado para o empreendedorismo nesse setor, existem ainda outras atividades econômicas na região, como pesca, turismo, setor de comércio e serviços; e a indústria, que tem presença mais expressiva no município de Cairu, decorrente da exploração de gás natural no Campo de Manati.

3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A história do Território de Identidade Baixo Sul da Bahia, a partir de sua ocupação no século XVI, está relacionada com a exploração do potencial advindo dos recursos naturais da região, com muito desmatamento e extração de madeiras nobres, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos (SEI, 2016). Ainda segundo a mesma fonte, a região foi produtora de cana-de-açúcar, que ajudou a povoar a localidade pela mão de obra empregada nos cultivos. Tornou-se também grande produtora de alimentos e fornecia para Salvador grande parte de sua produção. No século XVI, a região era conhecida como Tabuleiros Costeiros de Valença e era povoada pelos índios tupiniquins, que, por volta do ano de 1560, foram colonizados por donatários da Capitania de São Jorge dos Ilhéus.

No final do século XVIII, foram introduzidas as culturas do algodão e cacau, que se consolidaram e assumiram grande importância econômica para a região. Gradativamente, o café e a cana-de-açúcar foram sendo substituídos por novas culturas, inclusive de especiarias (SEI, 2016). Na segunda metade do século XIX, a cidade de Valença começa a se tornar um centro de desenvolvimento perante as cidades do entorno. Esse processo havia começado bem antes, com a exploração

da indústria naval, para construção de navios da armada real; passou pela produção agrícola e chegou até a industrialização, com a inauguração, em 1844, de uma fábrica de tecidos que empregava à época 300 operários (SEI, 2016).

Os demais povoados, segundo dados da SEI (2016), foram ascendendo a categoria de município entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, dando origem à formação que se tem hoje em termos de divisões dos municípios, emancipações e nomes que passaram a ser chamados. Os que foram fundados por último são Igrapiúna, Piraí do Norte e Presidente Tancredo Neves, emancipados no ano de 1989, respectivamente, de Camamu, Ituberá e Valença.

3.3 POPULAÇÃO

Com população de 380 mil habitantes e uma área de 7.695 km², o Baixo Sul da Bahia se constitui em um Território de Identidade. Tal conceito foi criado com o intuito de agrupar municípios a partir da identificação de características comuns, objetivando potencializar o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. No Estado da Bahia, o Governo passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Itapetinga, Vale do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Oeste Baiano, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semi-Árido Nordeste II, Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio das Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica (BA/PE), Piemonte Norte do Itapicuru e Metropolitana de Salvador (SEPLAN, 2021).

A definição dos territórios foi uma construção participativa, na qual representantes das comunidades foram ouvidos e colocaram suas percepções acerca do sentimento de pertencimento e identidade do lugar de origem.

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (OBSERVATÓRIO DO TRABALHO, 2021).

O foco do estudo, como já sinalizado, foi o Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. É essa região que delimita a presente pesquisa. A base da economia está centrada nas atividades agrícolas diversificadas, com cerca de 50% da população vivendo em áreas rurais e a migração do campo para as cidades é um fenômeno já bastante conhecido e até mesmo estudado. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2015), 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais, sendo a região Nordeste a que apresenta maior concentração, 26,88%, e, dentre essa região, a Bahia é o estado em números absolutos que concentra a maior população rural do País, com 3.914.430 habitantes.

Ainda que haja uma população rural relevante no estado da Bahia, a partir da experiência de atuação da pesquisadora, no Baixo Sul é possível identificar que a sucessão na agricultura familiar é uma questão a ser considerada, seja pela falta de interesse do jovem em trabalhar com a terra ou pela tendência a migrar para as grandes cidades.

Percebe-se que a falta de perspectivas é um dos fatores que faz esse jovem migrar, como, por exemplo, dificuldades em encontrar vagas no ensino médio da sua cidade, algo comum em muitos locais do interior do estado, a exemplo de Nilo Peçanha, localizado no território estudado, que, no ano de 2020, possuía 2.000 crianças matriculadas no Ensino Fundamental e apenas 457 jovens no Ensino Médio. A redução significativa nos números de crianças no Ensino Fundamental e jovens no Ensino Médio propicia muitas análises, e, dentre elas, a possibilidade de que as escolas de Ensino Médio não comportam os jovens daquela localidade, uma vez que em Nilo Peçanha existem apenas 02 escolas para esse público contra 32 do Ensino Fundamental (IBGE, 2020).

Um outro fator percebido que também empurra o jovem para fora da zona rural, e aqui refere-se mais especificamente ao Baixo Sul da Bahia, é a falta de perspectivas profissionais que o mantenham em seus locais de origem. Quase não existem políticas públicas pensadas para estimular que o jovem permaneça no campo, muito embora aí se encontre uma questão bastante controversa, uma vez que 70% da produção agrícola na Bahia vem da agricultura familiar, segundo *site* da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR, 2019). Seria condizente que houvesse incentivos, articulações para a comercialização, programas de formação, inovação e

tecnologia, empréstimos, enfim, uma série de artifícios para que o jovem se interessasse pela atividade agrícola de sua região.

O estado da Bahia, em relação à demografia, apresentou crescimento urbano e conseqüente diminuição da população rural entre 2000 e 2010 (SOUSA FILHO, 2017). Em função desse dado e de outros que noticiam a saída de jovens do campo para as cidades grandes, é que foi desenvolvido o Programa Social da FNO.

Trabalhar a sucessão agrícola na zona rural, atraindo o jovem para permanecer em sua comunidade, podendo aplicar novos manejos, novas formas de produção, incorporando tecnologia e empreendendo em suas propriedades, é o objetivo da iniciativa; que, por conseguinte, também afetaria as grandes cidades, que já não conseguem oferecer oportunidades de empregos para aqueles que já habitam nela, que dirá para os que estão chegando das zonas rurais por falta de perspectivas.

3.4 PERFIL SOCIOECONÔMICO

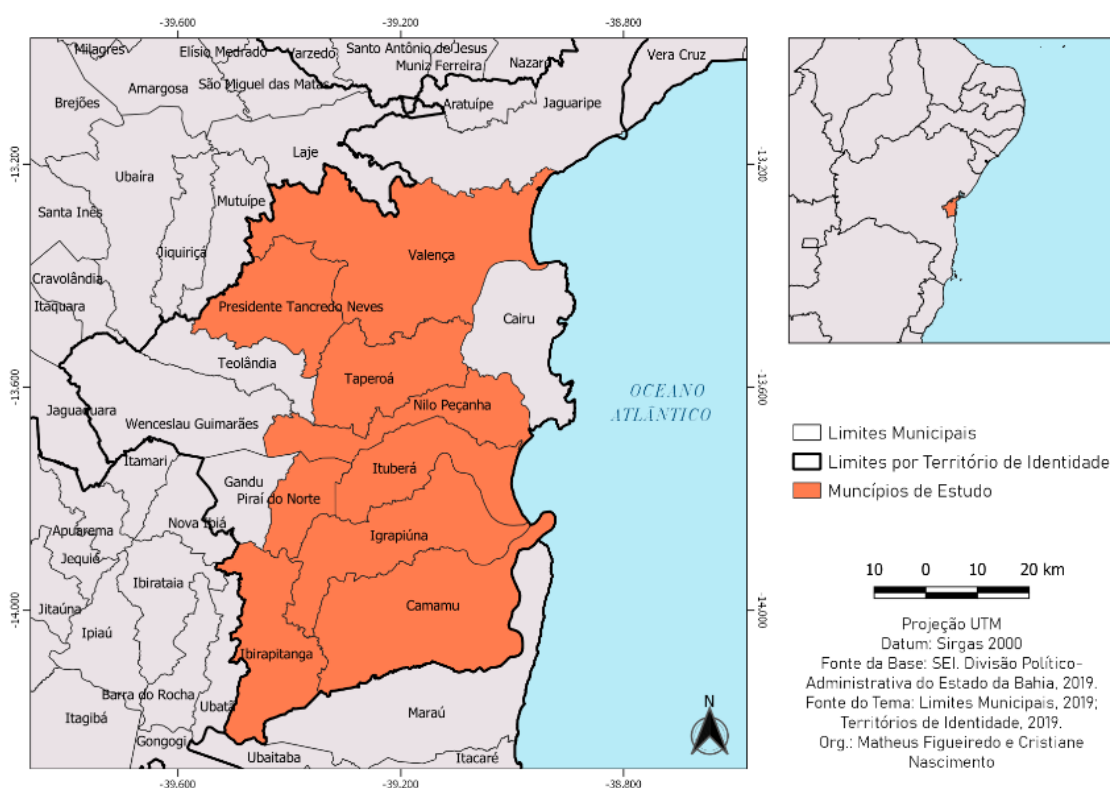
A partir de dados secundários de fontes como IBGE e SEI, foram analisados elementos bibliográficos, estatísticos ou documentais, a fim de mapear o cenário, caracterizar e analisar espacialmente indicadores socioeconômicos de municípios do Baixo Sul da Bahia. Os indicadores foram definidos com base em pesquisa e reúnem aqueles que avaliam aspectos relativos à qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas juntamente com os econômicos, a fim de levantar características básicas do desenvolvimento das sociedades.

São eles: população rural, saída da população do município para outras regiões, escolaridade, PIB per capita, IDHM, esgotamento sanitário e população ocupada. Para a análise espacial foram utilizadas como unidades de análise os nove municípios estudados do Baixo Sul da Bahia, num comparativo com o Estado da Bahia, quando possível.

Foram feitos os seguintes levantamentos: IDHM estudados. Para análise da população rural e urbana, foi feito um gráfico com dados da situação domiciliar dos municípios. A saída da população do município para outras regiões observou os migrantes também por situação domiciliar, levantando os que saíram de áreas rurais e urbanas. Para a análise de escolaridade, foi feito um estudo da população residente que frequenta a escola, população residente que não frequenta mais a escola e população que nunca frequentou. Foi feito um levantamento do PIB dos

municípios, bem como do PIB per capita. O índice de esgotamento sanitário também foi pesquisado e, por fim, os dados da população ocupada. Os indicadores dos municípios, quando possível, foram analisados em comparação ao Estado da Bahia como referência de análise.

Mapa 3 - Municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)



O Mapa 03 delimita o Território de Identidade Baixo Sul da Bahia e circunscreve os nove municípios estudados. Os municípios formam o miolo da região, pegando toda a parte central e estão todos fazendo divisa entre si. A escolha por esses municípios se deveu à necessidade de fazer um recorte dada a grande abrangência do Território de Identidade e dificuldade de incluir todos no estudo. Os nove escolhidos possuem maior representatividade no que se refere à atuação da FNO e alcance do seu programa social. Foram definidos para a realização do estudo da avaliação de impactos e mantidos para a realização dessa pesquisa.

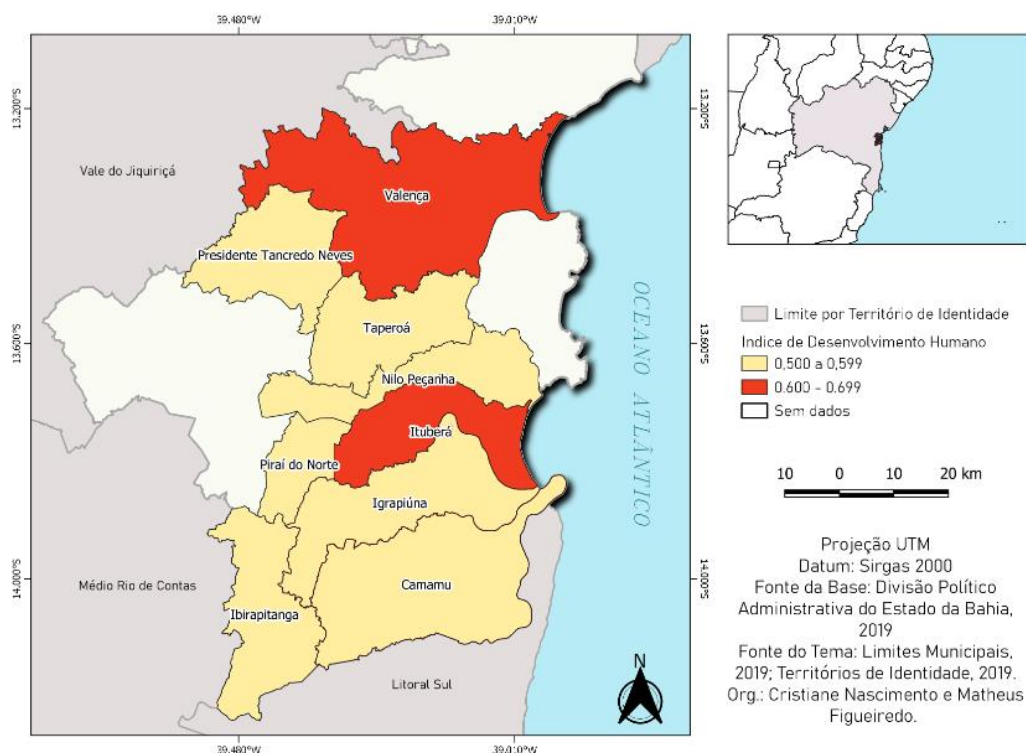
3.4.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida que busca capturar o desenvolvimento humano correlacionando três aspectos: renda, educação e saúde. O índice varia de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1, maior o

desenvolvimento humano. Embora seja extremamente importante, pois como já falado no referencial teórico, esse indicador foi criado para incorporar elementos antes não considerados, a exemplo do PIB, que considera apenas o aspecto econômico. Contudo, não esgota todas as nuances do ponto de vista do desenvolvimento social.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma adaptação do IDH, que, ajustado ao Brasil, avalia os mesmos aspectos na dimensão municipal. Municípios com baixo IDH encontram-se normalmente nas regiões Norte e Nordeste do País e se deve ao fato de serem regiões menos desenvolvidas e industrializadas que vivem da agricultura de subsistência ou extrativismo mineral e vegetal. O IDHM de Igrapiúna, Camamu, Presidente Tancredo Neves, Ibirapitanga, Nilo Peçanha, Piraí do Norte e Taperoá é baixo e não acompanha o IDH do estado da Bahia, de 0,66; sendo considerados IDHM médios Valença e Ituberá.

Mapa 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)



A Tabela 3 traz os dados do IDHM estudados, para facilitar a visualização e o comparativo entre eles.

Tabela 3 - IDHM do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)

Municípios	IDHM
Camamu	0,565
Ibirapitanga	0,558
Igrapiúna	0,574
Ituberá	0,606
Nilo Peçanha	0,547
Piraí do Norte	0,533
Presidente Tancredo Neves	0,559
Taperoá	0,566
Valença	0,623
Bahia	0,660

Fonte: SEI (2019).

Analisando as décadas de 1991, 2000 e 2010, é possível observar que nas duas últimas, o IDH do estado da Bahia saiu de 0,386 para 0,660. Entre os municípios do TI Baixo Sul, o aumento do IDHM ocorreu de forma geral, como pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4 - IDHM do estudo no Baixo Sul da Bahia (1991/2010)

Município	1991	2000	2010
Bahia	0,386	0,512	0,660
Camamu	0,270	0,377	0,565
Ibirapitanga	0,229	0,391	0,558
Igrapiúna	0,219	0,342	0,574
Ituberá	0,301	0,418	0,606
N. Peçanha	0,236	0,384	0,547
P. do Norte	0,270	0,334	0,533
P.T. Neves	0,192	0,387	0,559
Taperoá	0,265	0,381	0,566
Valença	0,376	0,489	0,623

Fonte: SEI (2019).

Em 2010, o menor IDHM foi o de Piraí do Norte, com índice de 0,533, seguido por Nilo Peçanha, com 0,547. As melhorias apresentadas se devem a políticas públicas que foram implementadas e possibilitaram evolução em educação, renda e longevidade. Como os índices eram muito baixos, os impactos foram significativos, muito embora estejam longe de representar uma situação atual confortável, visto que apenas dois municípios: Ituberá (0,606) e Valença (0,623) possuíam, em 2010, índices superiores a 0,600.

Esse indicador possibilita interpretar um outro dado que remonta a população de pessoas que estão em extrema pobreza no Território do Baixo Sul, que era de 17,7%, em 2010, e superior ao dado do estado da Bahia, que, no mesmo período, era de 15,0%. Olhando os municípios separadamente, é possível perceber como os

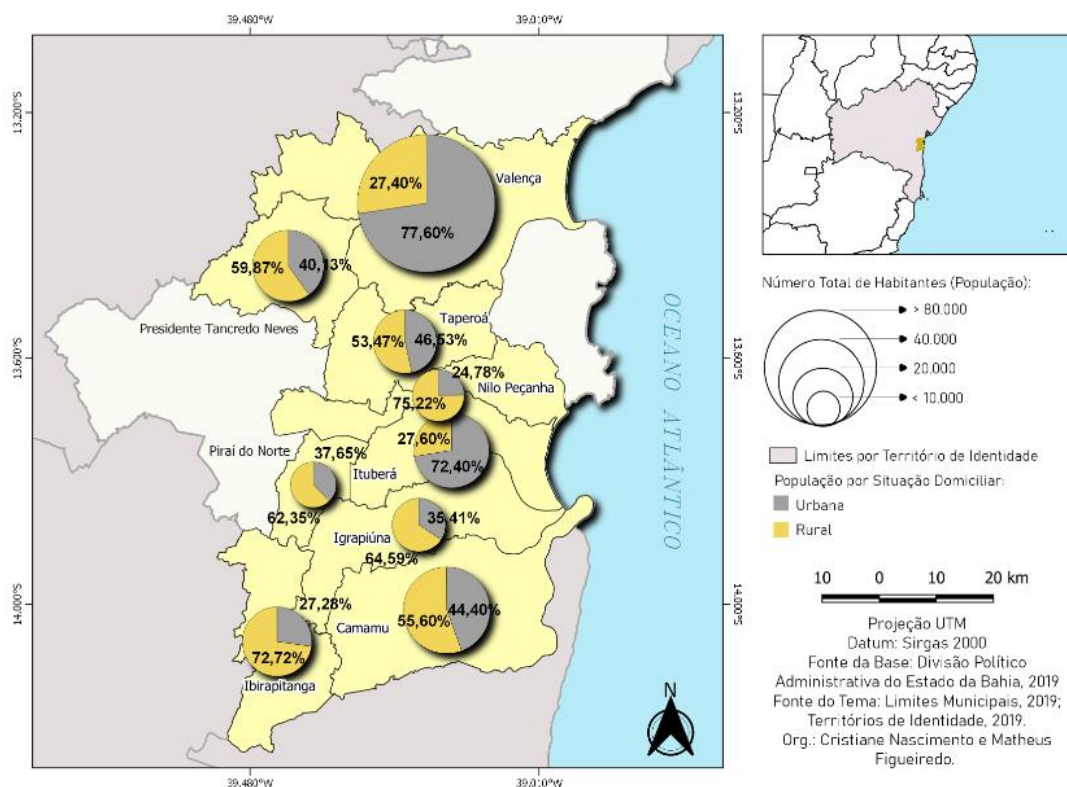
índices variam, tendo Ituberá (12,1%) e Valença (13,5%) com percentual de extremamente pobres, abaixo do dado do estado, e todos os demais municípios do estudo com índices acima de 19%, com Nilo Peçanha chegando a atingir mais de 30% de extremamente pobres. Dados que revelam que o território possui muitas vulnerabilidades com um percentual de extrema pobreza bem maior que a de outras regiões do estado.

3.4.2 Situação domiciliar

A situação domiciliar diz respeito à população residente em domicílios na zona urbana ou rural e pode ser analisado a partir de dados do IBGE. Dados do Censo de 2010 revelaram que a situação domiciliar rural reduziu em 6% em relação ao Censo de 2000, caindo de 31,8 milhões para 29,8 milhões de pessoas vivendo em zonas rurais do País.

Para a compreensão do que é rural e o que é urbano, segue a definição utilizada a partir do Censo Demográfico de 1991, que considera a lei do perímetro urbano e a divisão inframunicipal entre área rural e urbana, mas que incorporou mudanças nos conceitos. A área urbana divide-se nas áreas urbanizadas ou não urbanizadas, nos perímetros urbanos ou sedes, ou ainda em vilas que seriam sedes distritais, e nas áreas urbanas. Já a zona rural divide-se em aglomerado rural de extensão urbana, aglomerado rural (isolado, povoado), aglomerado rural (isolado, núcleo) e outros aglomerados.

Mapa 5 - Situação domiciliar dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)



Dentre os municípios estudados, Valença apresenta maior população com cerca de 88 mil habitantes, seguida de Camamu, com 35 mil, e Ituberá, com 26 mil. Todos os demais municípios possuem população abaixo de 25 mil habitantes e pode-se afirmar que a situação domiciliar predominante, com exceção dos municípios de Valença e Ituberá, é de residentes na zona rural. Esse percentual que chega a quase 73% em Ibirapitanga e mais de 75% em Nilo Peçanha contra 27,9 do Estado da Bahia. (SEI, 2019).

Tabela 5 - População urbana e rural dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)

Municípios	População Urbana	População Rural
Camamu	44,40%	55,60%
Ibirapitanga	27,28%	72,72%
Igrapiúna	35,41%	64,59%
Ituberá	72,40%	27,60%
Nilo Peçanha	24,78%	75,22%
Piraí do Norte	37,65%	62,35%
Presidente Tancredo Neves	40,13%	59,87%
Taperoá	46,53%	53,47%
Valença	72,60%	27,40%
Bahia	72,05%	27,95%

Fonte: SEI (2019).

O número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado no território é de 34.083, com atividades agrícolas diversificadas, segundo dados do Censo Agropecuário 2017, com 45% da população vivendo em áreas rurais (MDA, 2015). Comparando os dados do território com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2015), em que 15,28% dos brasileiros viviam em áreas rurais, sendo a região Nordeste a que apresentava maior concentração, 26,88%, e, dentre essa região, a Bahia é o estado em números absolutos que concentrava a maior população rural do País, com 3,9 milhões de habitantes, contra 10,1 milhões que vivem em área urbana. Pode-se observar que em relação ao Brasil e até mesmo à Bahia, no Baixo Sul, existe uma população significativa residindo em área rural.

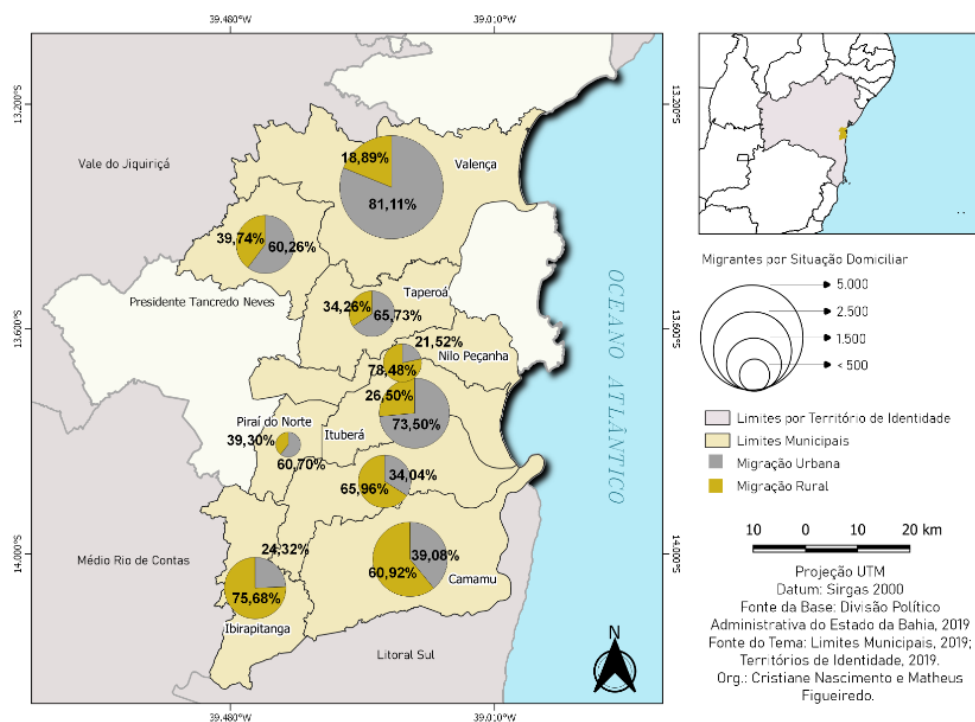
A análise desse indicador é importante para a compreensão do quão relevante é para a região a realização de um programa social que tem como componente principal o fomento à agricultura familiar. Uma vez que a população rural é tão expressiva no Baixo Sul da Bahia, pensar ações de desenvolvimento para o homem do campo é urgente, a fim de possibilitar uma vida com mais dignidade nessas áreas do estado e do País.

3.4.3 Migração

A migração é um fenômeno de deslocamento de populações dentro de uma área geográfica, temporariamente ou de forma permanente. Esses movimentos têm origem em diversas motivações, como aspectos culturais, religiosos, econômicos, climáticos, dentre outros.

Para subsidiar o estudo, foram analisados dados da migração urbana e rural nos municípios do Baixo Sul, a fim de compreender como as populações desse território estão se comportando nesse quesito e, assim, inferir o que pode significar os indicadores analisados.

Mapa 6 - Migração dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)



Segundo dados pesquisados, o percentual mais alto de saída dos municípios foi identificado em Igrapiúna, com 9,5% em frente ao índice de 3,3% do estado da Bahia (IBGE, 2010b), um dado que chama a atenção, por ser quase que três vezes superior ao dado encontrado na comparação com o estado. É possível interpretar que existem aspectos importantes provocando essas movimentações nos municípios supracitado, podendo estar relacionado com o componente econômico e falta de perspectivas profissionais, o que corrobora com a experiência da pesquisadora e percepção empírica desenvolvida.

Tabela 6 - Migração urbana e rural dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)

Municípios	Migração Urbana	Migração Rural
Camamu	10,62%	22,78%
Ibirapitanga	4,51%	19,29%
Igrapiúna	4,62%	12,38%
Ituberá	17,76%	8,81%
Nilo Peçanha	1,53%	7,70%
Pirai do Norte	1,84%	1,64%
Presidente Tancredo Neves	9,98%	9,06%
Taperoá	6,70%	4,81%
Valença	42,42%	13,56%
Bahia	5%	1,16%

Fonte: SEI (2019).

Já Nilo Peçanha, Taperoá e Valença possuem percentuais de migração de cerca de 5%; Presidente Tancredo Neves tem índice de 6,5%, seguido por Camamu, com 7,25%, e Ibirapitanga, com 7,6%. Ituberá segue a mesma proporção de situação domiciliar que aponta para um percentual relevante de saída nas zonas rurais. O dado de migração também evidencia um número significativo de migrantes dessas zonas. Em Nilo Peçanha e Ibirapitanga, mais de 75% das migrações ocorrem na zona rural.

Esse recorte possibilita enxergar que o alto índice de saída da zona rural dos municípios acima está associado com a falta de infraestrutura, educação, trabalho e isolamento das zonas rurais, aliado a uma percepção negativa da atividade agrícola.

Os modelos educacionais que não refletem e nem dialogam com o modo de viver das zonas rurais geram um desestímulo para a continuidade dos estudos pelos jovens, que não se veem projetados e nem contemplados em suas realidades no ambiente da sala de aula, fator percebido na experiência profissional da pesquisadora e reforçado por autores que atribuem a esse aspecto um peso importante no fenômeno de migração.

Tais modelos centrados nos modos de vida das cidades têm ainda uma outra consequência no quesito por ora estudado: reforçam que os projetos de vida e carreira dos jovens se direcionem para os centros urbanos, ocasionando a quebra da sucessão familiar no campo, distanciamento da atividade agrícola e, por conseguinte, dos seus lugares de origem, com aumento da pressão sobre as cidades.

As políticas públicas podem contribuir com essa realidade e ajudar a mudar esse panorama com ações pensadas para gerar atratividade para a atividade agrícola e dotem as regiões rurais de infraestrutura capaz de tornar o ambiente passível de oferecer qualidade de vida para os seus residentes.

O programa social da FNO tem diversas limitações, por se tratar de uma iniciativa que não alcança todas as demandas do território, mas, em pequena escala, se propõe a construir alternativas para fazer frente a esse cenário, entendendo que os jovens de zonas rurais estão desprovidos de programas estruturados que os abarquem e possibilite que haja a construção de planos de vida que possam ser implementados em seus próprios locais de origem.

3.4.4 Frequência escolar por habitante

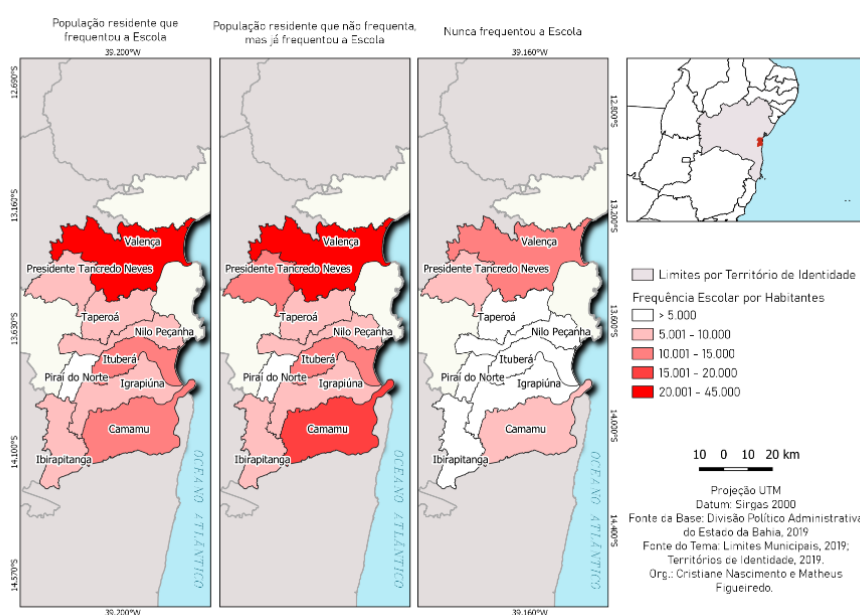
A frequência escolar por habitante é um indicador que vai traduzir muito acerca do futuro que está sendo construído pela e para as novas gerações. Segundo dados do IBGE de 2018, um percentual significativo de jovens na faixa entre 15 e 17 anos (11,8%) não está na escola. Assegurar a permanência de jovens na escola, para a conclusão do Ensino Médio, é um desafio relevante para que o Brasil melhore seus indicadores de acesso à educação básica.

É obrigação do estado oferecer educação. E esse direito está garantido na Constituição Federal de 1988, porém há muito o que ser feito quando esse assunto é abordado. Algumas iniciativas obtiveram êxito em determinados estados, mas ainda assim está longe de se chegar a uma solução universalizada. E, quando se trata da zona rural, os problemas são potencializados, passando por aspectos da ordem da infraestrutura e logística, como, por exemplo, as distâncias a serem percorridas para se chegar às escolas, dentre diversos outros fatores.

No estudo sobre a migração dos jovens de zonas rurais, o desafio de lidar com uma educação distante do contexto do campo foi abordado, mas vale reforçá-lo aqui como um componente que também interfere na frequência escolar explorada nessa sessão.

Na região do estudo foram levantados dados sobre esse indicador, a fim de identificar qual o panorama da educação nos municípios delimitados e de que maneira esse dado pode estar afetando a qualidade de vida dos jovens do Baixo Sul da Bahia.

Mapa 7 - Frequência escolar por habitante dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)



Chama atenção a população residente que não frequenta, mas já frequentou a escola, o que aponta para a evasão escolar importante na região, com dados de 50% em Valença, 13,7% em Camamu e 11,1% em Ituberá. Já aqueles que nunca frequentaram a escola têm altos percentuais, com 14,9% em Camamu, e Presidente Tancredo Neves, com 13%.

Tabela 7 - Frequência escolar por habitante dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)

Municípios	População residente que frequentou a escola	População residente que não frequenta, mas já frequentou a escola	População residente que nunca frequentou a escola
Camamu	13,94%	13,70%	14,98%
Ibirapitanga	9,69%	7,57%	11,35%
Igrapiúna	5,97%	4,79%	5,20%
Ituberá	10,62%	11,18%	8,80%
Nilo Peçanha	5,39%	4,47%	5,48%
Piraí do Norte	4,37%	3,54%	3,92%
P. Tancredo Neves	8,78%	8,75%	13,20%
Taperoá	7,65%	7,40%	7,19%
Valença	36%	50%	13,75%
Total	100%	100%	100%

Fonte: SEI (2019).

Os dados corroboram com o estudo publicado pela PNAD Educação 2019, em que mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o Ensino Médio no Brasil. Para o Nordeste, a informação é ainda mais preocupante: três em cada cinco adultos não completaram o Ensino Médio, segundo a mesma fonte.

Já a taxa de analfabetismo do território, no ano de 2010, foi de 23,6%, percentual acima do nível de analfabetismo do estado da Bahia (16,3%). Importante destacar que, dentre os municípios estudados, apenas dois apresentaram taxas inferiores a 20,0%: Ituberá (17,9%) e Valença (18,3%). Os maiores contingentes de analfabetos foram encontrados no município de Ibirapitanga (34,4%).

O desafio maior está na conclusão do Ensino Médio, como pode ser percebido na figura abaixo, que ilustra, a partir dos dados de Igrapiúna, como esses níveis decaem com a evolução da faixa etária. Os jovens na faixa de 15 a 17 anos, no ano de 2010, que estavam na escola, representavam pouco mais de 25%. E aqueles entre 18 e 20 anos estavam abaixo dos 25% da população para a respectiva faixa etária. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

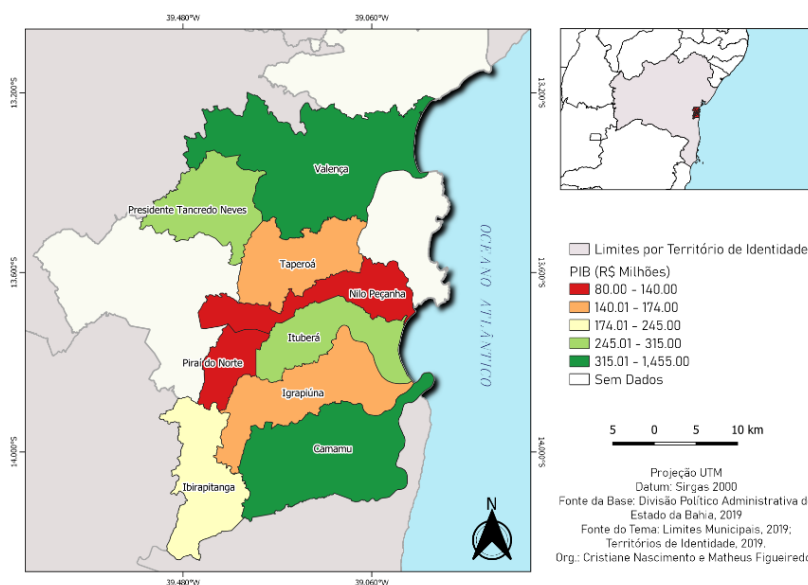
Foi com base em indicadores que refletiam a situação educacional no Baixo Sul e, principalmente naqueles que se referiam à gravidade da questão quando se falava de Ensino Médio, que a FNO se pautou para construir uma proposta de educação atrativa e contextualizada que assegurasse a permanência dos jovens na escola.

3.4.5 Produto Interno Bruto - PIB e PIB per capita

Outro indicador importante para caracterizar uma região apontando a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma economia durante um período é o PIB. O conceito já foi amplamente trabalhado no referencial teórico, mas é válido lembrar de forma resumida o seu significado.

Segundo dados da SEI, o PIB no território no ano de 2013 representou 2,9% no total do estado da Bahia. Comparativamente, percebe-se que Nilo Peçanha e Piraí do Norte apresentam os menores PIBs, sendo seguidos de Taperoá e Igrapiúna. Já o município de Valença possui grande destaque, dentre os municípios estudados, com participação de (18,8%) no PIB do território de identidade. Os resultados expressivos de Valença podem ser atribuídos a uma melhor participação no setor de comércio e serviços no município.

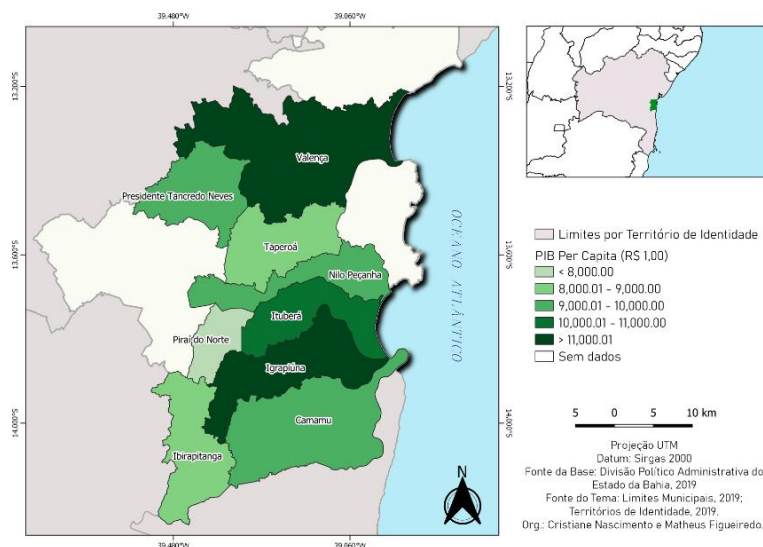
Mapa 8 - Produto Interno Bruto - PIB dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)



Camamu e Ituberá também apresentam resultados superiores em relação aos demais municípios do recorte, e o potencial turístico certamente influencia no dado. Já os municípios com os menores PIBs tiveram elevada participação da administração pública em relação ao dado, demonstrando grande dependência dos empregos gerados pelas suas prefeituras, diante de atividades econômicas incipientes.

O PIB per capita é a soma de toda riqueza gerada no município pelo número de habitantes dele. Existe um intervalo muito significativo no Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos municípios brasileiros. O do município mais rico é quase 200 vezes maior que o do município mais pobre, de acordo com os dados do IBGE (2000).

Mapa 9 - Produto Interno Bruto per Capita (PIB per Capita) dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)



É possível observar que a análise do PIB per capita evidencia Piraí do Norte com o menor índice, ficando abaixo de R\$8 mil. E as demais cidades, com exceção de Igrapiúna e Valença, com PIB per capita abaixo de R\$11 mil, ou seja, quase 50% menos que o PIB per capita do Estado da Bahia, que é de R\$20.141,57, segundo dados da SEI.

Tabela 8 - Produto Interno Bruto per Capita (PIB per Capita) dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)

Municípios	PIB (R\$ Milhões)	PIB Per Capita (R\$ 1,00)
Camamu	340.16	9,820.61
Ibirapitanga	196.72	8,427.53
Igrapiúna	147.94	11,067.21
Ituberá	298.58	10,492.33
Nilo Peçanha	129.22	9,286.81
Piraí do Norte	79.6	7,954.22
Presidente Tancredo Neves	257.65	9,395.84
Taperóá	167.75	8,030.32
Valença	1,454.68	15,175.39
Bahia	299,567.00	20,141.57

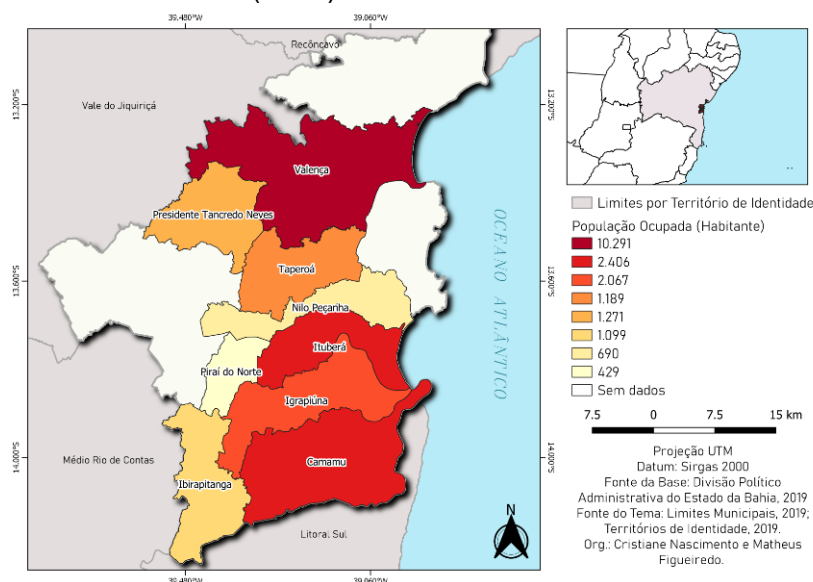
Fonte: Criação da autora desta dissertação (2020).

O PIB per capita do Brasil, segundo dados do site IBGE (2021) explica, foi de R\$ 31.833,50, em 2017, sendo atualizado para R\$34.533, com crescimento de 0,3, em 2019. Conhecer os dados referentes ao PIB e PIB per capita que vão falar sobre as riquezas produzidas numa determinada região tem uma contribuição relevante para o estudo, por apresentar como estão os municípios pesquisados no seu aspecto econômico e de potencial de desenvolvimento.

3.4.6 População ocupada

A população ocupada refere-se às pessoas que possuem algum ofício em um período de referência, sendo esse remunerado, não remunerado, por conta própria ou como um empregador.

Mapa 10 - População ocupada dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)



A população ocupada dos municípios estudados segundo dados da SEI (2019), com exceção de Valença, Igrapiúna e Ituberá, fica abaixo de 10%. Para realizar esse cálculo e encontrar o percentual de pessoas ocupadas, foi dividido o número absoluto de pessoas ocupadas pela População em Idade Ativa (PIA) dos municípios.

Piraí do Norte, com apenas 429 pessoas ocupadas, corresponde a 5,4% da (PIA); Nilo Peçanha, com 690 pessoas ocupadas, corresponde a 6,6%; Ibirapitanga, com 1.099, corresponde a 6,1%. Em Taperoá, com 1.189 pessoas ocupadas, esse índice corresponde a 7,8% do total da população, em idade ativa; Presidente Tancredo Neves, com 1.271 pessoas ocupadas, corresponde a 6,5% da população em idade ativa do município; Ituberá, com 2.436 pessoas ocupadas, corresponde a 11,2%; Igrapiúna, com 2.067, que corresponde a 19,4% da população em idade ativa, e Valença, com 10.291, corresponde a 13,9% da população ocupada do município.

Segundo dados da PNAD Covid-19 (2020), o número de pessoas ocupadas, ou seja, baianos trabalhando, teve leve alta. O número subiu de 4,887 milhões, em agosto, para 4,973 milhões de pessoas em idade ativa, no mês de setembro, o que representou um incremento de 1,9%, com cerca de mais 93 mil pessoas trabalhando.

3.4.7 Esgotamento sanitário

Para compreender o que é o sistema de esgotamento sanitário pode-se pensar que diz respeito à coleta, ao transporte, ao tratamento e à destinação final do esgoto, a partir de uma completa infraestrutura que dê suporte para todo o processo, a fim de possibilitar o tratamento adequado e digno desses resíduos para suas respectivas comunidades. Existem normas que regulam esse serviço e que delimitam as formas corretas de tratamento e destinação do esgoto para os âmbitos doméstico e industrial.

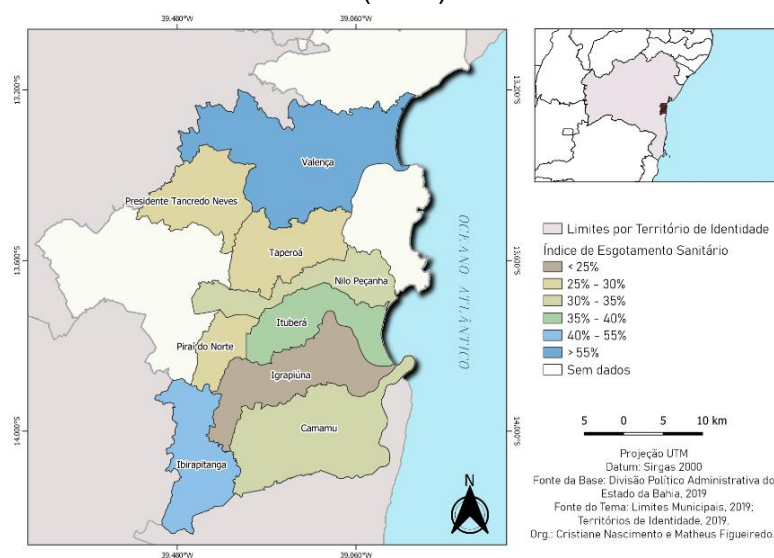
Quando se trata de esgotamento sanitário, a situação é preocupante. Estima-se que no estado apenas 39,5% da população recebe atendimento de coleta de esgoto, e 52,4% do volume dos esgotos baianos são tratados. Esses índices revelam que há ainda desafios a serem enfrentados, sendo necessário maior atenção por meio do governo.

O saneamento no Brasil é regulamentado pela Lei nº 11.445/2007, que estabelece o Plano Nacional de Saneamento Básico. Essa legislação determina diretrizes para o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais. Apesar da regulamentação, em 2016, o governo brasileiro admitiu que não conseguirá cumprir a meta de saneamento estipulada e, atualmente, 43% da população vive em cidades sem rede de tratamento de esgoto, dado que sobe para 47,9% da população quando se trata do Estado da Bahia. A situação no Baixo Sul da Bahia se agrava sensivelmente dado a sua grande área estuarina, exposta a danos ambientais.

Nessa região, pouco mais da metade (56,51%) dos domicílios possui banheiro ou sanitário, indicador muito abaixo daquele encontrado para o percentual do Estado da Bahia, que é de 75,95%. Dentre os 12 municípios, apenas Valença (70,67%), Cairu (68,68%), Ibirapitanga (63,21%) e Ituberá (59,51%) possuem essas

instalações em mais da metade dos domicílios. O caso extremo é Piraí do Norte, onde existem banheiros ou sanitários em apenas 30,78% dos domicílios.

Mapa 11 - Esgotamento sanitário dos municípios do estudo no Baixo Sul da Bahia (2019)



Igrapiúna possui o menor índice de esgotamento sanitário, ficando abaixo de 25% dos domicílios. Taperoá, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Nilo Peçanha, Camamu e Ituberá possuem menos de 40% de esgotamento sanitário. Ibirapitanga está acima de 40%, e Valença, acima de 55%. Existe claramente uma restrição no acesso ao serviço por parte dos mais pobres, promovendo a ocorrência de doenças e falta de dignidade em hábitos de higiene de boa parte da população, confirmando que nas áreas rurais é onde menos existe acesso à coleta de esgoto e a água tratada.

Neste capítulo, pode-se perceber que, de modo geral, o Baixo Sul da Bahia concentra baixos e médios IDHs. Tratando-se, portanto, de uma região composta por grupos populacionais considerados vulneráveis, como se pode constatar pelo IDHM locais.

A população ocupada com índices abaixo de 10% da população em idade ativa dos municípios sinaliza as dificuldades econômicas que a região enfrenta. Dado que está relacionado com os índices levantados de PIB e PIB per capita dos municípios estudados, no qual todos, com exceção de Igrapiúna e Valença, possuem índices abaixo de R\$11 mil, ou seja, quase 50% menos que o PIB per capita do

Estado da Bahia, que é de R\$20.141,57, segundo dados da SEI, e representam menos de um terço do índice do País.

A situação domiciliar predominante, com exceção dos municípios de Valença e Ituberá, é de residentes na zona rural. E é dessa mesma área que mais migram habitantes: em Nilo Peçanha e Ibirapitanga mais de 75% das migrações ocorrem na zona rural. Fenômeno na região com índices superiores ao do estado da Bahia, como na cidade de Igrapiúna, com 9,5%, em relação ao índice de 3,3% do estado (IBGE, 2010b).

Os baixos índices de esgotamento sanitário só corroboram para a caracterização do quadro de vulnerabilidade dos municípios, com desdobramento em doenças, privações e falta de dignidade humana, situação que se agrava sensivelmente no Baixo Sul da Bahia, dado a sua grande área estuarina, exposta a significativos danos ambientais.

Grande ocupação de zonas rurais, dados da educação com evasão e percentual importante de pessoas que nunca frequentaram a escola, que, somados à falta de alternativas econômicas viáveis para seus habitantes, resultam num baixo índice de população ocupada, com baixos PIB, pouco acesso aos serviços de esgotamento sanitário, que se refletem em baixos IDHM. O somatório desses componentes exerce forte pressão sobre a migração, perpetuando um ciclo vicioso de pobreza, que traz ainda impactos diretos sobre os recursos naturais que vão sendo explorados de forma insustentável.

A observação de indicadores socioeconômicos, de forma correlacionada em uma determinada região, possibilitou a caracterização do lócus de estudo e a compreensão de suas dificuldades e vulnerabilidades. O programa social que foi implementado nos municípios da região, e que se baseou num diagnóstico empírico, se justifica frente aos dados revelados. Dessa forma, o estudo sinaliza que análises dessa natureza podem ser feitas em outras regiões em que se queira aprofundar o entendimento de determinados contextos, para embasar a tomada de decisões na linha da criação de políticas públicas, e ou intervenções que façam frente ao cenário encontrado e que promovam ações para o enfrentamento dos ciclos de pobreza e desigualdades.

4 O PROGRAMA SOCIAL (PDCIS) DA FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

4.1 A FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

A Fundação Norberto Odebrecht é uma instituição privada, mantida pela Novonor S.A., sem fins lucrativos, idealizada e fundada por Norberto Odebrecht, em 1965. Ao longo de seus cinquenta e seis anos de existência, atuou de diferentes formas, sempre tendo como cerne o desenvolvimento do ser humano, contribuindo para o equacionamento de problemas originários da estrutura social e econômica, visando a construção de uma sociedade mais responsável, harmônica, solidária e com igualdade de oportunidades para todos.

Tem como inspiração uma filosofia de vida pautada na Educação e no Trabalho, a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) e por acreditar no potencial das pessoas e capacidade de se autodesenvolverem, escolheu como missão institucional: educar para a vida, pelo trabalho, para valores e superação de limites, tendo o jovem como principal agente de transformação do contexto em que está inserido, juntamente com sua família.

Promove o desenvolvimento territorial sustentável por meio do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), no Baixo Sul da Bahia. Atua com base no modelo de governança participativa, que possibilita unir objetivos e ações entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil, em especial, as Organizações da Sociedade Civil (OSC), que são entidades com participação social para iniciativas de interesse público.

A relação da FNO com tais entidades está amparada legalmente por um Pacto de Governança e Acordos de Parceria e Cooperação Técnica e Financeira, onde se estabelecem compromissos de ambas as partes:

a) Se atribui à FNO a transferência de tecnologia, mobilização e captação de recursos em apoio às OSCs.

b) E tais instituições assumem então o papel de executoras do PDCIS, no atendimento direto aos beneficiários, estando comprometidas a aplicar os princípios, conceitos e critérios da TEO; promover e integrar a implementação de ações de interesse comum, que visem a promoção do desenvolvimento econômico, a educação para o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades

sociais e inclusão social, o respeito ao meio ambiente, estimulando a organização e a mobilização social e institucional em torno do PDCIS.

Antes da criação do PDCIS, a instituição trabalhava com as periferias em cidades do nordeste no século XXI, no final da década de 1980, e se debruçava sobre a questão da educação de jovens. Após anos de atuação com esse enfoque, a FNO constatou que o público que atendia nas capitais era, na verdade, em sua maioria, oriundo de municípios do interior que migraram para as cidades em busca de melhores oportunidades.

Percebendo essa realidade, a instituição decide modificar a sua estratégia, para direcionar suas ações para o local que entendeu ser a origem dos problemas e, assim, cria, em 2003, o Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), para ser aplicado em municípios do Baixo Sul da Bahia.

4.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO INTEGRADO COM SUSTENTABILIDADE (PDCIS)

O PDCIS visa promover o desenvolvimento sustentável no campo, gerando impactos sociais, econômicos e ambientais, a partir da vocação agrícola local, tendo o jovem e suas famílias como principais beneficiários e agentes da transformação e está aplicado em onze municípios do TI Baixo Sul da Bahia. O modelo proposto trabalha a partir dos anseios da comunidade e com as potencialidades já existentes no local. Utiliza-se da vocação agrícola presente há décadas naqueles municípios como atividade econômica principal a ser desenvolvida. Para a Instituição, é de suma importância considerar os aspectos e particularidades de cada território, para haver legitimidade na ação proposta.

Com quase 20 anos de existência, o PDCIS concentra suas ações em basicamente seis frentes: educação para o desenvolvimento sustentável; desenvolvimento econômico; inovação e tecnologia; conservação ambiental; coesão e mobilização social e cidadania e governança.

Foto 1 - Jovem produtor de banana e sua família, no Baixo Sul da Bahia (2020)



Fonte: Acervo FNO (2021).

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2010, p. 29).

Muito da concepção do trabalho realizado tem fundamentos que dialogam com a teoria de Sen (2000), na qual o autor fala da importância de enxergar além do crescimento econômico, levando em consideração outros fatores e talvez por isso a atuação se dá em tantas frentes, como apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Frentes de atuação do PDCIS (2021)

Frentes de atuação	Conceito
Educação para o desenvolvimento sustentável	Oferecer às pessoas, especialmente aos jovens, as habilidades, competências e conhecimentos necessários para a construção de comportamentos que conduzam ao desenvolvimento sustentável: é o que propõe essa frente.

Frentes de atuação	Conceito
Desenvolvimento econômico	Tipo de desenvolvimento que não leva em consideração apenas o viés econômico, mas também os aspectos qualitativos relacionados à inclusão social.
Conservação ambiental	Essa frente visa à preservação do meio ambiente e de toda sua biodiversidade, possibilitando que o homem utilize os recursos naturais de forma responsável e consciente.
Inovação e tecnologia	Nessa frente, são estabelecidas novas abordagens para a resolução de problemas, o que resulta em novas formas de produzir, novos produtos ou ainda uma nova forma de comercialização.
Coesão e mobilização social	A união dos indivíduos, com decisões e ações que atendem a objetivos comuns, produzindo os resultados desejados, é do que trata essa frente, buscando contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.
Cidadania e governança	Nessa frente, é abordado o conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico social e garantia de acesso às políticas públicas para promoção do desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação (2021).

Tem o jovem como principal público da intervenção baseado na premissa de sua capacidade de assimilar novos aprendizados e ser agente de transformação para influenciar seu entorno. A educação é essencial para obter êxito na implementação de todas as outras frentes do PDCIS, por propor um trabalho de base na formação das pessoas que, de forma transversal, apoia as demais.

Foto 2 - Jovem Daniel de Jesus, estudante da CFAF, tocando violino na escola, em Nilo Peçanha (2022)



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2022).

Tem como principais objetivos promover uma educação de qualidade; elevar o nível de escolaridade; estimular o protagonismo juvenil; viabilizar a educação contextualizada no campo; formar adolescentes para a conservação ambiental e sustentabilidade; fortalecer a autoestima e confiança de jovens e suas famílias; oferecer uma formação ética e para valores; e desenvolver competências para a sustentabilidade.

Foto 3 - Jovem Daniel de Jesus, produtor de hortaliças em hidroponia, no Baixo Sul da Bahia (2021)



Fonte: Acervo FNO (2021).

O programa busca fortalecer o desenvolvimento econômico e a inclusão social, por meio do fortalecimento da agricultura, incentivos à economia rural, apoio nos processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização, promoção de segurança alimentar, incremento de renda, acesso a mercados mais justos, orientação para reinvestimentos e para estruturação de sistemas produtivos sustentáveis.

Os jovens que estão em formação técnica, nas escolas parceiras, nas áreas de florestas, agronegócios e agropecuária, recebem investimentos para implementar seus primeiros projetos produtivos. A escolha dos cultivos que receberão aportes financeiros é definida pela própria família do beneficiário, respeitando a tradição existente na propriedade, mas incorporando, no processo produtivo, pesquisa e inovação para introdução de novos manejos, aumento de produtividade e práticas agroecológicas, aumentando assim a atratividade da atividade.

Foto 4 - Jovem estudando em sua propriedade agrícola, no Baixo Sul da Bahia (2021)



Fonte: Acervo FNO (2021).

Com a implementação desses primeiros projetos, o jovem coloca em prática os aprendizados obtidos na escola e dá início à sua experiência de empresariamento da parte que lhe foi designada na propriedade da família. A formação está direcionada para que o jovem desenvolva as competências necessárias para fazer a gestão da propriedade com uma visão de negócio. Os beneficiários ainda aprendem sobre associativismo e cooperativismo, para, quando começarem a produzir, poder se organizar, para uma comercialização mais digna de seus produtos.

Além dos jovens são atendidos também pequenos produtores que recebem apoio, para melhoria da produção, com conseqüente incremento de renda e melhor conservação dos recursos naturais.

Foto 5 - Atividade de meliponicultura na CFAF, em Nilo Peçanha (2022)



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2022).

O acesso a novas tecnologias de manejos agrícolas, fomentado no programa por meio de parcerias com instituições de pesquisa e ensino, possibilitam melhoria de resultados nos cultivos dos beneficiários, como aumento de produtividade, diversificação de cultivos, disseminação de boas práticas agrícolas e agroecológicas, incluindo a reconversão de áreas em sistemas agrofloretais.

Na concepção do PDCIS, está o estímulo à conservação do meio ambiente e à biodiversidade, promovendo uma educação e ações concretas que visem o uso racional dos recursos naturais, como a proteção dos recursos hídricos, por meio da restauração e conservação de matas ciliares, restauração e conservação de

nascentes, conservação do solo e da água, implementação de práticas agroecológicas, neutralização de carbono e revegetação, apoio para acesso a saneamento básico e orientação para manejo correto de insumos e resíduos sólidos.

Foto 6 - Plantio de banana na propriedade de aluno, no município de Presidente Tancredo Neves (2022)



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2022).

Para evitar uma relação de assistencialismo e dependência, no âmbito do programa, é muito estimulada a união das pessoas em torno de objetivos comuns, por meio do estímulo ao engajamento em organizações socioprodutivas, formação de novas lideranças, incentivo à permanência no campo, empoderamento das

comunidades, formação de uma consciência coletiva e fortalecimento da autoestima e identidade.

É proposto na metodologia do programa o desenvolvimento de atividades que promovem maior engajamento social, nas quais o jovem passe a ser protagonista em ações realizadas com outros agricultores da sua comunidade. São ações de disseminação de conhecimento que os torna totalmente implicados nas questões locais.

Foto 7 - Jovem produtora de pupunha e seu pai, no Baixo Sul da Bahia (2021)



Fonte: Acervo FNO (2021).

Aspecto que é determinante no processo e traz novas perspectivas para que ele se sinta estimulado a permanecer em sua região e trabalhar na terra com a agricultura, ao invés de migrar para as grandes cidades para viver do subemprego, como alternativa de inclusão produtiva. E se, ainda assim, a decisão do jovem for de sair da sua comunidade, o processo decisório terá sido pautado em uma escolha entre possibilidades e não como única alternativa de vida para aquele sujeito.

A análise do desenvolvimento apresentada [...] considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos. Assim, atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades”

[*capabilities*] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam — e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. (SEN, 2010, p. 32 - 33).

Foto 8 - Jovens na CFR PTN, em horário de almoço (2022)



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2022).

As ações do Programa são chamadas de práticas e estão concentradas nas seis frentes de atuação. Podem ser conferidas de forma sistematizada no Quadro 5.

Quadro 5 - Práticas do PDCIS por frentes de atuação (2021)

Frentes de atuação	Práticas
Educação para o desenvolvimento sustentável	Formação técnica de jovens Gestão de propriedade rural Seminário rural Dia de campo
Desenvolvimento econômico	Projeto Educativo-Produtivo Gestão de organização socioprodutiva Certificação orgânica participativa Educação financeira
Conservação ambiental	Planejamento integrado da propriedade Saneamento em quintais produtivos Projeto de carbono Pagamento por serviço ecossistêmico Restauração florestal Implantação de práticas agroecológicas Implantação de sistema agroflorestal
Inovação e tecnologia	Implantação de unidades demonstrativas Parceria com instituição de pesquisa
Coesão e mobilização social	Criação e regularização de organizações socioprodutivas Ação multiplicadora
Cidadania e governança	Regularização de propriedade rural Atuação feminina no campo

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação (2021).

As instituições que estão na linha de frente para a realização do modelo e que realizam as práticas acima apresentadas são organizações da sociedade civil locais, com lideranças locais, independentes, com autonomia e governança próprias. São associações cujos associados reúnem-se em assembleias regulares para tomada de decisões, com presidentes eleitos democraticamente, para representarem os interesses da maioria.

São quatro Organizações da Sociedade Civil e uma cooperativa que estão na execução das ações do programa, em interação direta com os beneficiários: Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR PTN), Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFRI), Casa Familiar Agroflorestal de Nilo Peçanha (CFAF), que são

escolas de campo, de Ensino Médio integrado ao técnico, a Cooperativa de Produtores Agrícolas de Presidente Tancredo Neves (Coopatan) e uma instituição voltada para a recuperação e conservação ambiental e produtiva que atua de forma transversal, a Organização de Conservação da Terra (OCT). Assim, o PDCIS integra a ação educativa para jovens de baixa renda e pequenos produtores, com apoio de uma cooperativa para comercialização justa dos produtos e uma organização ambiental que auxilia na valorização do componente ambiental.

4.3 A GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

Para uma atuação no Terceiro Setor, a FNO estabelece relações com muitos atores, exercendo o que denominou de governança participativa, conceito que reúne as Organizações da Sociedade Civil, a iniciativa privada, o poder público e a comunidade. Tal conceito baseia-se na definição de governança bastante atual no mundo corporativo e diz respeito, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP), a mecanismos normativos, gerenciamento, termos contratuais e relacionamento entre estruturas organizacionais, visando a utilização responsável dos recursos empresariais.

A governança participativa torna-se então um pilar importante do programa social da FNO, assumindo importância estratégica por meio de uma base institucional democrática e sólida e em crescente construção. Tem como objetivo, para a instituição, consolidar a prática constante do diálogo e da articulação entre todas as partes envolvidas.

Foto 9 - Família de agricultores familiares, no Baixo Sul da Bahia (2020)



Fonte: Acervo FNO (2021).

É, portanto, um instrumento de participação direta da população e de suas formas organizacionais em todos os seus níveis. Com diversos atores que buscam contribuir para o objetivo do programa, que é trabalhar para a promoção do desenvolvimento com crescimento sustentável e fazer a inclusão produtiva de centenas de famílias. Com essa atuação integrada, governos, sociedade civil e empresas trabalham para que o tecido social seja fortalecido, com a criação de um espaço colaborativo com propósito comum.

A relação com as instituições locais traz ainda legitimidade para a intervenção, uma vez que as representações das comunidades estão presentes e refletem seus anseios. Como já citado anteriormente, são elas: Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, Casa Familiar Agroflorestral de Nilo Peçanha, Casa Familiar Rural de Igrapiúna, Organização de Conservação da Terra e Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves. A relação entre tais instituições e a FNO é regida por um Acordo de Parceria e Cooperação Técnica e Financeira, que institui direitos e deveres de ambos os lados e habilita as Organizações da Sociedade Civil a executarem o Programa.

Foto 10 - Cultivo de hortaliça em hidroponia, na CFAF (2022)



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2022).

As Casas Familiares Rurais são associações civis homônimas, onde os pais dos alunos são os associados e dirigentes; a Cooperativa é formada por grupo de agricultores familiares complementado por jovens formados pelas Casas Familiares Rurais; e a Organização de Conservação da Terra (OCT), que é uma organização da sociedade civil, sob a forma de associação de direito privado sem fins lucrativos, busca promover a conservação do solo, da flora, da fauna e revitalizar os recursos hídricos.

Com a iniciativa privada e poder público, a FNO relaciona-se na busca de investimentos para o Programa, já tendo firmado contratos com relevantes organismos nacionais e internacionais ao longo dos anos. Coloca também sua capacidade técnica à disposição dessas instituições, com o objetivo de contribuir com a promoção de ações que levem ao desenvolvimento sustentável de municípios e comunidades do entorno de empresas, oferecendo um modelo estruturado de programa social de impactos comprovados.

Foto 11 - Jovem produtor de banana e sua família, no Baixo Sul da Bahia (2020)



Fonte: Acervo FNO (2021).

Existem ainda as parcerias estabelecidas diretamente entre as instituições locais, que, por serem autônomas e independentes, também buscam estabelecer conexões e captar recursos junto a outros organismos, como, por exemplo, empresas privadas, universidades, prefeituras, secretarias de estado e município, dentre outros.

4.4 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

No ano de 2018, a FNO, após 15 anos da implementação do seu Programa Social, o PDCIS, realizou um trabalho de avaliação de impactos da iniciativa, por meio de uma consultoria independente que, através de metodologia específica, detalhada mais adiante, analisou se o PDCIS gerava impactos (legado). O estudo partiu da diferenciação entre a avaliação de impactos, nunca feita até então, e da avaliação de resultados, realizada de forma contínua, no ambiente de controle do programa.

Foto 12 - Instalações da CFR PTN em Presidente Tancredo Neves, com Pau-Brasil em destaque (2022)



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2022).

Foram avaliados os impactos econômicos, sociais e ambientais do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), realizado pela FNO, na região do Baixo Sul da Bahia. A metodologia utilizada chama-se MAIS: Metodologia de Avaliação de Impacto Social, registrada pela JSB, consultoria contratada, e aplicada em diversos programas no Brasil e internacionalmente, que analisou os impactos econômicos (custo-benefício), financeiros (custo-eficácia-eficiência), e sociais (equidade) dos investimentos realizados no PDCIS. Baseia-se em princípios científicos, e está voltada para avaliação de programas sociais, analisando suas esferas de desempenho. Está registrada na Biblioteca Nacional e incorpora diferentes técnicas, como a teoria do Marco Lógico da Agência Norte- Americana de Cooperação (USAID), e os modelos de projeção econômica de J. Price Gittinger.

Dessa forma, a metodologia seguiu quatro etapas: elaboração de marco lógico; elaboração e pré-teste de instrumentos de pesquisa, a partir dos indicadores e variáveis definidos no marco lógico; coleta de dados e análises dos impactos econômicos, sociais e ambientais.

Foto 13 - Jovens José Marcos Santos e Ailton Bomfim da CFRI, em Igrapiúna (2022)



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2022).

Pode-se comparar o Marco Lógico a uma espécie de bússola que indica os rumos e os recursos necessários, como humanos, financeiros e materiais, para se alcançar êxito em um projeto social. Possui os seguintes detalhamentos:

- a) Objetivo geral - indica o que se almeja com o programa ou projeto.
- b) Objetivos específicos – diz respeito à atuação, e papéis e responsabilidades das lideranças envolvidas no processo.

c) Metas – derivam dos objetivos e demonstram a capacidade do programa ou projeto.

d) Indicadores – materializam o que está sendo realizado no âmbito do programa ou projeto e revelam sua eficiência.

e) Meios de verificação – formas de aferir o quão eficiente se está sendo na realização do programa ou projeto,

f) Riscos – apontam os perigos que podem ser encontrados.

A construção do marco lógico contou com a participação de todas as lideranças envolvidas no PDCIS, como os integrantes da FNO e os integrantes das instituições parceiras do Baixo Sul da Bahia, em uma oficina de 16 horas, sendo um trabalho participativo, cujo resultado expressou a visão do coletivo acerca do programa social.

A etapa de elaboração do instrumento levou em consideração uma escala de transformação que teve origem nas metas e no objetivo geral traçados no marco lógico. Após a construção da ferramenta, um grupo de pesquisadores aplicou o questionário na região, com o objetivo de fazer pré-teste para que a linguagem do documento fosse ajustada ao público-alvo. A consultoria definiu que o questionário seria aplicado em dois grupos: um grupo de beneficiários do programa (grupo tratamento) e um grupo de não beneficiários, denominado de grupo controle. A definição por trabalhar com grupos de tratamento e controle deveu-se ao fato de não existir, na FNO, um trabalho de avaliação *ex-ante* do PDCIS.

O instrumento era composto de dois blocos: o primeiro levantava dados como gênero, raça, idade, renda e escolaridade, e o segundo, com perguntas relacionadas à rotina dos participantes *versus* as ações do programa. De posse das respostas, foi possível montar a escala de transformação do projeto, evidenciando as mudanças geradas pelo PDCIS na vida dos beneficiários. Com o instrumento finalizado, pesquisadores foram a campo para realizar a coleta de dados nos grupos supracitados, tendo como maior desafio identificar não beneficiários, em condições que se equiparassem aos beneficiários, e que aceitassem participar da pesquisa. As informações sobre amostra já foram apresentadas na introdução, na sessão que aborda a metodologia da pesquisa, uma vez que ela se utiliza dos dados secundários gerados por este trabalho de avaliação de impactos.

Foto 14 - Jovem Wadison de Jesus, aluno da CFAF, em Nilo Peçanha (2022)



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2022).

De posse dos dados coletados, a consultoria realizou diversas análises, sendo as mais relevantes a econômica (custo-benefício), na qual se mediu a riqueza gerada pelo PDCIS, expressa quanto o programa rende para a sociedade. Nessa análise, foi possível perceber também como os beneficiários incorporaram novos hábitos e saberes a partir da participação no programa. A análise social (equidade), que demonstrou o impacto do programa na redução das diferenças entre segmentos sociais, sendo capaz de medir se o programa social em questão conseguiu interferir positivamente na redução das desigualdades sociais.

Ao final das análises, o estudo apontou diversos resultados que foram disponibilizados em português e inglês, em um relatório no *site* da FNO.

Quadro 6 - Impactos econômicos, sociais e ambientais do PDCIS (2021)

Custo econômico presente bruto do PDCIS	R\$18.175.429,26
Benefício econômico bruto do PDCIS	R\$38.697.744,47
Valor presente líquido do PDCIS	R\$20.522.315,21
Taxa interna de retorno do PDCIS	57.8%
Razão custo-benefício do PDCIS	R\$2,13
Redução do auxílio do Bolsa Família	65% de redução média no auxílio do Bolsa Família.
Aumento médio na renda total anual com produção agropecuária.	R\$25.593,24 por unidade agrícola.
Redução na taxa de desocupação dos beneficiários.	9,7% enquanto a taxa do de não beneficiários foi de 46,8%.
Os jovens têm mais sonho de empreender, acreditam que receberam uma educação para o empreendedorismo e tiveram oportunidades de aplicar novas tecnologias agrícolas.	Significativo
Uso da queimada das unidades do PDCIS e significância estatística em relação ao grupo controle.	3.16 vezes menos propenso a usar queimada.
Destino das embalagens de agrotóxicos vazias das unidades do PDCIS e significância estatística em relação ao grupo controle.	3.07 vezes menos propenso a enterrar/queimar/jogar no meio ambiente.
Lixo doméstico enterrado/queimado das unidades do PDCIS e significância estatística em relação ao grupo controle.	Tendência de impacto 5.8 vezes menos propenso a enterrar/queimar lixo doméstico.

Fonte: Elaborado pela autora desta dissertação (2021).

Com os resultados da avaliação de impactos do PDCIS revelando que o programa gerava impactos significativos na vida dos beneficiários, a instituição partiu para a sistematização de sua tecnologia social. A sistematização do PDCIS foi desenvolvida com a seguinte metodologia: o acervo existente na FNO foi analisado e separado por categorias. Em seguida, os textos foram lidos de forma dinâmica e

atribuídas notas de 0 a 10 para classificá-lo segundo sua relevância para o trabalho que seria realizado. Os documentos com notas abaixo de 7 foram desconsiderados, e, os que estavam acima dessa nota, serviram de base para consultas para a sistematização.

A parte que foi desenvolvida mediante o acervo acima citado deu origem aos capítulos mais conceituais e que referenciavam a construção do PDCIS e também informações institucionais da FNO. Para a construção da segunda parte da publicação, com conteúdos que detalhavam as ações do programa, denominadas de práticas, foi necessária a realização de entrevistas com diversos profissionais da própria FNO, mas, sobretudo, das instituições parceiras da instituição que estão na linha de frente e interação direta com os beneficiários. Foram entrevistados engenheiros agrônomos, professores, administradores, técnicos agrícolas, zootecnistas, dentre outras profissões, totalizando sessenta horas de gravação. As entrevistas foram transcritas e apoiaram o desenvolvimento dos conteúdos com informações sobre como implementar cada prática do programa, inclusive com todo o passo a passo.

A publicação foi concluída em 2020, com a sua finalização: como implementar o PDCIS, um documento com 574 páginas, incluindo anexos e apêndices e será utilizado como base para possibilitar a reaplicação do Programa em outras regiões de vulnerabilidades. O plano de reaplicação da tecnologia social está definido no novo posicionamento da instituição, que segue no Baixo Sul da Bahia, mas busca novas oportunidades para dar escalabilidade ao PDCIS, como desejava Norberto Odebrecht, por meio da sua expansão para outras regiões. Por meio da reaplicação, a FNO atenderá municípios interessados em ter um programa social de impactos comprovados e estruturado e, ainda, à iniciativa privada, oferecendo uma alternativa para implementação de iniciativas de ESG.

A construção do modelo aqui apresentado teve inspiração direta nos conceitos de desenvolvimento sustentável de Ignacy Sachs, no que diz respeito aos seus objetivos de transformar social, econômica e ambientalmente as condições de vida das pessoas do Baixo Sul da Bahia, promovendo o desenvolvimento sustentável mediante pilar da educação, com inclusão socioproductiva e incremento de renda, em harmonia com o meio ambiente e com uma governança participativa fortalecida com o envolvimento da própria FNO, do poder público, iniciativa privada, comunidades atendidas e organizações da sociedade civil.

Foto 15 - Jovem Jaíne da Conceição, aluna da CFAF, em Nilo Peçanha (2022)



Fonte: Acervo da autora desta dissertação (2022).

E não é à toa a semelhança entre conceitos e proposta de programa social criado pela instituição. Sachs conheceu e contribuiu com a iniciativa, tendo, inclusive, ministrado palestra sobre o PDCIS, em 28 de março de 2005, em encontro realizado na Praia do Forte, que celebrou um ano de parceria entre Governo do Estado da Bahia, Associação dos Municípios do Baixo Sul (AMUBS), Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul (IDES) e Fundação Odebrecht. Dentro da sua visão de desenvolvimento sustentável, Sachs, à época, afirmou que o programa da Fundação era a materialização do que ele imaginava como modelo de desenvolvimento regional e que podia tornar-se um modelo para Bahia e Brasil.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados das análises que investigam como um programa social para a promoção do desenvolvimento sustentável impactou social e economicamente a vida de jovens da zona rural do Baixo Sul da Bahia, segundo estudo estatístico de dados secundários que comparou beneficiários com grupo controle e, de forma qualitativa, investiga a percepção de jovens beneficiários sobre os possíveis impactos gerados pelo programa.

a) A distribuição percentual dos entrevistados do grupo de beneficiários e de controle por faixas de rendimento domiciliar, segundo a participação dos jovens na composição da renda, mostrou que 65,88% dos beneficiários participam dessa composição, ao passo que no grupo controle apenas 27,78% participam.

Na percepção dos jovens beneficiários, eles participam da renda da família, sendo responsáveis, em parte dos casos, inclusive, por todo o sustento quando já estão emancipados. No entanto, uma jovem que está no primeiro ano de formação relatou que participa indiretamente da renda da casa, por meio do seu trabalho na agricultura, mas que ainda não apura receitas próprias, dado que reflete o cenário de início da formação do jovem, quando ainda tem cerca de 15 a 16 anos, e está se estruturando na agricultura, para ter seus próprios projetos e, conseqüentemente, receitas.

Depois do programa, se tornou mais amplo e melhorou muito a nossa renda, principalmente relacionada ao trabalho no campo. Aqui tudo passou a ser dividido. Dividiu as tarefas em relação ao pagamento dos custos dentro de casa. Contribuo com minha mão de obra. (ENTREVISTADO 9, 2021)

Eu sou responsável pelo pagamento das contas. Na minha família, eu, minha esposa e meu filho, eu sou o responsável, toda a minha renda vem da agricultura. Tenho uma residência própria. Faço parte da COPATAN-Cooperativa aqui de Presidente Tancredo Neves. E colaboro com a renda de meus pais. (ENTREVISTADO 2, 2021)

Sim, com certeza, através dos nossos projetos, que a gente aprende na casa durante o período que a gente está lá e, através deste projeto, tanto a minha vida quanto a vida da minha família foi modificada, graças a Deus! Contribuo na renda da casa com cultivo de banana, mandioca e graviola. (ENTREVISTADO 4, 2021)

b) A distribuição percentual dos entrevistados do grupo de beneficiários e de controle que trabalhavam, segundo faixas de rendimento, mostrou que 100% dos

jovens do grupo controle e 69,9% do grupo de beneficiários possuem renda até R\$ 937,00, e que 30,91% dos jovens do grupo de beneficiários possuem renda superior a esse valor.

A distribuição de renda na agricultura tem variáveis que dificultam uma apuração mais uniforme ao longo de um determinado período. Foi possível perceber que, além desse aspecto, há também a variação conforme a faixa etária do jovem e tempo de programa, com um incremento maior de renda para os egressos. Cerca de 1/3 dos beneficiários entrevistados possuem renda média entre R\$2.000 e R\$3.000, podendo atingir até R\$10.000, sendo eles os que já se formaram e estão na faixa etária de 25 a 29 anos. Outro 1/3 possui renda entre R\$1.200 e R\$2.000 e estão estudando nos últimos anos de formação, e os demais entrevistados têm renda inferior a R\$1.000, sendo esses os que estão em início de formação ou reportaram a crise da pandemia.

Aproximadamente R\$2.000,00 a R\$3.000,000, ou até mais, porque na agricultura oscila muito, tem período que a gente consegue ter uma renda maior que essa, tem um período que tem um declínio e uma renda até menor, mas a gente consegue ajustar dentro do possível. A renda fixa em média é de R\$2.000 a R\$3.000. (ENTREVISTADO 1, 2021)

Atualmente, trabalho muito com cacau e banana, então geralmente mensalmente é R\$1.200, depende muito da produção. Às vezes a produção varia. Como agora está num período de chuva, tem mais produção. (ENTREVISTADO 6, 2021)

A gente hoje praticamente a renda é 100% cultivos. Hoje eu estou com a renda assim, em média de, porque varia, né, de mês a mês porque a agricultura tem alta e baixa, uns R\$10.000,00 (dez mil) por mês. (ENTREVISTADO 5, 2021)

c) A distribuição percentual dos entrevistados com algum engajamento social, segundo o tipo de atividade, mostrou que 52,63% dos jovens beneficiários são associados a cooperativas comparado a 0% do grupo controle. Já a participação em Associações Comunitárias por parte dos jovens do grupo controle é de 71,43%, e dos jovens beneficiários é de 43,86%.

Quando perguntados se participam de associações, a maioria dos beneficiários entrevistados afirmaram que sim, e uma pequena parcela referiu que não ou que só apenas seus pais participam. Dentre os respondentes que relataram não participar, foi informado que o motivo seria porque a associação não está mais

em funcionamento, porém que pretendem reverter essa situação. Ou seja, a visão da perspectiva da coesão social e da necessidade de estarem engajados e unidos para tanto solucionar problemas da comunidade, bem como realizar a comercialização de seus produtos, de forma mais justa, é claramente perceptível no relato dos entrevistados.

Sim. Da ABONJI sou diretor executivo e presidente da associação atualmente. A gente iniciou um projeto do governo do estado para a criação de galinha caipira. E neste projeto a gente fez um projeto núcleo para produção de mudas de cacau, também dentro da própria associação, já visando uma renda melhor para os sócios, melhora de renda, que vem das aves e das mudas de cacau, para utilização em plantio e também para a venda, para dar uma renda extra. A ABONJI é Associação de Agricultores da Comunidade de Bom Jesus do Butumuju. (ENTREVISTADO 1, 2021)

Sim, eu participo de uma associação aqui da comunidade e participo de duas cooperativas a COPATAN, que também faz parte do projeto e a COMAFIS, uma cooperativa de mulheres de Valença. Eu apoio o pessoal para fazer selos, essas coisas. Mas eu não faço parte de conselho, de nenhum cargo, porque eu estou estudando. (ENTREVISTADO 5, 2021)

Participo. Atualmente, sou presidente da associação da comunidade que eu moro, São Paulino. E desde que eu entrei na casa, em 2017, em 2018 eu me tornei sócia. E em 2020, no final de 2020, me tornei a presidente. (ENTREVISTADO 4, 2021)

d) A distribuição percentual dos entrevistados do grupo de beneficiários que avaliou orgulho de origem/região e vontade de permanecer no campo aponta para o dado de 84,89% que responderam que sim e que acham que sim. Já a distribuição percentual dos entrevistados do grupo de controle aponta para o dado de 59,46% que responderam que sim e que acham que sim.

Com relação ao orgulho da origem rural, 100% dos beneficiários entrevistados afirmaram com bastante ênfase que sentem orgulho, porém em suas falas foi possível perceber que esse sentimento é construído num processo de fortalecimento da identidade rural e reconhecimento do trabalho com a agricultura como digno e decente.

Olha, quando eu fiz o Ensino Médio, por ser da zona rural, estudávamos à tarde. Quem estudava à tarde era só o pessoal da zona rural e não tinha ônibus, então tinha um preconceito muito grande com o pessoal da zona rural. Então, hoje eu tenho um orgulho imenso, não tenho palavras para dizer o quão importante eu

considero hoje a minha vida valorizada, graças ao projeto da casa da família rural! Eu quero destacar, neste momento, foi de grande valia na nossa região o Dr. Norberto Odebrecht. Ele que implantou, na verdade, internalizou na gente que é possível viver no campo com dignidade, ter internet em casa, TV por assinatura, chuveiro elétrico. Enfim, eu sou prova viva, tenho minha residência, tenho internet em casa. Minha casa tem 2 banheiros, 4 suítes, enfim, a minha vida mudou da água para o vinho de 2008 para cá. Então eu vivo na zona rural muito orgulhoso mesmo! (ENTREVISTADO 2, 2021)

Não tem outro lugar não, se tiver outro lugar melhor, não conheço. É um sonho que a gente tem desde meu pai, meu avô, foi todo mundo da zona rural. Meu avô nasceu e se criou aqui, onde eu moro hoje, era uma fazenda boa e dividimos com os herdeiros, e onde a gente mora hoje, meu pai, meus irmãos, meus primos, e o triste dessa realidade é que a gente viu muitas pessoas que tinham o mesmo sonho que eu e tenha precisão de sair por falta de oportunidade, por falta de um PDCIS da vida, que não teve a mesma sorte que eu, e se não existisse hoje esse projeto tão bom que foi pra gente aqui no baixo da Sul da Bahia, que apoiou muito as pessoas e hoje a gente ganha um diferencial, muitas vezes a gente fala, mas quem está de longe não consegue ver o potencial que nós temos hoje. Tem pessoas que passaram pelas casas familiares e que pode e está aplicando seu conhecimento na agricultura, que é o que a gente sonha, né, é a minha empresa! Eu estou aqui, só fiz trocar a camisa pra ficar mais bonitinho (para a entrevista), mas estou todo sujo da roça, pra mim é um orgulho sair assim. Tenho que me orgulhar e me orgulho bem porque hoje eu vivo bem na zona rural. Uma coisa que, vou botar pouco tempo atrás, 10 anos atrás, a gente não sonhava, ter uma casa digna, ter um carro bom, ter sua renda mensal. A gente via falar aquilo era um PA, um projeto da gente, e talvez foi implantado na mente da gente que era o sonho da gente, mas a gente não via como ia ser realizado porque, muitas vezes, muitos obstáculos, mas através do sacrifício e conhecimento que a gente adquiriu, graças a Deus está bem no nosso caminho! (ENTREVISTADO 5, 2021)

Hoje em dia eu tenho, antes eu tinha vergonha de falar, porque eu não tinha, era aquele bloqueio, né! Porque a gente mora na zona rural, principalmente os jovens têm essa vergonha de falar, né! Ah, eu moro na zona rural e eu estava na roça hoje, morria de vergonha! Teve uma vez que eu estava partindo cacau em casa, eu sempre estudei à tarde, aí quando veio a tarde no colégio eu contei que estava fazendo isso e sempre fica um cheiro forte na mão. Quem trabalha na roça, sabe! Aí fizeram resenha de mim. Aquilo ali me travou completamente, não falava sobre a minha rotina na roça, de jeito nenhum, só que depois que eu comecei a estudar aqui na casa e, desde antes, na verdade no começo desse ano, porque o meu irmão já está aqui na casa. Então, quando eu vi ele começar a falar, quando eu vi a evolução dele, os monitores iam lá visitar ele, em meio a essa pandemia, eu comecei a ter minha renda tem uns 2 anos. Então, quando eu comecei a ter a minha renda, quando eu comecei a ver que aquilo que o povo fazia resenha de mim me dá dinheiro, ah dá licença, então hoje eu tenho o maior orgulho de ser da zona rural e tirar o meu já da agricultura! (ENTREVISTADO 12, 2021)

Ao analisar as percepções dos jovens beneficiários sobre se têm vontade de trabalhar com a terra e permanecer no campo, todos responderam que sim, com exceção de uma jovem, que está fazendo faculdade e reporta outros planos. Pelos relatos dos que afirmam que sim, é possível perceber que essa posição se deve ao sentimento de pertencimento e orgulho desenvolvido e a crença na agricultura como atividade econômica que pode dar vazão aos anseios profissionais do jovem.

Com certeza, bastante, porque eu vejo que agricultura é um ciclo que você planta, produz, vende, aí você se mantém no campo com qualidade de vida! Você produz o seu próprio alimento, com qualidade. Então, no meu ponto de vista, minha visão é esta, continuar no campo do jeito que estou, com qualidade de vida que eu estou tendo hoje. Sempre a gente pensa em buscar melhorias, de produzir ainda melhor. Se você está produzindo numa condição, buscar produzir melhor ainda. Então, a visão é basicamente esta daí. Hoje eu penso em continuar no campo e continuar estudando. As redes de internet está aí. E a gente pode estudar a todo momento, ter aula remota. Minha visão é esta: estar sempre aprimorando o conhecimento, para buscar melhoria contínua, até porque nós que somos técnicos nunca paramos de estudar. É igual ao médico que não pode parar de estudar porque cada dia passa e vêm as inovações. Isso se reflete na parte técnica também. (ENTREVISTADO 1, 2021)

Nem nos meus últimos sonhos eu sairia da zona rural. Eu sempre brinco que se alguém me der um prédio comercial em Salvador hoje, em troca da minha propriedade, sem dúvida eu não iria. Para sair da zona rural agora teria que ser uma proposta bastante tentadora, que valesse a pena, mas até hoje não vejo nenhuma proposta que me faça sair da zona rural. (ENTREVISTADO 2, 2021)

Sim. Isso que eu falei da importância. Então, eu não me vejo de certa forma sair, posso fazer claro uma faculdade e voltar, mas não me vejo saindo, tipo trabalhando em outro lugar. Hoje em dia a roça faz parte de mim, eu não me vejo saindo, eu pretendo terminar aqui a escola, fazer uma faculdade, trabalhar voltado para isso, para ser, né, a minha empresária! Ajudar meus pais, com os conhecimentos que eu adquiri, ajudar outras pessoas que, como eu falei antes, queiram minha ajuda, queiram entender um pouco do meu conhecimento, e assim poder passar para outras pessoas. (ENTREVISTADO 11, 2021)

e) A distribuição percentual dos entrevistados do grupo de beneficiários que têm vontade de trabalhar com a terra e confiança nos conhecimentos adquiridos para o futuro, mostrou que 88,38% disseram que sim e que acham que sim. Já a

distribuição percentual dos entrevistados do grupo de controle mostrou que 52,63% disseram que sim e que acham que sim.

A percepção dos jovens beneficiários sobre se o conhecimento obtido na Casa Familiar/ Programa foi importante e gerou confiança para o futuro, mostrou que 100% acreditam que sim. Com esse dado, é possível avaliar o valor que a formação teve na vida dos jovens, inclusive para a jovem que não continuou na zona rural, mas que pode obter uma formação para a vida.

Com certeza, de várias formas diferentes! Eu sempre vou falar quando as pessoas perguntam, que, além do conhecimento técnico, a gente sai com todo um conhecimento e crescimento pessoal de como viver em sociedade e isto me ajuda até hoje. A gente teve uma oficina de teatro, que me ajudou muito nas apresentações na faculdade, na minha vida, a me expressar melhor, a conversar melhor, a ser mais espontânea, de forma mais tranquila com as pessoas. Me ajudou muito com a questão profissional, hoje eu já consigo ter uma renda através disso. Então, me ajudou muito! (ENTREVISTADO 3, 2021)

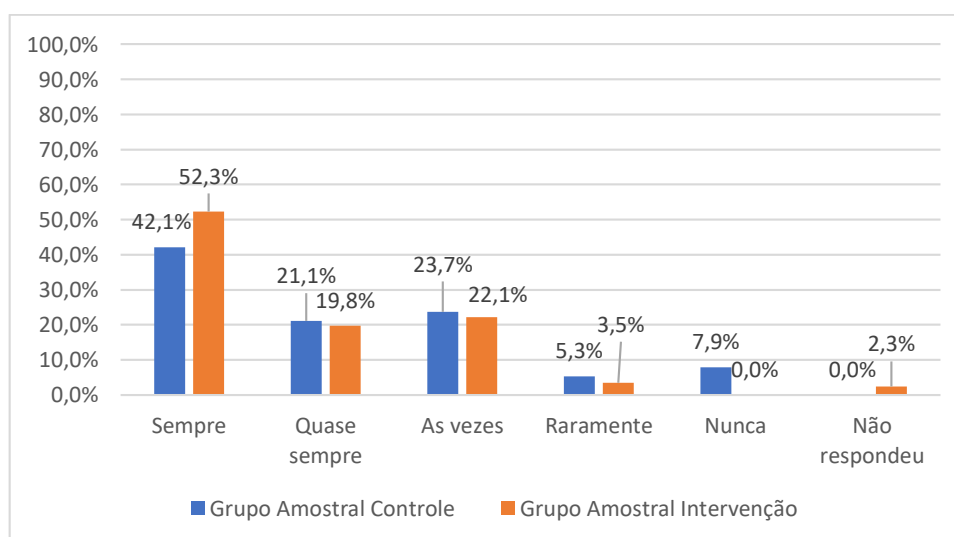
Bastante, porque antes eu produzia quando eu morava com meu pai e minha mãe, na unidade da família. A gente produzia apenas para subsistência, entende? A produção era para consumir, comprar os mantimentos que a família precisava, para sobreviver e pronto! Após a casa, essa visão mudou em mim, porque, para ter uma qualidade de vida no campo, você precisa produzir mais do que consome. Se você consome x valor, você tem que produzir o valor para consumo e para seu desenvolvimento. Esta é a minha visão. E a visão que eu levo também para a minha comunidade. Por isso que dentro do município, meu coração transborda de alegria, porque são agricultores que já pensam desta forma: de permanecer no campo porque a gente foi contemplado com o projeto de agricultura via governo do estado. São 20 aviários distribuídos dentro da comunidade. A associação gira em torno disso, é uma empresa que gere todo esse processo para a comunidade conseguir seus resultados. (ENTREVISTADO 1, 2021)

Com certeza, o conhecimento que a gente adquiriu na casa foi primordial para “mim” poder amadurecer como pessoa e também como conhecimento de algumas atividades que eu posso usar nas minhas propriedades, e assim desenvolver uma agricultura mais rentável e também mais sustentável. Então, né, quando a gente na casa faz um ensinamento baseado no psicológico, no seguinte aspecto, a gente chega na casa, chega assim desacreditado das atividades agrícolas. Vem de uma situação que não tem uma área muito extensa, quando entra na casa, a gente percebe que não importa o tamanho da área que você tem, e sim acreditar que seu trabalho pode ser eficaz, independentemente do tamanho da terra que você tem. Basta querer trabalhar e ter vontade! Porque quando

a gente entra na casa, como eu disse, eu comecei a ter uma visão diferenciada que a gente tem no campo, né! Como eu posso ajudar minha família nas atividades, aqui também como posso ajudar minha comunidade através de ações que aprendi na casa. Tem cinco empregados aqui na propriedade e as pessoas vêm reconhecendo isto tudo e começando a também tirar proveito desse conhecimento, executar também nas suas propriedades algumas atividades que eu emprego na minha. E com isso, né, as atividades que a escola ensina é trabalhar visando a sustentabilidade no campo e melhorar a renda. (ENTREVISTADO 10, 2021)

f) A distribuição percentual dos entrevistados para avaliar se usam na plenitude seus direitos civis, sociais e políticos, mostrou que no grupo de beneficiários 72,1% se utilizam de seus direitos contra 63,2% do grupo controle.

Gráfico 2 - Distribuição relativa dos jovens conforme a frequência em que exercem direitos civis, sociais e políticos, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados, Bahia - 08/2018



Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS (2018).

Nota: Sistematizado pela autora desta dissertação (2020).

Com relação ao exercício da cidadania, foi perguntado aos jovens sobre o uso de seus direitos civis, sociais e políticos. Os entrevistados percebem que usam seus direitos, muito embora externalizem que não conhecem todos os direitos e que talvez não usem todos que poderiam utilizar.

Eu acredito que sim. E a gente usa e deve usar ainda mais hoje os nossos direitos como cidadão. Muitos que têm acesso à informação conseguem usar e usufruir daquilo que está ali para si. Mas tem muitos daqueles, resumindo, diante da população que não consegue porque não tem acesso à informação daqueles direitos. Talvez eu

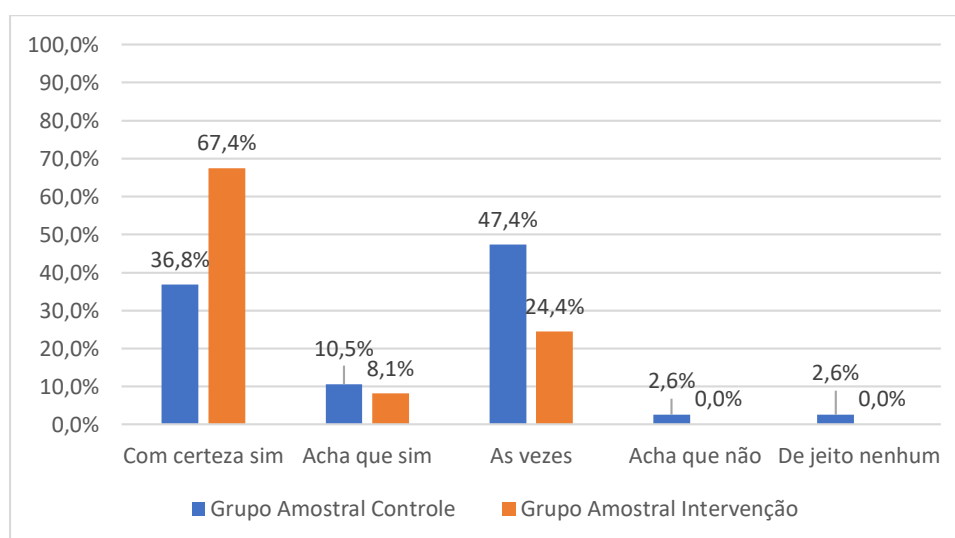
não use aqueles que eu não tenho conhecimento ainda. Eu busco o conhecimento. De acordo com o que eu me enquadro, se eu sou agricultor eu busco os direitos de agricultor. Busco os direitos de técnico em agropecuária. E vou buscando dessa forma. (ENTREVISTADO 1, 2021)

Sim, sim, em alguns aspectos, sim, a casa proporciona a gente sempre conhecer os nossos direitos né, principalmente nós moradores do campo, que a gente fica privado de alguns conhecimentos de direitos do cidadão. E com isso a gente vai conhecendo os direitos do campo, do que a gente tem direito e outros que a gente vai aprender durante a vida. (ENTREVISTADO 10, 2021)

Alguns, sim, hoje em dia bem mais; saber que eu sou mulher e eu posso sim atuar na agricultura, que eu sou jovem, mas eu posso sim dar minha opinião, que não é só porque você é mais velho que eu que você sabe de tudo e eu não sei de nada, eu posso sim dar minha opinião, eu posso sim dar meu ponto de vista. (ENTREVISTADO 12, 2021)

g) A distribuição percentual dos entrevistados, para avaliar se sentem confiança em falar e se posicionar com outras pessoas, mostrou que 75,6% dos beneficiários têm sempre ou quase sempre confiança contra 47% do grupo controle.

Gráfico 3 - Distribuição relativa dos jovens conforme a confiança em falar e se posicionar com outras pessoas, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados, Bahia (08/2018)



Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS (2018).

Nota: Sistematizado pela autora desta dissertação (2020).

Com relação à confiança em falar e se posicionar com outras pessoas, os jovens entrevistados percebem que, em sua maioria, são mais confiantes em falar e se posicionar após a participação no programa, por desenvolverem habilidades e terem que lidar com situações que proporcionaram exposição. Alguns jovens se manifestaram afirmando que ainda estão se desenvolvendo e aprendendo, e uma jovem afirmou que não sente confiança. Importante destacar que ela está no primeiro ano de formação.

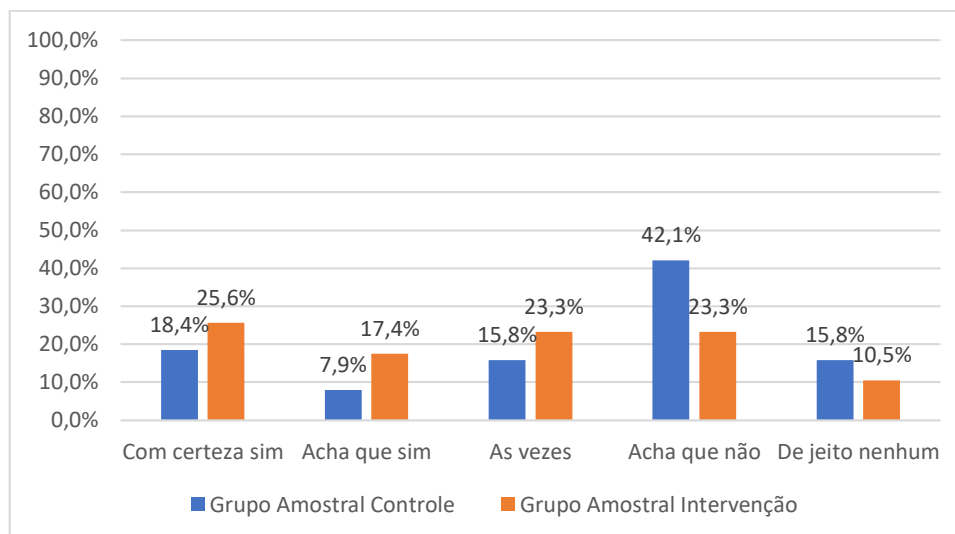
Se tiver dentro do meu assunto, eu acho que sim! Acho que sou confiante, estando no meu conhecimento. Vou botar 100% de mudança com a escola aí. Eu era uma pessoa muito tímida, não falava com ninguém. Por causa da CFR, mudei praticamente da água pro vinho, isso aí! Porque a gente é provocado direto, eram visitas, sempre fazemos visitas em outras áreas, a gente viajava pra São Paulo, pra Fundação Odebrecht, pra explicar como eram os projetos, hoje está mais enferrujado assim porque já tem, de 2008 pra cá, já tem muito tempo. (ENTREVISTADO 5, 2021)

Sim e graças, através da casa familiar! Porque quando eu entrei na casa familiar, eu não dialogava, era uma pessoa muito tímida, eu não participava da aula. Na verdade, quando eu entrei na casa familiar, eu fui já decidida que eu ia mudar minha forma de ser porque eu queria garantir minha inscrição lá na casa familiar. Então, quando eu cheguei lá, eu me soltei, depois eu observei: “gente eu não sou assim não”! Depois desse dia pra cá, fui recebendo todo o apoio dos monitores e de toda a equipe lá da casa, de repente eu acabei mudando, não reconheço nem quem eu era há alguns anos atrás. (ENTREVISTADO 8, 2021)

Antes não, sou uma pessoa um pouco tímida, mas eu estou me adaptando e conseguindo me desenvolver melhor. Na verdade, quase toda a minha mudança veio através da casa, muitos trabalhos que realizamos, muitas visitas. Então, tínhamos que nos apresentar, falar da nessa história. Então, foi a partir disso que eu fui criando confiança para poder falar em público, me relacionar com novas pessoas. E hoje eu tenho um desenvolvimento muito melhor que antes. (ENTREVISTADO 9, 2021)

h) A distribuição percentual dos entrevistados para avaliar se se sentem uma liderança em suas comunidades, mostrou que 44% dos beneficiários de sentem líderes, contra 26,3% do grupo controle.

Gráfico 4 - Distribuição relativa dos jovens conforme a percepção de ser uma liderança na comunidade, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados, Bahia (08/2018)



Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS (2018).

Nota: Sistematizado pela autora desta dissertação (2020).

Foi perguntado aos entrevistados se se percebem como lideranças em suas comunidades, os resultados mostraram que os egressos já sentem que desempenham esse papel de líder. Dentre os jovens do último ano, alguns também já se veem como líderes, mas boa parte se percebe como referência, incentivador, mas não necessariamente uma liderança. Já para as jovens do primeiro ano, ainda não existe essa percepção, o que corrobora para o entendimento de que esse processo é uma construção do método educativo do programa e amadurecimento dos jovens.

Eu acho que ainda não! Eu comecei agora, né, na escola, mas eu acho que daqui a um tempo eu acho que eu vou, não talvez uma liderança, mas vou me tornar alguém assim que as pessoas possam dizer “procura a ajuda de Maria Eduarda, ela é uma técnica, ela vai poder te ajudar no que você necessita, em algo na sua propriedade”. Eu tenho vontade de continuar, sair da escola e fazer uma faculdade em algo mais ou menos relacionado ou totalmente relacionado. Então, eu creio que daqui a uns anos acho que isso pode se tornar possível. (ENTREVISTADA 11, 2021)

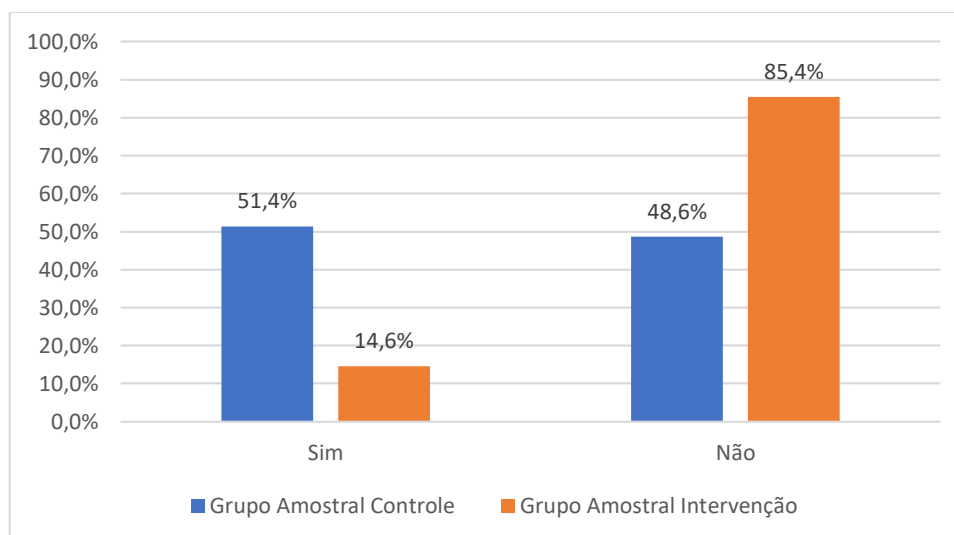
Me sinto uma liderança e tenho uma visão voltada para a preparação de outras lideranças. Se eu não preparar uma outra liderança fica como uma dependência. Consegue entender? Hoje sou uma

liderança no Butumuju, sou presidente da associação. Mas se dentro desse processo eu não procurar capacitar outros, vai se chegar uma certa dependência. Se eu for buscar novos ares, como é que fica? Todos nós pensamos, não é? Hoje eu estou presidente, mas amanhã eu posso buscar novos ares. Buscar além de produzir em minha propriedade, ampliar a visão, essas coisas que vão fluindo com o tempo. (ENTREVISTADA 1, 2021)

O nome liderança eu acho que é muito forte, mas eu acredito que seja uma referência, acho que a palavra melhor que se encaixa aí seria isso: referência, uma pessoa que é procurada quando precisa de alguma coisa ou pode ajudar em algo. Eu acho que a diferença seria o nome. (ENTREVISTADA 6, 2021)

i) A distribuição relativa dos domicílios dos entrevistados nos últimos doze meses que os moradores passaram dificuldade para obter alimentos ou que não tiveram o que comer, mostrou que 85,4% dos beneficiários responderam que não passaram dificuldade, contra 48,6% do grupo controle.

Gráfico 5 - Distribuição dos domicílios onde os moradores passaram dificuldade para obter alimentos, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados, Bahia (08/2018)



Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS (2018).

Nota: Sistematizado pela autora desta dissertação (2020).

No que diz respeito à segurança alimentar, foi perguntado ao jovem se ele ou sua família havia passado por dificuldade para obter alimentos ou não tiveram o que comer nos últimos doze meses. Todos, de forma unânime, responderam que não passaram por esse tipo de dificuldade. Embora não tenha ficado claro se atribuem ao programa ou se era uma condição existente naquela família.

Não. Na verdade, não sei o que é dificuldade, desde 2008 para cá, graças a Deus! Antes, a gente só podia comer carne de boi uma ou duas vezes, no máximo, e hoje eu posso comer o que me der vontade de comer, durante a semana ou final de semana. Posso ir à praia com minha esposa no final de semana, graças a Deus! Para meu filho, eu consigo realizar. Melhorou meu bem-estar social, alimentação. Você chegar na cidade e ser respeitado, ser bem atendido no banco, na loja, com essa roupa que eu estou. Vim da minha plantação de banana e não tenho vergonha de entrar no banco com essa roupa, de bota e chapéu, com a unha suja. Não tenho problema nenhum de entrar em qualquer estabelecimento, porque sei que as pessoas não vão me olhar com desconfiança. E, se olhar, é um problema de quem olha. O mais importante é que eu estou fazendo a coisa certa! (ENTREVISTADA 2, 2021)

Não, graças a Deus, não! Graças a Deus isso não aconteceu na nossa casa, até porque na zona rural a gente tem bastante variedade, né! Quando você não pode ir ao mercado, você tem o que você cultiva. Então, isso não aconteceu aqui, graças a Deus! (ENTREVISTADA 6, 2021)

Graças a Deus, não! Por a gente viver no campo, a gente não pode passar fome. A gente tem tudo, basta querer e efetuar a tarefa. A terra é fértil, então, sempre vai dar, se a gente plantar direito, vai dar! Graças a Deus, a gente não passou fome nestes doze meses! (ENTREVISTADA 10, 2021)

I) A distribuição relativa dos domicílios, por tipo de esgotamento, mostrou que 11% dos beneficiários possuem rede coletora contra 0% do grupo controle e que 6,9% dos beneficiários possuem esgotamento em vala a céu aberto contra 24,3% do grupo controle.

Já na percepção do jovem, foi perguntado de maneira mais abrangente como percebe a sua qualidade de vida, investigando se ele percebia uma melhora nesse aspecto, após seu ingresso no programa. Todas as respostas indicam que o jovem percebe uma mudança significativa em suas vidas após a vivência no programa. Essa percepção está associada a uma maior segurança alimentar; incremento de renda; conquista de bens como casa, moto, carro e até mesmo caminhão; orgulho da origem; e reconhecimento social. Já os jovens do primeiro ano que ingressaram em 2021, percebem a mudança na qualidade de vida por meio do maior acesso a conhecimentos e pela oportunidade de socializar e estudar, não estando esse item relacionado diretamente à renda da família, uma vez que os resultados nesse aspecto são ainda muito incipientes.

Antes a gente só podia comer carne de boi uma ou duas vezes, no máximo, e hoje eu posso comer o que me der vontade de comer, durante a semana ou final de semana. Posso ir à praia com minha esposa, no final de semana, graças a Deus! Para meu filho, eu consigo realizar. Melhorou meu bem-estar social, alimentação. Você chegar na cidade e ser respeitado, ser bem atendido no banco, na loja, com essa roupa que eu estou. Vim da minha plantação de banana e não tenho vergonha de entrar no banco com essa roupa, de bota e chapéu, com a unha suja. Não tenho problema nenhum de entrar em qualquer estabelecimento, porque sei que as pessoas não vão me olhar com desconfiança. E, se olhar, é um problema de quem olha. O mais importante é que eu estou fazendo a coisa certa! (ENTREVISTADO 2, 2021)

Eu pensei que não ia estar do jeito que está! Muitas vezes a gente pensa que é até um sonho. Eu consegui construir uma casa e eu falo a verdade! Nem nos meus melhores sonhos eu sonhava em ter uma casa desse jeito. Eu falava a minha esposa direto, eu vivo hoje na minha casa, é do meu suor! Sei que fui eu que consegui construir, mas eu penso que a qualquer hora dessa eu posso acordar e pensar que eu estou em alguma viagem, algum hotel, alguma coisa, porque são coisas que a gente não sonhava. Na verdade, a gente até pensava em fazer, mas não era do jeito que a gente tem hoje. Hoje a gente é capaz de ter nosso próprio carro, estar podendo falar daqui da minha casa, de internet e tudo. Mudou da água pro vinho! E foi tão rápido, a gente fala dez anos, doze anos, mas passa tão rápido que a gente pensa que mudou ligeiro demais. A gente trabalhava durante o dia pra poder comer durante a noite. E, hoje, ter o que comer e, se puder, ajudar alguém; passar quase de funcionário pra hoje ser patrão, é outra coisa, é outro nível de vida! (ENTREVISTADO 5, 2021)

Sim, com certeza, muito! Porque antes de ingressar na casa, meu pai trabalhava na diária. Dava diária para um patrão para receber, para colocar alimento em casa e pagar as despesas. E, hoje, a gente trabalha para a gente, tira do nosso projeto e paga nossas despesas. Hoje, digamos assim, estamos meio que bem-sucedidos! (ENTREVISTADO 7, 2021)

m) Para finalizar e ter uma visão de plano de vida desses jovens, foi perguntado a eles quais eram seus planos para o futuro. E a grande maioria expressa o desejo de permanecer no campo, trabalhando com agricultura, ainda que fazendo faculdade de Agronomia ou outros cursos, para, posteriormente, voltar para o seu lugar de origem.

Olha, Dr. Norberto disse uma vez que você tem que ter prioridades na vida. Quando eu falo que eu me sinto uma pessoa agraciada por Deus, eu não posso reclamar de nada, porque na casa eu aprendi a ter metas, ter prioridade, planos a curto, médio e longo prazo e

colocar no papel sonhos, aquilo que eu desejo alcançar: metas e planejamento. Então, meu sonho eu consegui, coloquei no papel em 2011-2012: constituir família, casa própria, carro novo e uma propriedade. E, graças a Deus, eu consegui dentro de cinco anos! Recentemente, planejei comprar um caminhão, e faz noventa dias que comprei um caminhão. Acabei de reformar a minha casa. O próximo plano para esse ano ainda é trocar meu carro, para ter mais espaço para meu filho. Todo ano eu vou sentar com minha esposa, pegar uma folha de papel e caneta e traçar os próximos passos, aquilo que é mais importante e de mais valia para a vida da gente. Um grande sonho que eu consegui realizar foi fazer uma previdência para meu filho, para pagar a faculdade dele. Então, todo mês eu pago esta previdência, para custear os estudos dele, e outro sonho é a minha previdência privada. Ano que vem, vou pagar a previdência também da minha esposa. É um sonho que eu não desisti, achei que eu não ia conseguir, mas, graças a Deus, esse ano eu fiz do meu filho e o meu! E, a partir de janeiro, eu vou pagar da minha esposa. (ENTREVISTADO 2, 2021)

Para o futuro, é dar continuidade como filha única, mas também não só por isso, dar continuidade ao que eu já tenho, fazer crescer e render. Todo esse trabalho que eu acredito que vai dar muito lucro, não só lucro financeiro, mas lucro do conhecimento, para mim mesma, para minha família, ao qual eu estou adquirindo e vou adquirir cada vez mais. Como nossos professores sempre falam que a gente chegou aqui, de certa forma, com a bagagem quase vazia, e a cada semana, a cada alternância, nós saímos com essa mala cheia, com conhecimentos loucos para ser repassados e ter nossa propriedade. Eu desejo sair daqui, fazer uma faculdade, me formar, ir crescendo cada vez mais como empresária, sendo empresária de mim mesma, empresária do campo. (ENTREVISTADA 11, 2021)

Produzir cacau, pupunha e café, para a primeira fonte de renda ser da roça; eu ainda não sei se eu quero fazer faculdade, mas se eu fizer vai ser algo relacionado a Agronomia. Eu também tenho um sonho de abrir um comércio, algo como uma cafeteria, algo lá da cidade, algo que tenha tipo tudo que você pensar em café eu vou ter lá, ou um quiosquezinho. Eu e meu irmão, a gente sempre teve essa vontade; se eu planto café, meu pai também produz o pó do café; se eu tenho tudo isso, por que não posso subir mais? Então, são esses planos pro meu futuro, ter minha autonomia, trabalhar na roça, tirar meu primeiro sustento da roça, com o plano de fundo que pode ser esse comércio, pode ser empreender e com alimentação e, talvez, uma faculdade. Eu tenho dois anos para pensar ainda se eu quero fazer ou não faculdade, ou, por exemplo, se eu decidir que não vou fazer faculdade, mas aí o meu primeiro plano, que é tirar o sustento da roça, deu certo! Se lá na frente, daqui a três anos, depois que eu concluir na casa, eu tiver vontade de fazer, eu vou fazer sem problema, porque o meu primeiro plano já tenho. Então, eu tenho mais de um plano na minha vida! (ENTREVISTADA 12, 2021)

Os resultados analisados nessa seção, do ponto de vista social e econômico para investigar impactos socioeconômicos, corroboram com o entendimento de que o desenvolvimento é um conceito amplo e que deve estar relacionado com a melhora das condições de vida das pessoas e das liberdades que desfrutam, para que sejam seres sociais mais completos, pondo em prática seus sonhos e desejos e interagindo e influenciando o mundo ao redor (SEN, 2010, p. 29).

As tabelas correspondentes à tabulação da pesquisa estão no Apêndice A. O modelo de roteiro de entrevista está no Apêndice B. O termo de consentimento encontra-se no Apêndice C. O modelo de questionário dos dados secundários está no Apêndice D.

6 CONCLUSÃO

Ao investigar o problema levantado nessa dissertação, de como um programa social para a promoção do desenvolvimento sustentável impacta social e economicamente a vida de jovens da zona rural do Baixo Sul da Bahia, partiu-se da hipótese de que o PDCIS, programa social da FNO, impactou positivamente a vida de seus beneficiários em comparação a jovens da mesma região que não foram assistidos pela iniciativa.

Como percurso para o avanço do estudo, foi imprescindível primeiramente compreender as definições de desenvolvimento, para posteriormente analisar o lócus estudado, no que se refere aos seus indicadores socioeconômicos e, assim, circunscrever suas características, para então analisar o programa social implementado e investigar quais impactos econômicos e sociais foram promovidos na vida dos jovens beneficiários *versus* não beneficiários, além de obter suas percepções frente a esses possíveis impactos.

Com base na definição de quais seriam os impactos analisados, segundo premissas adotadas pela pesquisadora, e a partir da revisão da literatura, foram pesquisados os seguintes elementos: estudo da renda, engajamento social, ocupação, orgulho da região de origem e desejo de permanecer no campo e trabalhar com a terra, confiança em se posicionar e ser reconhecido como liderança nas comunidades, dificuldade em obter alimentos, além da qualidade de vida.

A análise dos resultados mostrou que os jovens que tiveram experiência com o programa apresentaram resultados diferentes dos jovens do grupo controle. Resultados que sinalizaram uma melhoria das condições de vida, levando-se em consideração os aspectos supracitados investigados e caracterizados neste estudo como impactos. Adicionalmente a esses dados, foi incorporada a escuta dos jovens, que, de forma subjetiva, a partir do relato de suas histórias de vida, trouxe a percepção de mudanças e ganhos promovidos pela vivência no programa social.

Dessa forma, o estudo possibilitou um melhor entendimento de como a atuação de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) pode impactar a vida do público-alvo de seus programas sociais, em especial, de jovens da zona rural, possibilitando a continuidade em seus territórios, preservação da força de trabalho, capacidade intelectual e produtiva. Essa vivência possibilitou também conhecer como experiências do terceiro setor, que visem equacionar problemas sociais,

podem ser estruturadas, avaliadas e disponibilizadas como referência para a construção de políticas públicas de bem-estar social ou, ainda, ponto de partida para novas pesquisas.

O presente trabalho trouxe, inclusive, contribuições para o campo, por meio da oportunidade de exploração de uma proposta de desenvolvimento com ações práticas e experiências em curso, que possibilitaram a realização das análises aqui apresentadas. No entanto, igualmente mostrou limitações, a exemplo da utilização de um banco de dados como fonte de pesquisa secundária de 2018, o contexto da pandemia COVID – 19, que impossibilitou que as entrevistas fossem de forma presencial e a dificuldade de investigar com maior profundidade todos os dados levantados, devido ao tempo e restrições de uma dissertação, e ainda algumas restrições para fazer a comparação empírica com os dados socioeconômicos da região estudada.

Estudos futuros poderão se utilizar do que foi produzido até aqui, para aprofundar como impactos econômicos e sociais podem ser mais bem mensurados, a fim de reportar o desenvolvimento, além de pesquisar também sobre os impactos ambientais. Pesquisadores que trabalhem com temas do terceiro setor ou com a administração pública também podem se valer deste trabalho, a fim de aprimorar a discussão acerca da contribuição de projetos sociais para a emancipação, conquista de direitos e qualidade de vida das populações atendidas e, adicionalmente, sobre a oportunidade de qualificar o debate de como esse tipo de iniciativa pode colaborar com a criação de políticas públicas.

O Baixo Sul tem inúmeros desafios, como muitos outros Territórios de Identidade e ainda que o PDCIS tenha impactado as questões sociais e econômicas da vida de jovens da zona rural de municípios dessa região, seu alcance é limitado e deixa de fora um percentual importante de pessoas que não conseguem ser apoiadas pelo programa. O ganho de escala almejado, para promover a verdadeira inclusão, e a universalização no acesso aos benefícios por todos os cidadãos só serão possíveis um dia com a participação efetiva do Estado ou união entre os setores para, juntos, de forma colaborativa, pensar como levar desenvolvimento para o interior do País. O estudo que foi feito, no mínimo, traz uma luz para essa discussão.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza**; tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Neemias dos Santos. **Entrevista**. Concedida a autora em 08 de novembro de 2021.

BOMBAROLO, Félix. Desafios para as organizações não governamentais na América Latina na década de 90. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v.40, n.206, p. 6-26, 1993.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acesso em: 14 abr. 2021.

BRITO, F. **A transição para um novo padrão migratório no Brasil**. Textos para discussão. Belo Horizonte: UFMG; Cedeplar, 2015.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Revista Perspectiva**, Fundação Seade, jan. 2006.

BRUNDTLAND, Gro et al. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CAETANO, Rodrigo. Melhores do ESG: veja quais são as 17 empresas premiadas. **Exame**, 13 maio 2021. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/as-melhores-do-esg/> Acesso em: 12 nov. 2021.

CENSO GIFE 2018. **Grupo de institutos, fundações e empresas, 2019**. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2018>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **O pensamento da CEPAL nos anos 1950**. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>. Acesso em: 21 nov. 2020.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

DALY, Herman. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, 2004.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. *In*: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 243-257.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed; 2009.

FNO - FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. **Avaliação de impactos econômicos, sociais e ambientais do Programa Social da Fundação Odebrecht**. Salvador, 2018.

FNO - FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. **Por uma nova educação rural**. Disponível em:

<https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/comunicacao/noticias/2005/05/01/educacao-118-por-uma-nova-educacao-rural.html> Acesso em: 26 jun. 2021.

FNO - FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT. **Relatório anual 2020**. 2020.

Disponível em: <https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/arquivos/relatorio-anual-2020.html> Acesso em: 12 out.2021.

FOLKE, Carl. Respeitando os limites planetários e nos reconectando à biosfera. *In*: INSTITUTO AKATU E CONSUMO CONSCIENTE E O WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do mundo 2013 – a sustentabilidade ainda é possível?** Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica, 2013.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 1. ed. São Paulo: LTC, 2014.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GERHARDT, Tatiana et al. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GONZÁLEZ BOMBAL, Inés “Nunca Más”: el Juicio mas Allá de los Estrados”. *In*: ACUÑA, Carlos et al. **Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política Argentina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

HIRSCHMAN, Albert O. **Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo**. 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23395022> Acesso em: 20 jun. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba> Acesso em: 07 jul. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultado dos dados do panorama do Censo – 2010**. 2010a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba> Acesso em: 19 dez. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultado dos dados do IBGE. Explica - 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> Acesso em: 19 dez. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultado dos dados do Censo Cidades – 2010b**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/Acesso> em: 07/07/2020.

INCLUSIVE WEALTH. **Como medir o desenvolvimento sustentável?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/inclusive-wealth/> Acesso em: 19 jun. 2021.

ÍNDICE de Riqueza Inclusiva (IWI) | **Índice de enriquecimento inclusivo**. Disponível em: <http://amanecemetropolis.net/inclusive-wealth-index-iwi-indice-de-enriquecimento-inclusivo/> Acesso em: 20 jun. 2021.

IPEA. **Relatório do mapa das OSCS**. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/analise.html#/6> Acesso em: 16 nov. 2021.

JESUS, Larissa dos Santos. **Entrevista**. Concedida a autora em 09 de novembro de 2021.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. [Portal institucional]. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_021_Baixo%20Sul%20-%20BA.pdf Acesso em: 12 dez. 2020.

MELO, Jalton Ribeiro. **Entrevista**. Concedida a autora em 09 de novembro de 2021.

MICHAELIS. **Dicionário Michaelis**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desenvolvimento/> Acesso em: 14 abr. 2021.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2004.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, conceitos e princípios. **Textos de Economia**, v 4, n. 1, 1993.

NASCIMENTO M.S.C.; HOLLANDA, C.B. Cio da Terra. *In*: HOLLANDA, C.B. **Chico 50 anos**: o cronista. Rio de Janeiro: Polygram/Philips. 1994. Faixa 03. CD

O’CATHAIN, A.; TOHMAS, K. Combinando métodos qualitativos e quantitativos. *In*: POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed; 2009. p. 117-26.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Terceiro Setor**: o que é e como atua na sociedade brasileira. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br> Acesso em: 12 out. 2021.

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO. **Territórios de identidade**. Disponível em: <https://geo.dieese.org.br/bahia/abrangencias.php> Acesso em: 12 out. 2021.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE - Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.47-48, maio/ago. 2002.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nacoes-unida> Acesso em: 26 nov. 2021.

PEREIRA, Ana Elisa Gonçalves. **Qualidade das instituições e PIB per capita nos municípios brasileiros**. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9804 Acesso em: 28 dez. 2020.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html> Acesso em: 26 nov.2021.

RAWORTH, Kate. Definindo um espaço justo e seguro para a humanidade. *In*: INSTITUTO AKATU E CONSUMO CONSCIENTE E O WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do mundo 2013 – a sustentabilidade ainda é possível?** Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica, 2013.

ROCKSTRÖM, Johan et al. A Safe Operating Space for Humanity, **Nature**, n.23, p. 472–75, set. 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTANA, Tailana dos Santos. **Entrevista**. Concedida a autora em 10 de novembro de 2021.

SANTOS, Alisson. **Entrevista**. Concedida a autora em 10 de novembro de 2021.

SANTOS, Benivaldo. **Entrevista**. Concedida a autora em 11 de novembro de 2021

SANTOS, Camile Silva. **Entrevista**. Concedida a autora em 12 de novembro de 2021.

SANTOS, Carolaine Sena. **Entrevista**. Concedida a autora em 11 de novembro de 2021.

SANTOS, Elaine de Jesus **Entrevista**. Concedida a autora em 09 de novembro de 2021.

SANTOS, Evely de Jesus. **Entrevista**. Concedida a autora em 12 de novembro de 2021.

SANTOS, Maria Eduarda Souza. **Entrevista**. Concedida a autora em 12 de novembro de 2021

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SDR - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL. [Portal Institucional]. 2019. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/noticias/2019-07-25/agricultura-familiar-da-bahia-se-consolida-como-vetor-de-desenvolvimento-do> Acesso em: 16 nov. 2020.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. [Portal Institucional]. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284 Acesso em: 12 dez. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. [Portal Institucional]. 2019. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17> Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA, Renata de Jesus. **Entrevista sobre o PDCIS**. Concedida a autora em 10 de novembro de 2021

SOUSA FILHO, Enoch. **Tamanho das cidades e qualificação dos migrantes no estado da Bahia**. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25946/1/DISSERTACAO_2017_Enoch-Eduardo-Sousa-Filho.pdf Acesso em: 20 mar.2021.

SOUZA, José Gileá. **Desenvolvimento: como compreender e mensurar**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

VÁZQUES Barquero, Antonio. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, España, Asociación Española de Ciencia Regional, Madrid, n. 11, p. 183-210, 2007.

WOLFE, Marshall. **Desenvolvimento: para que e para quem?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

APÊNDICE A – TABELAS ANÁLISE QUANTITATIVA

Quadro 1 – Plano de análise e tabular do estudo amostral PDCIS, sob a lógica comparativa entre o grupo controle e os participantes das intervenções da FNO – Baixo Sul, Ba – 2018

Plano de Análise	Plano Tabular
Objetivo 1. Breve caracterização dos participantes quanto ao perfil socioeconômico	Bloco 1. Aspectos descritivos dos entrevistados
Compreender o perfil escolar dos entrevistados, existência de diferenças significativas relacionada ao sexo e se esses aspectos independem da participação ou não das intervenções da fundação Odebrecht.	Tab. 01 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção e de controle por sexo, segundo o nível de escolaridade - Baixo Sul, Bahia - 2018 [2G, 8P2, 9P3]
Verificar o padrão de rendimento domiciliar (possivelmente, um enquadramento de classes sociais), perceber se há contribuição dos jovens na renda e eventuais diferenças entres os grupos.	Tab. 02 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção e de controle por faixas de rendimento domiciliar (classes sociais?), segundo a participação dos jovens na composição da renda - Baixo Sul, Bahia - 2018 [2G, 20P9, 21P10]
Objetivo 2. Explorar a percepção e condição dos entrevistados com a comunidade, com o local e as oportunidades ou ausência delas	Bloco 2. Principais Resultados
ENGAJAMENTO SOCIAL: Investigar meios de estabelecer novos vínculos nas localidades que compõem o Baixo Sul: participação em cooperativas/associações, compromissos locais;	Tab. 03 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção e de controle com algum engajamento social, segundo o tipo de atividade - Baixo Sul, Bahia - 2018 [2G, 17.1A-F]
PERTENSIAMENTO: Discutir o sentido de pertencimento ao território e permanência no Baixo Sul / verificar desejo de migrar ou permanecer na região, bem como as razões de apoio;	Tab. 04 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção por orgulho de origem/região, segundo a vontade de permanecer no campo - Baixo Sul, Bahia - 2018 [2G, 65P30, 66P31]
PROTAGONISMO PESSOAL: Perspectivas dos entrevistados com as oportunidades de desenvolvimento local, se vislumbram direcionar/aproveitar os estudos para ocupações aproveitadas na localidade e/ou explorar áreas com potencial na região;	Tab. 05 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de controle por orgulho de origem/região, segundo a vontade de permanecer no campo - Baixo Sul, Bahia - 2018 [2G, 65P30, 66P31]
INCREMENTO DA RENDA: Observar a inserção no mercado de trabalho e aferir a satisfação (pessoal, com atividade, remunerações, progressões) com a colocação atual;	Tab. 06 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção por vontade de trabalhar com a terra, segundo a confiança nos conhecimentos que possui para o futuro - Baixo Sul, Bahia - 2018 [2G, 67P32, 69P34]
	Tab. 07 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de controle por vontade de trabalhar com a terra, segundo a confiança nos conhecimentos que possui para o futuro - Baixo Sul, Bahia - 2018 [2G, 67P32, 69P34]
	Tab. 08 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção e de controle que trabalhavam por faixas de rendimento - Baixo Sul, Bahia - 2018 [2G, 23P11, 22P10.1]
	Tab. 09 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção e de controle que trabalham por nível de satisfação com a ocupação - Baixo Sul, Bahia - 2018 [2G, 23P11, 25P11.2]

Tabela 1 - Distribuição dos entrevistados do grupo de intervenção e de controle por sexo, segundo o nível de escolaridade – Baixo Sul-Bahia (2018)

Escolaridade	Grupo Controle			Grupo Intervenção		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
6º Ano	5,26%	0,00%	5,26%	-	-	-
7º Ano	2,63%	0,00%	2,63%	-	-	-
9º Ano	5,26%	10,53%	15,79%	1,23%	1,23%	2,47%
1º Ano	18,42%	34,21%	52,63%	2,47%	0,00%	2,47%
2º Ano	5,26%	5,26%	10,53%	18,52%	11,11%	29,63%
3º Ano	7,89%	5,26%	13,16%	45,68%	19,75%	65,43%
Total	44,74%	55,26%	100,00%	67,90%	32,10%	100,00%

Fonte: Fundação Norberto Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS, 2018. Sistematizado pela autora, 2021.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção e de controle por faixa de rendimento domiciliar, segundo participação dos jovens na composição da renda – Baixo Sul-Bahia (2018)

Rendimento Domiciliar	Grupo Controle			Grupo Intervenção		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
De R\$ 0,01 a R\$ 468,50	2,78%	11,11%	13,89%	1,18%	0,00%	1,18%
De R\$ 468,51 a R\$ 937,00	11,11%	33,33%	44,44%	10,59%	14,12%	24,71%
De R\$ 937,01 a R\$ 1.405,50	5,56%	16,67%	22,22%	17,65%	4,71%	22,35%
De R\$ 1.405,51 a R\$ 1.874,00	5,56%	0,00%	5,56%	11,76%	8,24%	20,00%
De R\$ 1.874,01 a R\$ 2.811,00	0,00%	5,56%	5,56%	9,41%	4,71%	14,12%
De R\$ 2.811,01 a R\$ 4.685,00	0,00%	5,56%	5,56%	11,76%	1,18%	12,94%
Acima de R\$ 4.685,00	2,78%	0,00%	2,78%	3,53%	1,18%	4,71%
Total	27,78%	72,22%	100,00%	65,88%	34,12%	100,00%

Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS, 2018. Sistematizado pela autora, 2020.

Tabela 3 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção e de controle que trabalhavam, segundo faixas de rendimento – Baixo Sul-Bahia (2018)

Rendimento do Trabalho	Grupo	Grupo
	Controle	Intervenção
De R\$ 0,01 a R\$ 468,50	55,56%	32,73%
De R\$ 468,51 a R\$ 937,00	44,44%	36,36%
De R\$ 937,01 a R\$ 1.405,50	0,00%	10,91%
De R\$ 1.405,51 a R\$ 1.874,00	0,00%	10,91%
De R\$ 1.874,01 a R\$ 2.811,00	0,00%	7,27%
De R\$ 2.811,01 a R\$ 4.685,00	0,00%	1,82%
Acima de R\$ 4.685,00	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS, 2018. Sistematizado pela autora, 2020.

Tabela 4 – Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção e de controle com algum engajamento social, segundo o tipo de atividade — Baixo Sul, Bahia (2018)

Tipo de Atividade	Grupo Controle			Grupo Intervenção		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Cooperativa	0,00%	100,00%	100,00%	52,63%	47,37%	100,00%
Associação Comunitária	71,43%	28,57%	100,00%	43,86%	56,14%	100,00%
Trabalho Coletivo	42,86%	57,14%	100,00%	29,82%	70,18%	100,00%
Movimento Social Organizado	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Movimento Vinculado a Igrejas	14,29%	85,71%	100,00%	10,53%	89,47%	100,00%
Sindicatos	0,00%	100,00%	100,00%	8,77%	91,23%	100,00%
Outros	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS, 2018. Sistematizado pela autora, 2020.

Tabela 5 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção por orgulho de origem/região, segundo a vontade de permanecer no campo — Baixo Sul-Bahia (2018)

Orgulho da origem e região	Vontade de permanecer no campo					Total
	Sim	Acha que sim	As vezes	Acha que não	Não	
Sim, com certeza	77,91%	6,98%	2,33%	2,33%	0,00%	89,53%
Acha que sim	1,16%	1,16%	0,00%	1,16%	1,16%	4,65%
As vezes	2,33%	0,00%	0,00%	2,33%	0,00%	4,65%
Acha que não	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
De jeito nenhum	0,00%	1,16%	0,00%	0,00%	0,00%	1,16%
Total	81,40%	9,30%	2,33%	5,81%	1,16%	100,00%

Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS, 2018. Sistematizado pela autora, 2020.

Tabela 6 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de controle por orgulho de origem/região, segundo a vontade de permanecer no campo — Baixo Sul-Bahia (2018)

Orgulho da origem e região	Vontade de permanecer no campo					Total
	Sim	Acha que sim	As vezes	Acha que não	Não	
Sim, com certeza	48,65%	10,81%	5,41%	16,22%	2,70%	83,78%
Acha que sim	0,00%	2,70%	0,00%	2,70%	0,00%	5,41%
As vezes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Acha que não	2,70%	0,00%	0,00%	2,70%	2,70%	8,11%
De jeito nenhum	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,70%	2,70%
Total	51,35%	13,51%	5,41%	21,62%	8,11%	100,00%

Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS, 2018. Sistematizado pela autora, 2020.

Tabela 7 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção por vontade de trabalhar com a terra, segundo a confiança nos conhecimentos que possui para o futuro — Baixo Sul-Bahia (2018)

Vontade de trabalhar com a terra	Confiança nos conhecimentos					Total
	Sim	Acha que sim	As vezes	Acha que não	Não	
Sim, com certeza	81,40%	6,98%	0,00%	0,00%	0,00%	88,37%
Acha que sim	2,33%	2,33%	0,00%	0,00%	0,00%	4,65%
As vezes	3,49%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,49%
Acha que não	0,00%	0,00%	1,16%	0,00%	0,00%	1,16%
De jeito nenhum	2,33%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,33%
Total	89,53%	9,30%	1,16%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS, 2018. Sistematizado pela autora, 2020.

Tabela 8 - Distribuição percentual dos entrevistados do grupo de intervenção por orgulho de origem/região, segundo a vontade de permanecer no campo — Baixo Sul-Bahia (2018)

Vontade de trabalhar com a terra	Confiança nos conhecimentos					Total
	Sim	Acha que sim	As vezes	Acha que não	Não	
Sim, com certeza	50,00%	2,63%	2,63%	5,26%	0,00%	60,53%
Acha que sim	7,89%	5,26%	0,00%	0,00%	0,00%	13,16%
As vezes	2,63%	2,63%	0,00%	0,00%	0,00%	5,26%
Acha que não	15,79%	2,63%	0,00%	0,00%	0,00%	18,42%
De jeito nenhum	2,63%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,63%
Total	78,95%	13,16%	2,63%	5,26%	0,00%	100,00%

Fonte: Fundação Odebrecht, Pesquisa Amostral PDCIS, 2018. Sistematizado pela autora, 2020.

Tabela 9 - Distribuição relativa dos jovens conforme a confiança em falar e se posicionar com outras pessoas, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados - Bahia (08/2018)

Percepção	Grupo Amostral		Total
	Controle	Intervenção	
Com certeza sim	36,8%	67,4%	58,1%
Acha que sim	10,5%	8,1%	8,9%
As vezes	47,4%	24,4%	31,5%
Acha que não	2,6%	0,0%	0,8%
De jeito nenhum	2,6%	0,0%	0,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Fundação Odebrecht, Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), 2018.

Tabela 10 - Distribuição relativa dos jovens conforme a percepção de ser uma liderança na comunidade, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados - Bahia (08/2018)

Percepção	Grupo Amostral		Total
	Controle	Intervenção	
Com certeza sim	18,4%	25,6%	23,4%
Acha que sim	7,9%	17,4%	14,5%
As vezes	15,8%	23,3%	21,0%
Acha que não	42,1%	23,3%	29,0%
De jeito nenhum	15,8%	10,5%	12,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Fundação Odebrecht, Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), 2018.

Tabela 11 - Distribuição relativa dos domicílios nos últimos 12 meses que os moradores passaram dificuldade para obter alimentos ou que não tiveram o que comer, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados- Bahia (08/2018)

Dificuldade	Grupo Amostral		Total
	Controle	Intervenção	
Sim	51,4%	14,6%	22,1%
Não	48,6%	85,4%	77,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Fundação Odebrecht, Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), 2018.

Tabela 12 - Distribuição relativa dos domicílios por tipo de esgotamento, segundo o grupo amostral - Municípios selecionados- Bahia (08/2018)

Esgotamento	Grupo Amostral		Total
	Controle	Intervenção	
Rede coletora	0,0%	11,8%	9,4%
Fossa de alvenaria	73,0%	66,7%	68,0%
Fossa rudimentar	2,7%	11,1%	9,4%
Céu aberto, vala, rio...	24,3%	6,9%	10,5%
Fossa séptica	0,0%	2,1%	1,7%
Outros	0,0%	1,4%	1,1%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Fundação Odebrecht, Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), 2018.

APÊNDICE B – MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA

Olá, _____! Bom dia ou boa tarde!

Primeiramente, gostaria de agradecer por sua disponibilidade em participar dessa entrevista.

Sou psicóloga e estou conduzindo essas conversas para apoiar na minha pesquisa de mestrado.

O tema da dissertação é o PDCIS, programa social que envolve a Casa Familiar que você estuda ou estudou.

Tenho algumas perguntas para lhe fazer e peço que fique muito à vontade para respondê-las. Irei gravar a conversa, para facilitar a transcrição. Aproveito para lembrar que você não será identificado.

Você está de acordo? Podemos começar?

Devemos demorar cerca de uma hora.

Dados gerais:
1. Qual seu nome completo?
2. Qual sua idade?
3. Está estudando? Que série? Já é formado? Quando formou?
4. Qual o seu curso?
5. Você mora com quem?
Após a sua entrada na Casa Familiar...
6. Você participa na composição da renda da sua família? Como?
7. Qual a renda que você consegue obter mensalmente com seus cultivos? Explique.
8. Você participa de alguma associação ou cooperativa? Explique.
9. Você tem orgulho de ser e viver na zona rural?
10. Você tem vontade de permanecer no campo e trabalhar com a terra?
11. Você acredita que os conhecimentos adquiridos na escola podem te ajudar no futuro? Explique.
12. Você acha que foi preparado para o futuro? Por quê?
13. Como reage diante dos problemas que aparecem em sua vida?
14. Você acredita que conhece e usa seus direitos? Por quê?
15. Você sente confiança em falar e se posicionar com outras pessoas? Por quê?
16. Você se sente capaz de tomar suas próprias decisões? Por quê?
17. Você se sente uma liderança em sua comunidade?
18. Nos últimos 12 meses você e sua família passaram dificuldade para obter alimentos ou que não tiveram o que comer?
19. Sua qualidade de vida melhorou? Explique.
20. Quais são os planos para o futuro?

APÊNDICE C – MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar o porquê, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação, você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa “UM PROGRAMA SOCIAL E A PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NA VIDA DE JOVENS DA ZONA RURAL DO BAIXO SUL DA BAHIA”, cujo objetivo é “avaliar como um programa social que busca promover o desenvolvimento sustentável interfere nas questões sociais e econômicas da vida de jovens da zona rural de municípios do Baixo Sul da Bahia”. Para ter uma cópia deste TCLE, você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em pdf para guardá-lo em seu computador. Você também poderá solicitar aos pesquisadores do estudo uma versão deste documento, a qualquer momento, por um dos e-mails registrados no final deste termo.

A pesquisa será realizada por meio de uma entrevista *on-line*, constituído por “21 perguntas”. Estima-se que você precisará de, aproximadamente, “1 hora para responder as perguntas”. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa.

A entrevista acontecerá entre os dias 16 a 20 de novembro de 2021.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa, você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

A pesquisa tem contribuições significativas no âmbito social, pessoal e acadêmico.

A devolutiva para os participantes será dada junto à instituição de ensino onde o respondente faz parte.

A pesquisadora garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você o direito a ressarcimento, em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como ao direito à indenização em caso de danos nos termos da lei.

Nome, celular e *e-mail* do Pesquisador Responsável: Cristiane Costa do Nascimento. Cel: (71)99933-4116.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

Fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via *e-mail* para os pesquisadores.

ACEITO PARTICIPAR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

ANEXO A – MODELO DE QUESTIONÁRIO DE DADOS SECUNDÁRIOS

NOME DO PESQUISADOR: _____

DATA: ____/____/____ LOCAL: _____

EXPLICAÇÃO PARA O ENTREVISTADO

Prezado entrevistado, as perguntas a seguir são muito importantes para nosso estudo e pedimos sua colaboração no sentido de respondê-las com a mais absoluta sinceridade. Todas as perguntas deverão ser preenchidas. Salientamos que todos os dados aqui respondidos são sigilosos e pedimos para que você responda essas perguntas sozinho(a), sem a interferência de nosso pesquisador, de forma a deixar você à vontade. Após terminar de responder todas as perguntas, pedimos a gentileza de conferir, junto com nosso pesquisador, se todas as perguntas foram respondidas.

Caso em alguma pergunta você sinta a necessidade de esclarecer alguma dúvida, pode chamar nosso pesquisador para esclarecê-la.

PERFIL

P1. [VERIFICAR FILTRO] Por gentileza, qual a sua idade? _____

(MENORES DE 18 ANOS, PAI, MÃE OU RESPONSÁVEL DEVERÁ ASSINAR TERMO DE AUTORIZAÇÃO)

P2. Qual o seu Sexo?

1- Masculino 2- Feminino

P3. Qual é o seu nível de escolaridade (marque apenas uma alternativa).

1- 1º Ano 2- 2º Ano 3- 3º Ano 4- 4º Ano 5- 5º Ano

6- 6º Ano 7- 7º Ano 8- 8º Ano 9- 9º Ano

10- 10º Ano 11- 11º Ano 12- 12º Ano

13- Estou na Faculdade/ Universidade (Responda P.3.1 e P.3.2)

14- Não respondeu

P3.1 - Qual curso você faz? _____ P3.2 - Em que período/semestre você está? _____

P4. Você ainda estuda?

1- Sim. P4.1- Em qual ano está estudando? _____ 2- Não

P5. Já precisou trocar de escola?

1- Sim 2- Não P6. Já estudou em quantas escolas?

P7. Deseja continuar os seus estudos?

1- Sim (Responda P.7.1) 2- Não (Pule para P.8)

P7.1- No caso de sim, qual é a sua opção principal (Resposta Única) ?

1-Ensino Técnico 2-Faculdade

P8. Você se considera de qual cor (marque apenas uma alternativa)?

1- Branca 2- Preta 3- Parda 4- Amarela 5- Indígena 6- Não respondeu
 98- Outros: _____

P9. Qual é sua renda familiar (sua renda pessoal mais a de todos que moram na sua casa)?

1. R\$ 0,00 2. R\$0,01 até R\$ 468,50 (até ½ SM)

3. De R\$ 468,51 a R\$ 937,00 (de ½ a 1 SM) 4. De R\$ 937,01 a R\$ 1.405,50 (+ de 1 a 1 ½ SM)

5. De R\$ 1.405,51 a R\$ 1.874,00 (+ de 1 ½ a 2 SM) 6. De R\$1.874,01 a R\$ 2.811,00 (+ de 2 a 3 SM)

7. De R\$ 2.811,01 a R\$ 4.685,00 (+ de 3 a 5 SM) 8. Acima de R\$ 4.685,01 (mais de 5 SM)

9. Não informou

P10. Você tem alguma renda pessoal?

1- Sim (Responda P.10.1) 2- Não (Pule para P.11)

P10.1- No caso de sim, responda (marque apenas uma alternativa):

1. R\$ 0,00 2. R\$0,01 até R\$ 468,50 (até ½ SM)

3. De R\$ 468,51 a R\$ 937,00 (de ½ a 1 SM) 4. De R\$ 937,01 a R\$ 1.405,50 (+ de 1 a 1 ½ SM)

5. De R\$ 1.405,51 a R\$ 1.874,00 (+ de 1 ½ a 2 SM) 6. De R\$1.874,01 a R\$ 2.811,00 (+ de 2 a 3 SM)

7. De R\$ 2.811,01 a R\$ 4.685,00 (+ de 3 a 5 SM) 8. Acima de R\$ 4.685,01 (mais de 5 SM)

9. Não informou

P11. Você trabalha?

1- Sim (Responda P.11.1, P.11.2 e P.11.3) 2-Não (Pule para P.12)

P11.1- No caso de sim, faz o quê? _____

P11.2- No caso de sim, o que você acha sobre o seu trabalho?

1- Adoro 2- Gosto Muito 3- Nem gosto, nem desgosto 4- Não gosto 5- Odeio

P11.3- No caso de sim, qual é o motivo de você trabalhar?

1- Autossustento 2- Sustentar a família 3- Ajudar na conta de casa

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Legenda: RU – Resposta Única (marque somente uma alternativa) e RM – Resposta Múltipla (marque mais de uma alternativa) Versão 03 Página 2 de 4

P12. Você fez algum curso profissionalizante nos últimos 12 meses?

1- Sim P12.1- Qual? _____ 2- Não

P13. Qual é a sua orientação sexual?

1-Heterossexual 2-Homossexual 3-Transexual 4-Transgênero

P14. Você tem acesso à Internet?

1- Sim (Responda P.14.1, P.14.2 e P.14.3) 2- Não (Pule para P.16)

P14.1- Em que tipo de aparelho (marque mais de uma opção, se necessário)?

1-Celular 2-Notebook 3-Desktop 4-Tablet

P14.2- Caso sim, quanto tempo você passa por semana conectado?

1- Até 02 horas por semana 2- De 04 a 08 horas por semana

3- De 02 a 04 horas por semana 4- Mais de 08 horas por semana 5-Não respondeu

P14.3- Caso sim, o acesso à internet é em casa ou algum centro de formação?

1- Sim 2- Não

P15. Você já baixou algum *app* no seu celular?

1- Sim (Responda P.15.1 e P.15.2) 2- Não (Pule para P.16)

P15.1- Caso sim, quantos *apps* você já baixou, mais ou menos?

P15.2- Caso sim, qual a principal finalidade dos *apps* que você baixou?

1-Lazer 2-Trabalho 3-Estudo 4-Outro. Qual? _____

P16. Você tem uma referência pessoal, ou seja, uma pessoa da sua família ou próxima a você que te inspira?

1- Sim (Responda P.16.1) 2- Não (Pule para P.17)

P16.1- Caso sim, quem é essa referência? 1-Pai 2-Mãe 3-Avó/Avô 4-Tio(a) 5-Amigo(a) 6-Outro: _____

P17. Você alguma vez já participou ou participa de cooperativa, associação, sindicato, trabalho comunitário, movimento social, ONG, partido político ou trabalho de organização da comunidade?

1- Sim (Responda P.17.1) 2- Não (Pule para P.20)

P17.1- Caso sim, marque o principal tipo de atividade cooperativista/ associativista que você já participou: 1- Sim 2- Não

[.....] A – Cooperativa [.....] B – Associações comunitárias, de bairro, de produtor,

[.....] C – Trabalho coletivo, comunitário, mutirão [.....] D – Movimento social organizado (ONG, MST, MLT, FETAG, CONTAG etc.)

[.....] E – Movimentos vinculados às igrejas [.....] F – Sindicatos

[.....] G – Outros (clube, agremiações esportivas e sociais etc.)

P18. Qual foi o ano de criação da cooperativa/ associação que você participou ou participa? (aaaa) [.....] 2- Não Sabe

P19. A cooperativa/ associação realizou reuniões em 2017?

1- Sim (Responda P.19.1) 2- Não 3- Não Sabe

P19.1- Caso Sim, em quantas reuniões da cooperativa/ associação você participou nos últimos 12 meses?

1-Nenhuma 2-Algumas 3-Todas

P20. Você (ou outro integrante de sua família) realiza processamento da sua produção por meio da cooperativa/ associação?

1- Sim 2- Não

ESCALA DE VALORES

Nos próximos quesitos, serão apresentadas escalas de valores. Gostaríamos de sua opinião (utilize os cartões resposta padronizados):

P21. Você já participou de algum projeto, atividade ou campanha para ajudar diretamente a comunidade onde você vive?

1-Sim 2-Não 3-Não Sabe/Não lembra

P22. Você já participou de algum projeto, atividade ou campanha para ajudar comunidades ou pessoas que você não conhece diretamente?

1-Sim 2-Não 3-Não Sabe/Não lembra

P23. De forma geral, você tem consciência dos seus direitos e deveres como cidadão?

1-Sempre 2-Quase Sempre 3-Às Vezes

4-Raramente 5-Nunca USE CARTÃO 01

P24. Você tem consciência dos seus direitos e deveres em casa?

1- Com Certeza sim! 2-Acho que sim 3-Às Vezes

4-Acho que não 5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P25. Você acha que todas as pessoas devem ter os mesmos direitos que você (independentemente da cor da pele, classe social ou gênero?)

1- Com Certeza sim! 2-Acho que sim 3-Às Vezes

4-Acho que não 5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P26. Você costuma enfrentar os problemas que aparecem na sua vida?

1-Sempre 2-Quase Sempre 3-Às Vezes

4-Raramente 5-Nunca

USE CARTÃO 01

P27. Você, como cidadão, usa na plenitude de seus direitos civis, sociais e políticos?

1-Sempre 2-Quase Sempre 3-Às Vezes

4-Raramente 5-Nunca

USE CARTÃO 01

P28. Você se sente o personagem principal da sua própria vida?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum! USE CARTÃO 02

P29. Você tem orgulho de quem você é? []1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum! USE CARTÃO 02

Legenda: RU – Resposta Única (marque somente uma alternativa) e RM – Resposta Múltipla (marque mais de uma alternativa) Versão 03 Página 3 de 4

P30. Você tem orgulho da sua origem e da região onde mora?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P31. Você tem vontade de ficar no campo no futuro?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum! USE CARTÃO 02

P32. Você tem vontade de trabalhar com a terra?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum! USE CARTÃO 02

P33. Existe alguma relação entre a terra da sua família e a sua identidade? []1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P34. Os conhecimentos que você possui, hoje, te deixam confiante para o futuro?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum! USE CARTÃO 02

As próximas questões apresentam-se uma escala de 01 a 05, sendo 01 “de jeito nenhum” e 05 o “com certeza sim!”, responda às seguintes questões:

P35. Você tem confiança em falar e se posicionar com outras pessoas?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P36. Você se sente capaz de tomar suas próprias decisões?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P37. Suas próprias ações e opiniões influenciam os rumos da sua vida?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P38. Você se sente preparado para enfrentar as dificuldades da vida?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P39. Você respeita o seu próprio jeito de ser?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P40. Você respeita os seus colegas da escola?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

As próximas questões apresentam-se uma escala de frequência. Responda às seguintes questões:

P41. Você respeita o jeito de ser das outras pessoas do seu convívio social?

[]1-Sempre []2-Quase Sempre []3-Às Vezes

[]4-Raramente []5-Nunca

USE CARTÃO 01

P42. Você se sente respeitado pelos seus colegas de escola?

[]1-Sempre []2-Quase Sempre []3-Às Vezes

[]4-Raramente []5-Nunca

USE CARTÃO 01

P43. Você se sente respeitado por outras pessoas do seu convívio social?

[]1-Sempre []2-Quase Sempre []3-Às Vezes

[]4-Raramente []5-Nunca USE CARTÃO 01

P44. Você se sente apoiado pelos seus familiares?

[]1-Sempre []2-Quase Sempre []3-Às Vezes

[]4-Raramente []5-Nunca

USE CARTÃO 01

P45. Você tem um bom nível de diálogo com a família?

[]1-Sempre []2-Quase Sempre []3-Às Vezes

[]4-Raramente []5-Nunca

USE CARTÃO 01

P46. Você se sente influenciado positivamente pela sua família?

[]1-Sempre []2-Quase Sempre []3-Às Vezes

[]4-Raramente []5-Nunca

USE CARTÃO 01

As próximas questões são afirmações. Gostaríamos de saber sua opinião:

P47. Você acha que colabora para a harmonia em família?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P48. Você busca passar tempo com a sua família?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P49. Você apoia nas tarefas domésticas?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P50. Você costuma ser solidário(a) com outros? (ajudar as pessoas, emprestar ou doar bens, principalmente para aqueles que têm menos que você)

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P51. Você se acha uma pessoa que contribui positivamente para as pessoas que fazem parte da sua vida?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P52. Você já ajudou alguma pessoa fora do seu convívio social?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum! USE CARTÃO 02

P53. Você já realizou algum trabalho voluntário? []1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P54. Você já realizou alguma ação para dividir o conhecimento que você tem com outras pessoas? (conversa individual, conversa com mais de uma pessoa, aula, palestra, outros)

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

Legenda: RU – Resposta Única (marque somente uma alternativa) e RM – Resposta Múltipla (marque mais de uma alternativa) Versão 03 Página 4 de 4

As próximas questões apresentam-se uma escala de 01 a 05, sendo 01 “de jeito nenhum” e 05 o “com certeza sim!”, responda às seguintes questões:

P55. Você se sente uma referência pessoal positiva?

1- Com Certeza sim! 2-Acho que sim 3-Às Vezes

4-Acho que não 5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P56. Alguém já te disse que você é um exemplo para outros(as)?

1- Com Certeza sim! 2-Acho que sim 3-Às Vezes

4-Acho que não 5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P57. Você se sente uma referência dentro da sua família?

1- Com Certeza sim! 2-Acho que sim 3-Às Vezes

4-Acho que não 5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P58. Alguém já te disse que você é um exemplo para outros(as) da sua família?

1- Com Certeza sim! 2-Acho que sim 3-Às Vezes

4-Acho que não 5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P59. Você se sente uma referência dentro da sua comunidade? 1- Com Certeza sim! 2-Acho que sim 3-Às Vezes

4-Acho que não 5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P60. Alguém já te disse que você é um exemplo para outros(as) da sua comunidade?

1- Com Certeza sim! 2-Acho que sim 3-Às Vezes

4-Acho que não 5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P61. Você se sente uma liderança na sua comunidade, em termos religiosos, de mobilização ou articulação de questões importantes para sua comunidade?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

P62. Alguém já tratou você é um exemplo para outros(as) da sua comunidade, em termos religiosos, de mobilização ou articulação de questões importantes para sua comunidade?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

USE CARTÃO 02

Gostaríamos de sua opinião nas questões finais:

P63. Você já teve que sair da propriedade ou moradia onde reside para outras regiões do País, a fim de buscar melhores condições de vida?

[]1-Sim []2-Não []3-Não Sabe/ Não lembra

P64. Nos últimos 12 meses, você teve ou tem a intenção sair da propriedade ou moradia onde reside para outras regiões do país, a fim de buscar melhores condições de vida?

[]1-Sim []2-Não []3-Não Sabe/ Não lembra

P65. Sua família já teve que sair da propriedade ou moradia onde reside para outras regiões do País, a fim de buscar melhores condições de vida?

[]1-Sim []2-Não []3-Não Sabe/ Não lembra

P66. Nos últimos 12 meses, sua família teve ou tem a intenção sair da propriedade ou moradia onde reside para outras regiões do país, a fim de buscar melhores condições de vida?

[]1-Sim []2-Não []3-Não Sabe/ Não lembra

P67. Tem interesse em informações sobre como “empresariar”

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

P68. Tem ou já teve o sonho de ser empreendedor (a) []1- Com Certeza sim! []2- Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

P69. Recebeu algum tipo de educação direcionada ao empreendedorismo em alguma das escolas onde estudou?

[]1-Sim []2-Não []3-Não Sabe/ Não lembra

P70. Tem ou já teve interesse em montar e gerir o próprio negócio?

[]1- Com Certeza sim! []2-Acho que sim []3-Às Vezes

[]4-Acho que não []5-De jeito nenhum!

P71. Ajuda a administrar alguma propriedade rural? Caso sim, cargo ocupado (ou faz o quê?)

[]1-Sim. P71.1- Cargo ocupado: _____

[]2-Não []3-Não Sabe/ Não lembra

P72. Participa de alguma rede de certificação participativa? No caso de sim, há quanto tempo?

[]1-Sim. P72.1- Há quanto tempo: _____

[]2-Não []3-Não Sabe/ Não lembra

P73. Já buscou acesso a novas tecnologias agrícolas para ajudar seu trabalho ou a propriedade em que atua?

[]1-Sim []2-Não []3-Não Sabe/ Não lembra

P74. Já teve oportunidade de utilizar novas tecnologias agrícolas no seu trabalho ou na propriedade em que atua?

[]1-Sim []2-Não []3-Não Sabe/ Não lembra

P75. Deseja fazer mais algum comentário? [Entrevistador pode utilizar este espaço para registrar alguma observação de campo]
